UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E
CONTABILIDADE

Stephanie Rutschka

Impacto do Edital 60/2018 sobre PECLD nas Instituições Financeiras no Brasil

São Paulo
2019

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Valmor Slomski
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Lucas Ayres Barreira de Campos Barros
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

STEPHANIE RUTSCHKA

Impacto do Edital 60/2018 sobre PECLD nas Instituições Financeiras no Brasil

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP – Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências

Área de Concentração: Mercados Financeiro, de Créditos e de Capitais

Orientadora: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica
Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)

Rutschka, Stephanie.
IMPACTO DO EDITAL 60/2018 SOBRE PECLD NAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO BRASIL / Stephanie Rutschka. - São Paulo, 2019.
157 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2019.
Orientador: Luiz Nelson Guedes de Carvalho.

1. Instituições Financeiras. 2. Perdas Esperadas com Créditos de
Liquidação Duvidosa. 3. BACEN. 4. Bancos. 5. Edital 60/2018. I.
Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, minha família. Mãe e Pai, sem vocês, nada do que nós temos vivido seria possível. Vocês me ensinaram a lutar, e a nunca desistir, me apoiaram nos momentos difíceis e sorriram comigo quando eu estava feliz. Obrigada, obrigada, obrigada. Amo vocês.

Victor, meu amor. Eu brinco que eu até poderia viver sem você né?! Mas sem você, eu não seria tão feliz e tão completa. Obrigada por me apoiar, seja me incentivando nas noites em claro, seja revisando a minha formatação, seja sendo você. A vida é uma aventura muito mais incrível com você nela.

Tia Raquel, você me ensinou tanta coisa. Obrigada por ser minha segunda mãe e me amar incondicionalmente. Sei que você sempre orou e torceu por mim, e estou aqui porque você me ensinou o valor dos estudos. Te amo demais.

Amigos do Mestrado, vocês tornaram essa jornada muito menos solitária e muito mais cheia de risadas e amor. Denise e Ju, meu casal inspiração de vida, obrigada por me ensinarem tanto. Arnaldo, Jessica Maria, Jonathan, Myrna, Renata e Rho, rir com vocês, me indignar com vocês, aprender com vocês, todas essas experiências fizeram de mim uma pessoa melhor e muito mais feliz. Espero que eu tenha contribuído tanto na vida de vocês quanto vocês na minha.

A todos os professores do PPGCC, em especial ao melhor orientador que eu poderia pedir, prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho, que me ensinaram muito mais do que apenas Contabilidade, obrigada. Que vocês continuem sendo canal de mudança na vida de tantas pessoas.

E por último, mas o mais importante, obrigada Deus. Estar aqui significa que o Senhor sonhou junto comigo. A minha gratidão por isso não pode ser colocada em palavras.

**Para todos aqueles que não acreditam que são capazes: vocês são.
Não desistam.**

RESUMO

Rutschka, S. (2019). *Impacto do Edital 60/2018 sobre PECLD nas Instituições Financeiras no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

As instituições financeiras, normatizadas pelo BACEN, passaram por um processo de mudanças contábeis diferente das demais empresas no decorrer dos últimos anos, principalmente pela necessidade de apresentação de suas demonstrações contábeis atendendo aos parâmetros das IFRS e também às normas impostas pelos órgãos reguladores. Em 2018, mais um grande desafio foi colocado, com a substituição da IAS 39 (Perda Incorrida) para a IFRS 9 (baseada na Perda Esperada), com mudanças relevantes na linha de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa. Neste mesmo ano, o BACEN disponibilizou o Edital de Consulta Pública 60/2018, com a adaptação da norma IFRS 9, com impactos imensos para as instituições financeiras, auditorias e até mesmo para os responsáveis pelos sistemas bancários. Esta linha é uma das mais representativas perante o resultado das instituições financeiras no Brasil, e considerando os impactos do Edital, os impactados por ele tiveram a oportunidade de proporem mudanças na norma final. Com este cenário em mente, apresenta-se o seguinte objetivo: consolidar o entendimento vigente à respeito de Perda Esperada, Perda Incorrida e PECLD, a partir da abordagem das percepções das Instituições Financeiras brasileiras e dos demais participantes do SFN à respeito das alterações propostas pelo Edital de Consulta Pública 60/2018 para PECLD. Para atender à este objetivo, utilizou-se as opiniões dos afetados pela norma, que estão disponíveis para consulta no site do Banco Central, utilizando contornos da metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Analisando estas respostas, chegou-se à conclusão que o Edital busca cumprir com o objetivo do BACEN, protegendo o cidadão à medida que busca mitigar eventuais riscos de crédito e evitar que instituições financeiras possam vir à falência. Contudo, para que o Edital se torne uma Resolução definitiva, o BACEN ainda precisa amadurecer alguns pontos, incluindo também as instituições financeiras em eventuais estudos e adequando sua visão para abranger a todas as especificidades do setor bancário brasileiro.

Palavras Chave: Resolução 2.682, IFRS 9, Edital 60/2018, Bancos, Instituições Financeiras, BACEN, Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

ABSTRACT

Rutschka, S. (2019). *The impact of Public Consultation 60/2018 on Expected Credit Loss in Brazilian Financial Institutions* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The financial institutions, regulated by BACEN, underwent a process of accounting changes different from other companies in the last years, mainly due to the need to present their financial statements in compliance with the parameters of IFRS and also the standards imposed by the regulatory agencies. In 2018, another major challenge was placed, with the replacement of IAS 39 (based on Incurred Losses) for IFRS 9 (based on Expected Loss), with relevant changes in Credit Losses. In the same year, BACEN issued Public Consultation 60/2018, adapted from IFRS 9, with immense impacts for financial institutions, auditors and even those responsible for banking systems. This account is one of the most representative for Brazilian financial institutions' P&L, and considering the impacts of the publication, those impacted by it had the opportunity to propose changes to the final version of the norm. With this scenario in mind, the following research goal is presented: consolidate the existing knowledge about Incurred Losses and Expected Losses, and Credit Losses, considering the perceptions of the Financial Institutions about the changes proposed by Public Notice 60/2018 regarding Provisions for Credit Losses. To answer this question, we used the opinions of those affected by the norm, which are available for consultation on the website of Banco Central. Analyzing these answers, it was concluded that the Public Consultation seeks to comply with the BACEN's objective, protecting citizens as it seeks to mitigate possible credit risks and prevent financial institutions from going bankrupt. However, in order for the Public Consultation to become a definitive Resolution, BACEN still needs to mature the discussion at some points, including financial institutions in eventual studies and adjusting its vision to cover all the specifics of the Brazilian banking sector.

Keywords: Resolution 2,682, IFRS 9, Public Consultation 60/2018, Banks, Financial Institutions, BACEN, Credit Losses, Expected Credit Loss

SUMÁRIO

1	Introdução	13
1.1	Contextualização e problema de pesquisa	13
1.2	Justificativa	15
1.3	Contribuição	15
2	Referencial Teórico	17
2.1	Mudanças de prática contábil no Brasil – Instituições financeiras x não financeiras	17
2.2	Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e sua importância para as instituições financeiras	21
2.3	Banco Central do Brasil e Resolução 2.682	26
2.4	Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa - IAS 39 x IFRS 9	30
2.5	Nova 2.682	34
3	Procedimentos Metodológicos	39
3.1	Coleta de dados	40
3.2	Análise de Conteúdo	41
4	Análise das Opiniões sobre o Edital de Consulta Pública 60/2018	43
4.1	Detalhamento do Texto para facilitar a compreensão/ Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	45
4.2	Data de início da adoção da norma	46
4.3	Periodicidade das Revisões	47
4.4	“Quebras” ou subdivisões de Carteiras e Bancos de Desenvolvimento	48
5	Conclusão	51
6	Referências	55
	Anexo A: Sugestões Enviadas a respeito do Edital de Consulta Pública 60/2018	61
	Anexo B: Consulta Pública 60 BCB Washington Araújo	71
	Anexo C: PROPOSTA EDITAL60 verso 20042018	75
	Anexo D: proposta edital 60	94
	Anexo E: Consulta 60_2018 Sugestão BNDES	97
	Anexo F: Considerações da OCBCECO Edital 602018_Retificao	99
	Anexo G: Sugestões BNDES Edital 60	102
	Anexo H: Proposta de alteração edital 60	103
	Anexo I: Consulta 60_2018 BACEN (1)	121
	Apêndice A: Análise Opiniões – Edital de Consulta Pública 60/2018	123

1 Introdução

1.1 Contextualização e problema de pesquisa

A contabilidade é conhecida como a “linguagem do mundo dos negócios” (Hendriksen & Van Breda, 2010), destinada ao auxílio dos sócios, acionistas e demais usuários das informações das empresas, com o objetivo de monitorar e controlar o patrimônio, os negócios, onde são utilizadas informações contábeis, como lucro, rentabilidade e as demonstrações contábeis. Com efeito da globalização dos negócios, surge a necessidade de uma linguagem contábil mundial e única, para garantir informações mais integras e fiéis para melhorar a análise dos *stakeholders* (usuários internos e externos da informação contábil). Conforme Schroeder, Clark e Cathey (2001), se os investidores não conseguem obter informações compreensíveis sobre empresas estrangeiras, eles dificilmente irão investir nelas. Tal necessidade iniciou a discussão sobre uma unificação dos métodos contábeis internacionalmente nas suas demonstrações, para que todos ao redor do mundo pudessem compreender como realmente estava a saúde das empresas investidas independente de sua localidade. (Acuña *et al.*, 2013).

Todo este processo culminou nas normas conhecidas como IFRS (*International Financial Report Standards*), que representam um padrão contábil internacional, principalmente para as companhias abertas. As IFRS trouxeram diversos benefícios para as empresas brasileiras, principalmente facilitando os investimentos do exterior, conforme previsto por Falk (1994), Sá (2002) e Farias e Farias (2009), e corroborado nos estudos de Lima (2010), Macedo *et al.* (2013) e Gonçalves *et al.* (2014). A equalização da “linguagem contábil” utilizada nas demonstrações contábeis com a adoção das IFRS facilitou o entendimento de investidores externos e aumentou a transparência e confiabilidade das mesmas.

Para as instituições financeiras, coube ao Banco Central do Brasil (BACEN) dispor quanto à adoção das IFRS. Desta forma, veio a Resolução nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, a qual discorria sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria, elaborarem e divulgarem anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International*

Accounting Standards Board (IASB) a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010 (Cardoso, 2016).

Uma das principais normas para as instituições financeiras é aquela responsável pelo cálculo das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Até 2017, a norma vigente sobre este assunto era a *International Accounting Standards* (IAS) 39 (no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 38), a qual era baseada na Perda Incorrida (provisionamento apenas após fortes indícios de deterioração) das instituições, sem detalhar o cálculo da provisão para perdas em operações de crédito. Desse modo, cabia ao preparador das demonstrações contábeis de cada instituição analisar os fatores internos e externos da mesma, determinar o momento em que perda ocorreu e então reconhecer a PECLD.

Em 2014 foi emitida a IFRS 9, que substituiu a IAS 39 e alterou de forma substancial a metodologia sugerida pela norma anterior, válida a partir de 2018. Além de detalhar o cálculo de provisionamento, a IFRS 9 também apresentou uma nova visão à respeito da PECLD, baseando-se numa Perda Esperada (prospectiva, *forward looking*) ao invés de avaliar a Perda Incorrida (atraso já incorrido). Neste cenário, espera-se que a IFRS 9 aumente de forma relevante o capital alocado nesta linha pelas instituições financeiras perante o modelo anterior, que pode impactar na percepção de investidores quanto ao retorno obtido em tais empresas.

Em 2018, o BACEN tomou uma série de medidas para promover a convergência às melhores práticas internacionais da regulação contábil aplicável ao Sistema Financeiro Nacional. Uma delas foi a publicação do Edital de Consulta Pública 60/2018, que buscava adaptar a norma internacional IFRS 9 para a realidade regulatória das instituições financeiras brasileiras.

Muitas pesquisas foram feitas à respeito da IFRS 9 e seus impactos nas instituições financeiras, tais como Ferreira (2016), Novotny-Farkas (2016), Xu (2016), Gornjak (2017) e Cohen (2017), no entanto não foram encontradas pesquisas que avaliassem em profundidade o Edital de Consulta Pública 60/2018, nem comparações do edital com as normas vigentes (Resolução nº 2.682/99 e IFRS 9). Ante a lacuna exposta, **o objetivo desta pesquisa foi consolidar o entendimento vigente à respeito de Perda Esperada, Perda Incorrida e PECLD, a partir da abordagem das percepções das Instituições Financeiras brasileiras e dos demais participantes do SFN à respeito das alterações propostas pelo Edital de Consulta Pública 60/2018 para PECLD.**

1.2 Justificativa

A IFRS 9 surgiu como uma norma que buscava tornar mais conservadora a forma como as instituições financeiras pensavam e avaliavam seu risco de crédito. O Banco Central do Brasil, avaliando a nova norma de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa e considerando todo o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade, disponibilizou em fevereiro de 2018 um Edital de Consulta Pública, que poderia ser comentado, objetivando avaliar a percepção das instituições financeiras sobre uma resolução que o BACEN pretendia adotar a partir de janeiro de 2019. As instituições financeiras disponibilizaram seus pareceres no site do BACEN entre fevereiro e abril de 2018, e desde então o órgão não se pronunciou a respeito da entrada da nova resolução.

Dada a importância da PECLD no âmbito de Contabilidade Bancária e o impacto que a nova resolução pode trazer para as instituições financeiras, entende-se ser de grande relevância uma avaliação cuidadosa do Edital e suas respostas. Muitas pesquisas foram feitas sobre IFRS 9, tais como Ferreira (2016), Novotny-Farkas (2016), Xu (2016), Gornjak (2017) e Cohen (2017), no entanto não foram encontradas pesquisas que avaliassem em profundidade o Edital de Consulta Pública 60/2018, nem comparações do Edital com as normas vigentes (Resolução 2.682/99 e IFRS 9), o que pretende-se fazer neste estudo.

1.3 Contribuição

Macedo *et al.* (2013) perceberam que as empresas brasileiras têm sido impactadas por diversas mudanças no âmbito contábil, dada a implantação das normas internacionais (IFRS) no Brasil. A pesquisa acadêmica na contabilidade busca analisar problemas reais da profissão, e, portanto, sua aplicabilidade na prática deveria ser comum, o que nem sempre é realidade, conforme Gordon e Porter (2009). Este contexto motivou a presente pesquisa, que busca analisar as normas vigentes e compartilhar o conhecimento com profissionais e estudantes de Contabilidade Bancária.

Da mesma forma, a pesquisa busca consolidar o conceito de Perda Esperada e também as discussões sobre a norma IFRS 9 e o Edital 60/2018.

Referencial Teórico

2.1 Mudanças de prática contábil no Brasil – Instituições financeiras x não financeiras

O progresso econômico, social e institucional de cada sociedade está diretamente ligado com o avanço contábil, dado que a contabilidade se tornou um elemento crucial para a gestão de qualquer regime econômico (Fuzaro, 2007). A contabilidade evoluiu e se adaptou com o objetivo de fornecer informações mais assertivas para seus usuários, principalmente devido a necessidade de acompanhar o desenvolvimento do patrimônio.

A mudança foi ainda mais acentuada no último século, devido à evolução da tecnologia e da comunicação. As fronteiras entre países se tornou menor, e mais negócios acontecem entre instituições e investidores de diferentes países, efeito da globalização. Conforme Sá (2002), havia uma preocupação em diversos países quanto à uma harmonização das normas contábeis, que facilitaria transações internacionais e permitiria a comparabilidade das demonstrações contábeis entre países.

Esperava-se que a harmonização contábil trouxesse diversos benefícios para os países, entre os quais Falk (1994) destaca a mitigação do uso de práticas contábeis enganosas, a redução do escopo de possibilidades de distorções de dados por parte dos gestores, a redução do custo de preparação e interpretação das demonstrações financeiras entre empresas de diferentes países e, por fim, melhores condições para selecionar investimentos baseados em informações contábeis, além de equalizar os treinamentos e educação.

Farias e Farias (2009) reforçam dois fatores importantes para entendermos a necessidade de harmonização das normas internacionais de contabilidade: a globalização do mercado de capitais e a internacionalização das empresas. Antes da implantação das normas padronizadas entre países, a existência de diferentes práticas contábeis entre países e a necessidade de preparação de demonstrações contábeis em padrões distintos pelas empresas multinacionais dificultavam a interpretação das informações contábeis e o trânsito de investimento entre países.

A harmonização surgiu no cenário internacional através das normas IFRS (*International Financial Report Standards*). Em 2001, a Comissão Europeia decidiu adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS – *Internacional Accounting Standards*), que eram emitidas até então pelo IASC (*Internacional Accounting Standards*).

Committee) como base para preparação das demonstrações financeiras das companhias europeias abertas. Essa decisão ocorreu ao mesmo tempo que a reestruturação do IASC e a criação do IASB (*Internacional Accounting Standards Board*), conforme Iudicibus *et al.* (2010).

De acordo com o IASC/IASB (1989), o seu objetivo era desenvolver um padrão de normas para reporte de informações internacionalmente aceito e de alta qualidade. Para atingir este objetivo, o órgão emitiu padrões baseados em princípios, e buscou remover possibilidades de alternativas contábeis e exigir medidas contábeis que melhor refletissem a posição financeira e econômica da empresa. Barth, Landsman e Lang (2008) complementam, dizendo que padrões contábeis que buscam refletir a realidade econômica de uma empresa podem aumentar a qualidade da contabilidade, porque desta forma os investidores estão munidos de informações corretas e relevantes para auxiliá-los na tomada de decisão.

Ainda de acordo com Iudicibus *et al.* (2010), o IASB passou então a revisar as normas internacionais e a emitir novas, para formar um conjunto de normas contábeis a ser adotado para padronizar e direcionar a forma como as empresas abertas europeias deveriam preparar e divulgar suas demonstrações financeiras. A partir de 2005 foi estabelecido como o ano para a adoção integral das IAS (*Internacional Accounting Standards*), hoje conhecidas como IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*).

Para que o Brasil avançasse e conquistasse mais investimentos externos, Lima (2010) entendia que a convergência aos padrões de normas contábeis internacionais por meio da adoção das normas IFRS era de vital importância, pois ela traria um foco maior nas necessidades dos usuários das informações contábeis, desvinculando a contabilidade societária dos aspectos tributários. Esperava-se que tal convergência estimulasse novos investimentos no mercado nacional, aumentando também a transparência e a confiabilidade das demonstrações contábeis.

O início da convergência aos padrões de normas contábeis internacionais ocorreu formalmente com a edição das Leis nºs.11.638/07 e 11.941/09 que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo que as empresas brasileiras (especialmente as sociedades por ações) passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas novas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), conforme Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011). Tais normas já haviam sido adotadas na União Europeia desde 2005, com foco na padronização das demonstrações contábeis entre países.

O impacto positivo da harmonização já era esperado em estudos pré-implantação das IFRS por Falk (1994), Sá (2002) e Farias e Farias (2009). Lima (2010), assim como Macedo *et al.* (2013) e Gonçalves *et al.* (2014), concluiu em sua pesquisa que a relevância da informação contábil aumentou após a adoção parcial das normas IFRS no Brasil, considerando uma mensuração através dos modelos de preço e retorno. Portanto, foi constatado um aumento na relevância da informação contábil para os investidores e para o mercado.

Macedo *et al.* (2013) desenvolveram um estudo para analisar a capacidade informacional do Lucro Líquido por Ação (LLPA) através de uma regressão, comparando as informações de 2009 publicadas em 2010 e as reapresentadas em 2011 no Brasil. O objetivo era avaliar se, ao aplicar todas as IFRS vigentes, o LLPA aumentaria seu poder explicativo, o que foi comprovado no estudo. Os autores entendem que isso se deve ao fato que o lucro, baseado no padrão IFRS, representa de forma mais adequada a realidade econômica das empresas, ou seja, a adoção das normas internacionais em sua totalidade causou alterações no conteúdo informacional do lucro, considerando a incorporação de informações já consideradas pelo mercado na formação dos preços das ações.

Já Gonçalves *et al.* (2014) analisaram a relevância das informações contábeis de Lucro Líquido por Ação (LLPA) e Patrimônio Líquido por Ação (PLPA) e compararam a diferença entre os parâmetros de uma regressão (quebra estrutural) entre os anos de 2009 e 2010, considerando a implantação das normas financeiras IFRS em sua totalidade no Brasil em 2010. Os resultados dos parâmetros da regressão do preço da ação versus o LLPA e o PLPA não se mantiveram estatisticamente estáveis (nível de significância de 5%) entre 2009 (informações em BRGAAP – parcialmente IFRS) e 2010 (informações em IFRS).

Portanto, concluiu-se também na pesquisa de Gonçalves *et al.* (2014) que as informações contábeis em IFRS são mais relevantes que as informações com os padrões brasileiros, afirmação esta corroborada através de indicadores estatísticos. Os autores mencionam na conclusão que o aumento da relevância da informação contábil pode ser causado pela produção de informações e números mais próximas da realidade econômica da empresa, com o objetivo de atender melhor aos usuários da informação externos à empresa, principalmente o mercado de capitais. Outro motivo para o aumento da relevância, particularmente relevante no Brasil, poderia ser que as IFRS são baseadas em princípios e não são influenciadas por efeitos fiscais, que distanciam os resultados das

empresas da realidade econômica, o que era prejudicial para os analistas de instituições financeiras e do mercado de capitais.

Até mesmo antes da adoção das normas IFRS, Falk (1994) e Sá (2002) mencionavam que um dos principais motivadores para a convergência as IFRS no Brasil seria a melhoria das informações contábeis para *stakeholders*, principalmente para o mercado financeiro. Portanto, pode-se concluir que o aumento da relevância da informação contábil das normas IFRS tem relação com a geração de informações contábeis que demonstrem a realidade econômica da empresa, considerando que este é o princípio que permeia todas as demais normas (CPC 00).

Vale ressaltar, de acordo com Da Silva *et al.* (2010) que aspectos jurídicos, culturais, educacionais e fatores relacionados ao cenário econômico, entre outros, podem impedir que a convergência de direito (normas) resulte efetivamente na convergência de fato (práticas). Em outras palavras, existe o risco que, por mais que o país adote as normas IFRS, suas demonstrações podem não estar necessariamente no mesmo padrão do resto do mundo, pelos fatores já mencionados previamente.

Neste contexto, uma situação peculiar ocorre nas instituições financeiras. Ferreira (2016) menciona que o mesmo processo de avaliação e adaptação feito pelo CPC para adoção das normas IFRS no Brasil também ocorre através do BACEN para definir o padrão contábil dos bancos. O órgão regulador deve validar os padrões internacionais para que as instituições financeiras possam aplicá-las.

Ponte, Freitas e Oliveira (2013) acrescentam que tais instituições ainda não percorreram o caminho da adoção da mesma forma que as demais empresas, conforme abaixo:

No Brasil, os estudos acerca do impacto da adoção das normas internacionais se concentraram basicamente nas instituições não financeiras, haja vista que o processo de convergência, implementado nos diversos setores da economia de forma acelerada a partir de 2008, ainda não foi observado nos bancos, já que o Banco Central do Brasil (BACEN) pouco alterou a legislação contábil voltada para as instituições financeiras com vistas a adequá-la ao padrão internacional. (Ponte, Freitas e Oliveira, 2013).

Ainda conforme Ferreira (2016), o BACEN, por meio da Resolução 3.786/09, também requer que as instituições financeiras elaborem e divulguem anualmente suas demonstrações contábeis consolidadas com base nas normas IFRS, e por isso, tais instituições devem apresentar dois modelos de demonstrações contábeis: uma no padrão nacional, emitido pelo Banco Central; e outra no padrão internacional (IFRS), emitido

pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Para garantir o cumprimento das normas dos órgãos reguladores e atender às normas IFRS, é necessário que as instituições financeiras produzam dois modelos com informações contábeis diferentes, ainda que partindo dos mesmos fatos geradores, além de garantir com controles e processos que ambas as metodologias estejam corretas, o que onera de forma relevante as instituições.

Desta forma, as instituições financeiras ainda passam por um período de adaptação entre os dois modelos de publicação: adoção completa das normas IFRS nas publicações de demonstrações contábeis consolidadas, com foco em informações para o mercado, e adoção parcial das normas IFRS para atender à demanda dos órgãos reguladores (no caso das Instituições Financeiras, o BACEN).

2.2 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e sua importância para as instituições financeiras

A constituição de provisão dada a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) representa, de forma simplista, a previsão de não recebimento de um determinado valor a receber em qualquer empresa, conforme Machado *et al.* (2009). De uma forma mais detalhada, ela representa uma estimativa de perda provável dos créditos, segundo Niyama e Gomes (2001). O provisionamento serve como uma proteção financeira para as empresas caso as perdas de fato ocorram, dado que as perdas não provisionadas são cobertas pelo próprio capital, conforme Araújo *et al.* (2011). Portanto, quando referidas provisões não são suficientes para cobrir as chamadas perdas esperadas, em razão da deterioração verificada em um determinado ciclo econômico, essas perdas acabam por consumir o capital das empresas e prejudicar de forma relevante a saúde financeira de tais instituições, segundo Bikker e Metzmakers (2004).

No entanto, a PECLD tem características específicas e diferentes no setor de Instituições Financeiras. Conforme Machado *et al.* (2009), as instituições financeiras têm um papel muito relevante na economia, pois são responsáveis pelo volume de dinheiro disponível, pela definição da base monetária, e também por sua representatividade no PIB do país. Neste contexto, o setor tem grande responsabilidade na determinação do contexto e do ambiente econômico, e por consequência, a estabilidade econômica do país.

Avaliando a relevância do setor para a economia e a representatividade do risco com perdas de crédito nos bancos, os órgãos reguladores têm um controle ainda mais rigoroso com a metodologia adotada para calcular a PECLD, conforme Niyama e Gomes

(2001) e Araújo *et al.* (2011). A PECLD representa para os bancos uma mitigação dos riscos, prevenindo que possíveis perdas em ativos operacionais causem abalos à saúde da empresa. Além disso, a provisão interfere no resultado financeiro e influencia a qualidade da carteira para o mercado. Bischoff e Lustosa (2014) também mencionam que o montante estimado para perdas em créditos de liquidação duvidosa costuma representar valores relevantes para a maioria das instituições financeiras, podendo ser decisivos para a continuidade do negócio.

Araújo *et al.* (2011) complementam, dizendo que a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é fundamental nos negócios deste setor, pois não apenas absorve uma larga fatia dos lucros dos bancos, como também essencial para a correta precificação das operações de crédito em instituições financeiras, dado que o valor dos contratos concedidos é ajustado ao seu valor provável de realização pela PECLD.

Dada a relevância do cálculo da perda com créditos de liquidação duvidosa, existem algumas metodologias para tal cálculo. De forma sumarizada, existem dois critérios principais para calcular as perdas. O primeiro deles é o de Perdas Estimadas, onde as perdas são calculadas, no primeiro momento de um novo contrato, considerando a performance de contratos de perfil similar no passado, utilizando informações históricas, mas também considerando o desempenho futuro da carteira, modelo no qual se provisiona um determinado valor desde a contratação. O segundo critério é o de Perdas Incorridas, onde são reconhecidas apenas perdas dadas como certas, em geral apenas calculada com clientes que já estão inadimplentes, conforme Iudícibus *et al.* (2010).

Gomaa *et al.* (2016) fizeram um estudo comparativo entre ICL (*Incurred Credit Losses*, ou Perdas Incorridas) e ECL (*Expected Credit Losses*, ou Perdas Esperadas). Neste estudo, eles observaram que, no ICL (principalmente no IAS 39, norma emitida pelo IASB anterior à IFRS9), o reconhecimento de uma provisão para perdas por *impairment* dependia da existência de uma evidência objetiva que a perda de um ativo era provável (pelo menos 70% de probabilidade de perda) e estimável. Além disso, no modelo de perda incorrida, era proibido que as entidades utilizassem informações prospectivas na estimativa de eventos e condições futuras esperadas, mesmo que a perda fosse considerada como provável. Portanto, mudanças no cenário econômico não eram consideradas para avaliar as expectativas de perda de uma carteira.

Para corrigir as deficiências do modelo de perda incorrida, o modelo de perda esperada (na figura da IFRS 9) introduziu, entre outras exigências, duas grandes mudanças: (i) eliminou a condição mínima “provável” para o reconhecimento de redução

no valor recuperável de ativos financeiros e (ii) passou a exigir que os administradores baseassem em informações passadas e projeções de cenários econômicos futuros suas estimativas periódicas de ativos financeiros. Neste modelo, as Provisões para Perdas de Crédito não consideram apenas uma avaliação de perdas passadas e condições atuais, mas também sobre informações prospectivas sobre eventos e condições esperados (Gomaa *et al.*, 2016).

Para as instituições financeiras, quantificar com precisão o nível de risco a que estão expostos os ativos da instituição é de grande relevância, conforme Goulart (2007), não apenas pelos montantes vultosos envolvidos, considerando que um dos principais negócios dos bancos tradicionais, ou bancos múltiplos, é a intermediação financeira, mas também porque para se trabalhar num mercado tão acirrado é necessária transparência com os *stakeholders* para garantir a credibilidade tão necessária para o setor.

Em sua pesquisa a respeito de Gerenciamento de Resultados, Goulart (2007) menciona a relevância da estabilidade de resultados em Instituições Financeiras (também chamadas de IFs), considerando sua dependência de recursos de terceiros para desenvolver sua atividade, e que, portanto, as IFs tinham um interesse particular em gerenciar seus resultados através de uma suavização de resultados.

Martinez (2001) menciona que o Gerenciamento de Resultados (GR) não caracteriza fraude contábil, considerando que as legislações são cumpridas de forma correta. No entanto, em alguns pontos, as normas contábeis proporcionam uma discricionariedade dos gestores, e em alguns momentos a escolha contábil é feita considerando as expectativas dos *stakeholders* e não necessariamente refletindo a realidade do negócio.

Muitas pesquisas foram feitas sobre gerenciamento de resultados, tais como Martinez (2001), Fuji (2004), Tukamoto (2004) e Goulart (2007), as quais apresentaram evidências empíricas sobre a utilização do GR para mitigar possíveis resultados negativos ou para evitar grandes variações nos resultados.

Já Gunny (2010), numa visão incomum quando comparado à literatura do assunto, apresenta uma classificação de gerenciamento de resultados com dois cenários:

1 – Casos de *accruals management*: as decisões contábeis que irão mostrar o resultado econômico estão de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos (Dechow e Skinner, 2000);

2 – Casos com atividades de manipulação, onde os gestores realizam ações que mudam o tempo ou a estruturação de uma operação, investimento ou transação financeira

com a intenção de influenciar o resultado do sistema contábil, com o intuito de obter ganhos pessoais.

E por fim, uma das definições de Gerenciamento de Resultados frequentemente citadas em trabalhos é a de Healy e Wahlen (1999, p.368):

Gerenciamento da informação contábil ocorre quando os administradores usam do julgamento na divulgação de relatórios financeiros e na estruturação de transações para alterar os relatórios financeiros, a fim de enganar alguns agentes sobre o desempenho econômico latente da companhia ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis. (HEALY E WAHLEN, 1999, p.368).

Percebe-se então que na maior parte da literatura, encontramos a visão de GR com um viés negativo, onde a estratégia de manipulação dos números prejudica a transparência na publicação dos resultados, tornando-os mais suaves para atender às expectativas dos investidores.

Goulart (2007) optou por pesquisar o Gerenciamento de Resultados nas instituições financeiras porque são algumas das empresas que mais adotam o Gerenciamento de Resultados. Como resultados de sua pesquisa, ele retratou o seguinte:

Na pesquisa empírica, adotando-se as técnicas de correlação e regressão, foram avaliados dados contábeis semestrais das 50 maiores IF em atuação no Brasil, no período de junho de 2002 a dezembro de 2006, tendo em vista identificar a possível utilização da PDD (provisão para devedores duvidosos nas operações de crédito) ou de ajustes a valor de mercado de TVM ou do resultado com derivativos para a suavização de resultados. (...) Os resultados obtidos indicam o emprego das operações de crédito e derivativos na suavização de resultados contábeis e também dos ajustes positivos a valor de mercado de TVM. O efeito na suavização de resultados revelou-se mais forte no caso de operações de crédito, por meio da PDD, e derivativos, por meio do resultado com derivativos, nesta ordem de importância, tendo posição de menor relevância os ajustes a VM de TVM. Constatou-se que a PDD é o instrumento mais "poderoso" em termos de suavização de lucros bancários, seguido pelos derivativos; os ajustes positivos a VM de TVM também favorecem a suavização de resultados contábeis, mas desempenham papel menos relevante, não contribuindo de forma tão significativa como a PDD e o resultado com derivativos. (GOULART, 2007, p. iii)

Considerando as informações acima, pode-se entender a relevância da PECLD para as Instituições Financeiras, desde sua precificação e uso como proteção para possíveis instabilidades econômicas, até mesmo para gerenciamento e suavização de resultados. Conforme Medeiros, Silva e Duclós (2009), a PECLD também é considerada como uma ferramenta para análise da qualidade da carteira de crédito das empresas, sendo capaz de fornecer indícios relevantes para uma avaliação das políticas de crédito em vigor. Em

seguida, iremos abordar de forma aprofundada cada uma das normas vigentes e como são as metodologias de cálculo de cada uma delas.

2.3 Banco Central do Brasil e Resolução 2.682

O Banco Central do Brasil (ou BACEN) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, fundada em dezembro de 1964, através da Lei nº 4.595. Inicialmente tinha menos funções que as atuais, sendo que assumiu o modelo de trabalho atual após o processo de reordenamento financeiro governamental entre 1985 e 1988.

Conforme Corrêa (2005), o BACEN tem como atividades: atuar como um banco de dados (depósito compulsório, operações de redesconto), gerir do Sistema Financeiro (normatiza, autoriza, fiscaliza e intervém), ser agente da autoridade monetária (controla fluxos de moeda) e ser um agente financeiro do governo (financia o Tesouro Nacional, administra a dívida pública e recebe depósitos da União).

Em seu papel como gestor do Sistema Financeiro, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou em 1999 a Resolução nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição do que ele denomina provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), o que tratamos ao longo do trabalho como PECLD.

Na Resolução nº 2.682/99, o BACEN determina que as instituições financeiras devem avaliar a PECLD levando em consideração o risco e natureza da operação (se inclui garantias ou não) e o tempo de atraso, caso haja, além de uma avaliação sobre o cliente e seu setor de atuação, abrangendo o seu histórico, sua capacidade como tomador de empréstimos no mercado e sua capacidade de pagamento no futuro.

O art. 1º da Resolução CMN nº 2.682/99 determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, conforme níveis apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Critérios de Provisão do BACEN

Nível de risco	Provisão constituída
AA	0,00%
A	0,50%
B	1,00%
C	3,00%
D	10,00%
E	30,00%
F	50,00%
G	70,00%
H	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de análise da Resolução 2.682/99.

Ainda conforme o BACEN em sua Resolução nº 2.682/99, além de classificar suas operações conforme nível de risco adequado, é de responsabilidade das instituições verificar a consistência das informações:

Art. 2º A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito;

II - em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- c) valor.

Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor. (BACEN, RESOLUÇÃO 2.682/99, p.1-2).

Apesar da norma estabelecer que as instituições financeiras avaliem o risco do tomador de crédito, Verrone (2007) menciona que a resolução não define como as

instituições devem combinar os fatores apontados no artigo 2º (risco da operação e risco do cliente, existência de garantias ou não, entre outros). Portanto, cabe às instituições financeiras efetuar uma avaliação sobre como ponderar cada um dos elementos, desde que “com base em critérios consistentes e verificáveis” (Resolução nº 2.682/99, art. 2º), garantindo a apuração mais adequada ao risco de seus créditos. A resolução ainda define que a PECLD tem como destinação a cobertura de perdas prováveis, ainda que seja uma estimativa, devendo ser revisada mensalmente e superior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais apresentados no Tabela 1. No entanto, a resolução demonstrou uma quebra de paradigma para o BACEN, mesmo que ainda rígido, permitiu aos bancos que definissem a combinação dos critérios de avaliação do risco da operação, além de flexibilizar para as instituições financeiras que utilizem internamente níveis adicionais de risco, dividindo novamente a carteira além da quebra já definida, desde que corroborado que isto é necessário para um gerenciamento de sua carteira mais adequado, conforme Ferreira (2016).

Outro ponto relevante abordado na resolução diz respeito à periodicidade mínima para revisão da classificação da operação nos níveis de risco pelas instituições financeiras:

I - mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;

II - com base nos critérios estabelecidos nos arts. 2º e 3º:

- a) a cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado;
- b) uma vez a cada doze meses, em todas as situações, exceto na hipótese prevista no art. 5º.

Parágrafo 1º Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I. (BACEN, RESOLUÇÃO 2.682/99, p.2-3).

Além dos períodos de revisão obrigatória, o artigo 4º também estabelece uma classificação mínima aceitável para operações de crédito que estejam em atraso. Conforme Tabela 2, a faixa de atraso da operação é o que classifica o cliente em um determinado nível de risco:

Tabela 2 - Critérios de Prazos de Inadimplência do BACEN

Dias de atraso	Nível de risco
0	AA
0	A
15 e 30 dias	B
31 e 60 dias	C
61 e 90 dias	D
91 e 120 dias	E
121 e 150 dias	F
151 e 180 dias	G
151 e 180 dias	H

Fonte: Elaborado pela autora a partir de análise da Resolução 2.682/99.

Por último, o artigo 4º também menciona a previsão de prazo em dobro para operações de longo prazo, prazo este definido na Resolução nº 2.682/99 como sendo 36 meses. Isto representa que, caso a operação tenha um prazo a decorrer superior a 36 meses, a Tabela 2 será aplicada de forma diferente – por exemplo, para que um cliente seja provisionado na letra B, ele deverá ter entre 30 e 60 dias de atraso, e para a letra C, de 61 a 120 dias de atraso.

Sobre a metodologia de cálculo, a norma aplicada na Resolução nº 2.682/99 tem características do modelo de perdas esperadas – já antecipando possíveis perdas considerando uma expectativa de perda dado o perfil do cliente – e de perdas incorridas, caso haja indícios relevantes de inadimplência, ou seja, atraso, conforme Araújo (2014).

Estes critérios resumem os principais pontos para que as instituições financeiras cumpram com a Resolução nº 2.682/99 e atendam às demandas do BACEN sobre este assunto. No entanto, para que as instituições financeiras tenham suas ações listadas na Bolsa de Valores, as demonstrações financeiras também devem seguir o padrão das IFRS, padrão este que será discutido no próximo capítulo.

2.4 Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa - IAS 39 x IFRS 9

Após a crise financeira global de 2007/08, numerosos reguladores, formuladores de políticas e pesquisadores de contabilidade levantaram preocupações e críticas significativas de que os padrões contábeis para instrumentos financeiros foram parcialmente responsáveis por exacerbar a severidade e a duração da crise de crédito. Em abril de 2009, os líderes mundiais do G-20 pediram ao *International Accounting Standards Board* (IASB) para que avaliassem as questões de relatórios financeiros decorrentes das normas contábeis sobre avaliação e provisionamento dos instrumentos financeiros que haviam sido identificados como parte das causas profundas da crise financeira (Gomaa *et al.*, 2016).

Em resposta a essas críticas, o IASB e o FASB começaram em 2009 a trabalhar no desenvolvimento de suas próprias versões de novos padrões de instrumentos financeiros para substituir os padrões existentes. Em julho de 2014, o IASB emitiu sua versão final e completa da norma referente à Instrumentos Financeiros e *Impairment* de Ativos Financeiros (IFRS 9) para substituir o IAS 39 vigente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 (Gomaa *et al.*, 2016).

A norma IFRS 9 abrange específica como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (IAS Plus, 2019). Neste estudo, iremos focar no *Impairment* de Ativos Financeiros.

Ferreira (2016) aborda o panorama brasileiro em sua pesquisa, onde menciona que o CPC 38, norma brasileira equivalente ao IAS 39 traduzida e aprovada pelo CFC, estava em vigência no Brasil desde 2010 e trouxe para as instituições financeiras do país uma nova forma de reconhecimento e mensuração da PECLD, baseada em perdas incorridas, ao invés do modelo baseado em perdas esperadas e incorridas tradicionalmente utilizado pelas instituições financeiras e aprovado pelo BACEN.

No CPC 38, um ativo financeiro deveria contabilizar alguma perda no valor recuperável somente caso existissem evidências objetivas de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se tais eventos tivessem algum impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pudessem ser estimados de forma confiável (Ferreira. 2016). Vale frisar que no IAS 39 exigia-se que probabilidade de perda fosse de pelo menos 70% para que fosse considerada como “provável”.

De acordo com o referido CPC, se existir evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável de contas a receber, essa quantia é medida pela diferença entre a quantidade contabilizada e o valor do fluxo de caixa estimado, excluindo-se as perdas de créditos futuros que ainda não incorreram e que sejam resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Perdas futuras esperadas, que ainda não ocorreram, a partir de então não podem mais ser reconhecidas por meio de estimativas, é preciso que o evento tenha efetivamente ocorrido para que possa ser registrada a perda (CPC 38, 2009).

Este modelo é aquele estabelecido pelo IAS 39, baseado em perdas incorridas, onde o evento econômico que as ocasiona (ou seja, o atraso) já ocorreu. Este conceito é muito diferente do conceito de perda esperada, que se antecipa à realização do evento, conforme Silva (2009).

A IFRS 9 foi emitida em julho de 2014, e altera de forma substancial a metodologia sugerida pela norma anterior. Ela entrou em vigência em janeiro de 2018, norma que diferente da anterior, apresenta sugestões de modelos e detalhes para o cálculo do provisionamento, conforme Ferreira (2016).

Conforme Marshall (2015), o modelo de *impairment* segundo a IFRS 9 é conceitualmente um modelo de 'provisão para perdas', reconhecendo uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros antes de quaisquer perdas terem sido incorridas e atualizando a quantia de perdas de crédito esperadas reconhecidas em cada data de reporte risco de crédito de instrumentos financeiros, com uma visão prospectiva (*forward looking*).

Ferreira (2016) complementa, mencionando que o reconhecimento das perdas esperadas de Crédito (ou *Expected Credit Loss* – ECL) no conceito *lifetime* (ou seja, considerando toda a vida útil dos ativos financeiros) que tiverem um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, é o principal objetivo dos requerimentos de *impairment*.

Ferreira (2016) frisa que não existe uma descrição detalhada nem uma abordagem específica para estimar as perdas de crédito dentro da norma, mas espera-se que as perdas reflitam três critérios: 1) valores não tendenciosos e prováveis, 2) a variação do valor do dinheiro ao longo do tempo, e 3) informações que sejam razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custos ou esforços relevantes na data do relatório, e devem considerar fatos passados, atuais e previsões econômicas sobre o futuro.

A aplicação dos requerimentos de *impairment* segundo a norma IFRS 9 requer que a empresa siga com o seguinte fluxo:

Figura 1 - Fluxograma da aplicação de *impairment* segundo a IFRS 9

(*) a abordagem simplificada é opcional, e pode ser aplicada para contratos de arrendamento mercantil e contratos a receber com prazos de 12 meses (ou menos) e baixo risco de crédito.

Fonte: Ferreira, 2016

Ainda conforme Ferreira (2016), para cada data de balanço, a entidade deve reconhecer uma provisão de perda baseada nos estágios apresentados na Figura 2:

Figura 2 - Fluxograma de estágios de mudanças na qualidade de crédito

Fonte: Ferreira, 2016

O estágio 1 inclui instrumentos financeiros com baixo risco de crédito ou com um risco de crédito insignificante no encerramento do período contábil, conforme Gornjak (2017). Para esses ativos, a perda de crédito esperada para 12 meses (uma perda de crédito de inadimplência que podemos esperar nos próximos 12 meses após o fim do exercício) é reconhecida no resultado. Novotny-Farkas (2016) explicam que a Perda Esperada para 12 meses é calculada multiplicando a probabilidade de *default* de 12 meses, o LGD (*Loss Given Default*, parâmetro de perda dada a inadimplência) $\times$ EAD (*Exposure at Default*, ou o valor do risco tomado).

Gornjak (2017) descreve então o estágio 2, que inclui instrumentos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, com reconhecimento da perda *lifetime*. Se compararmos uma perda de crédito esperada de 12

meses com uma perda *lifetime*, a expectativa é que a perda esperada aumente até 10 vezes, considerando que a probabilidade de default considera a vida toda do contrato.

O Estágio 3 inclui instrumentos financeiros com um fator objetivo de redução ao valor recuperável na data do balanço e a perda de crédito *lifetime* é reconhecida (antes da inadimplência definitiva), e neste ponto a norma é similar ao IAS 39 (Novotny-Farkas, 2016).

Ainda conforme Novotny-Farkas (2016), a diferença entre o estágio 2 e o estágio 3 se refere ao reconhecimento da receita de juros. No estágio 3, o cálculo é baseado no valor líquido, ou seja, o valor contábil bruto menos o ajuste líquido de perdas, similar ao IAS 39. Um modelo de *impairment* de três estágios com base nas perdas de crédito esperadas é uma aproximação da contabilização do justo valor e do valor económico dos empréstimos, e este é o grande destaque desta norma.

Quando comparamos as duas normas, é possível entender os motivos pelos quais acredita-se que a IFRS 9 aumente de forma relevante a despesa das instituições financeiras perante o modelo anterior: o provisionamento desta linha passa a ser preventivo, incluindo contratos em dia, sem sinais de deterioração de crédito.

2.5 Nova 2.682

O Banco Central do Brasil disponibilizou no dia 22/02/2018 o Edital de Consulta Pública 60/2018, onde divulgou propostas de atos normativos dispondo sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, adotando critérios similares à IFRS 9, para discussão e possível adoção futura pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As instituições afetadas por tal Edital puderam opinar sobre ele até a data final da consulta, que se deu no dia 27/04/2018, opiniões estas que estão disponíveis no site do próprio BACEN. Deste momento em diante, o Banco Central esteve deliberando sobre o conteúdo do Edital e sobre os comentários feitos pelas instituições, e até o presente momento não se posicionou quanto a uma nova resolução definitiva e nem sobre uma data para que as instituições ajustem suas publicações.

O Edital divide todos os tipos de contrato de crédito em cinco categorias, determinadas como Carteiras, conforme abaixo:

Art. 13. As instituições mencionadas no art. 1º devem observar limites mínimos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativos aos instrumentos classificados no terceiro estágio, conforme percentuais definidos pelo Banco Central do Brasil, considerando a seguinte segregação em carteiras:

I - carteira 1: financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;

II - carteira 2: financiamentos habitacionais fora do SFH e outros instrumentos garantidos por imóvel residencial, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;

III - carteira 3: instrumentos garantidos por alienação fiduciária de imóveis, não abrangidos pelos incisos I e II, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;

IV - carteira 4: instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais ou por alienação fiduciária de veículos, operações de arrendamento mercantil e operações de crédito rural para investimento, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;

V - carteira 5: os instrumentos a seguir:

- a) operações de crédito rural para custeio;
- b) operações para capital de giro e crédito pessoal;
- c) desconto de recebíveis;
- d) financiamentos não abrangidos pelos incisos I a IV;
- e) instrumentos garantidos por alienação fiduciária de outros bens não abrangidos pelos incisos I a IV, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e
- f) instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis não residenciais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e

VI - carteira 6: demais instrumentos financeiros. (BACEN, EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA 60/2018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018, p.9).

Além da divisão por Carteiras, as principais diferenças entre o Edital e a norma IFRS 9 que foram identificadas pela autora são as seguintes:

Conforme o Edital, todos os ativos com problema de recuperação de crédito deveriam ser classificados automaticamente no Estágio 3. Neste cenário, conforme questionamentos colocados pelos bancos no site do BACEN, existe dúvida sobre o enquadramento dos contratos renegociados sem atraso neste critério. Se fossem enquadrados aqui, o impacto financeiro seria relevante, considerando que no Estágio 3 a perda considera a vida toda do contrato (ou seja, a perda é *lifetime*). No entanto, o Edital não explica com clareza quais são os ativos que devem ser considerados como “problemáticos”;

Quando um contrato for classificado no Estágio 3, o Edital exige que a instituição reclassifique todos os demais contratos do mesmo cliente no Estágio 3. Em outras palavras, o Estágio 3 irá causar um arrasto para todos os contratos do mesmo cliente. No entanto, admite-se, em caráter de exceção, uma classificação diferente para contratos com de crédito significativamente inferior aos demais contratos do mesmo cliente, estabelecendo uma materialidade para o arrasto;

Em casos de renegociação, o Edital exige que seja comparado o risco de crédito no reconhecimento inicial do instrumento original com o risco de crédito decorrente da renegociação (trigger relativo);

O Edital considera que, no Estágio 1, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos doze meses. Na norma IFRS 9, se a vida do contrato fosse inferior à doze meses, existia a possibilidade de ajustar a provisão conforme o prazo decorrente;

A alteração mais relevante do Edital seria a criação de uma tabela com provisões mínimas para ativos “problemáticos”. Os principais questionamentos colocados pelos bancos neste ponto foram à respeito do enquadramento de produtos em cada uma das Carteiras, sobre as garantias que são exigidas aqui e também sobre o tamanho do impacto causado pelos mínimos. Tais exigências estão descritas na Tabela 3, conforme abaixo:

Tabela 3 - Provisões Mínimas para Ativos com Problema de Recuperação de Crédito

Carteira	Atraso no Pagamento de Principal e Encargos	Provisão Mínima
Carteira 1	Até 150 dias	5%
	de 151 a 240 dias	10%
	de 241 a 300 dias	20%
	de 301 dias a 12 meses	30%
	entre 12 e 15 meses	40%
	entre 15 e 18 meses	50%
	entre 18 e 21 meses	70%
	entre 21 e 24 meses	90%
Carteira 2	Até 150 dias	10%
	de 151 a 240 dias	20%
	de 241 a 300 dias	30%
	de 301 dias a 12 meses	40%
	entre 12 e 15 meses	50%
	entre 15 e 18 meses	60%
	entre 18 e 21 meses	75%
	entre 21 e 24 meses	90%
Carteira 3	Até 150 dias	20%
	de 151 a 240 dias	30%
	de 241 a 300 dias	40%
	de 301 dias a 12 meses	50%
	entre 12 e 15 meses	60%
	entre 15 e 18 meses	70%
	entre 18 e 21 meses	80%
	entre 21 e 24 meses	90%
Carteira 4	Até 150 dias	30%
	de 151 a 240 dias	40%
	de 241 a 300 dias	50%
	de 301 dias a 12 meses	60%
	entre 12 e 15 meses	75%
	entre 15 e 18 meses	90%
Carteira 5	Até 150 dias	50%
	de 151 a 240 dias	60%
	de 241 a 300 dias	70%
	de 301 dias a 12 meses	80%
	entre 12 e 15 meses	90%
Carteira 6	Até 120 dias	70%
	de 121 a 150 dias	75%
	de 151 a 180 dias	80%
	de 181 a 240 dias	85%
	de 241 a 300 dias	90%
	de 301 dias a 12 meses	95%

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Edital de Consulta Pública 60/2018.

As demais exigências da norma são muito similares à norma IFRS 9, e foram pouco contestadas pelas instituições que avaliaram esta norma. Vale ressaltar que o BACEN ainda está avaliando os questionamentos feitos pelas instituições enquanto a consulta ainda estava aberta ao público, e não temos prazo para implantação do mesmo.

3 Procedimentos Metodológicos

Existem diversas classificações e metodologias da pesquisa científica, mas é importante pontuar que a escolha do método deverá focar-se na natureza do problema, também ponderando o nível de aprofundamento que se espera obter na pesquisa, conforme Dalfovo, Lana e Silveira (2008).

Quanto à abordagem do problema, existem duas classificações que são as mais utilizadas:

a) Pesquisa Quantitativa, onde tanto na coleta quanto no tratamento das informações através técnicas estatísticas, utiliza-se a quantificação, para obtenção de resultados mitigando possíveis distorções de análise e interpretação.

b) Pesquisa Qualitativa, que objetiva descrever a complexidade de determinado problema, onde é primordial a compreensão e classificação de processos dinâmicos vividos por grupos, sejam eles pessoas ou empresas, promovendo um processo de mudança através do entendimento das diversas particularidades dos indivíduos (Dalfovo, Lana e Silveira, 2008).

Considerando os objetivos da pesquisa em capturar as percepções dos profissionais do mercado quanto à entrada das novas normas regulatórias de PECLD, fica claro o caráter qualitativo do trabalho.

Outro tipo de classificação para a pesquisa científica é quanto aos objetivos. Existem três tipos de pesquisa:

1- Pesquisa exploratória: busca conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro. Este é o tipo de pesquisa que está alinhado com os objetivos e que foi utilizado no decorrer do trabalho.

2- Pesquisa descritiva: usada para a análise e interpretação de fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

3- Pesquisa explicativa resulta em estudos mais aprofundados, pela necessidade de explicar os determinantes na ocorrência dos fenômenos (Raupp e Beuren, 2006).

Considerando estas classificações, é importante explicar qual foi a forma de coleta de dados, o público avaliado e a metodologia usada para atender aos tipos e objetivos da pesquisa, o que será discutido nos próximos capítulos.

3.1 Coleta de dados

Buscando atender aos objetivos já mencionados no início, a pesquisa irá utilizar dados coletados do site do Edital de Consulta Pública do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/audpub/DetalharAudienciaPage?1>), onde são detalhadas as sugestões de diversas empresas e pessoas que serão impactadas pela mudança da norma. Os participantes da pesquisa serão todos os respondentes do Edital de Consulta Pública.

Ao todo, estão disponíveis 18 respostas (presentes no Anexo A), das quais temos uma resposta repetida, uma resposta sem informação relevante e uma resposta que foi, posteriormente, reenviada com ajustes. Portanto, temos 15 respostas disponíveis para análise.

Entre os respondentes, temos uma Associação ou Bancos de Desenvolvimento, duas Associações ou Organizações Cooperativas, um comentário aos respondentes cadastrado pelo próprio Banco Central do Brasil, um Banco de Desenvolvimento, dois Bancos Múltiplos, dois Bancos Múltiplos ou de Desenvolvimento, uma empresa de Consultoria e dois Consultores, além de uma empresa responsável pelo desenvolvimento de Softwares Bancários.

No entanto, é notável a ausência de resposta de alguns grandes bancos brasileiros, tais como o Itaú e o Bradesco. Pelo que foi possível avaliar, estes bancos enviaram uma resposta conjunta com a Febraban para o Banco Central, e não foi possível obter acesso à esta resposta, dado que não era de natureza pública.

Portanto, temos uma lacuna de pesquisa quanto à opinião da Febraban e dos bancos que optaram por consolidar seus pontos de vista em uma resposta única ao Banco Central, e a autora acredita que este é um dos motivos pelos quais a quantidade de respostas é menor do que o esperado, principalmente com relação à um assunto tão relevante para o mercado bancário.

3.2 Análise de Conteúdo

O método de pesquisa Análise de Conteúdo (Bardin, 2011, p. 280) tem as seguintes fases para a sua condução:

a) organização da análise, que basicamente envolve organizar os dados selecionados;

b) codificação:

Consiste num processo de leitura dos dados, dando destaque as palavras exatas do texto que parece capturar os principais pensamentos ou conceitos. Em seguida, o pesquisador aborda o texto fazendo anotações de suas primeiras impressões, pensamentos e análise inicial. Enquanto esse processo continua, emergem etiquetas para códigos que refletem mais de um pensamento-chave. Estes frequentemente vêm diretamente do texto e passam a ser o esquema de codificação inicial. Códigos então são classificados em categorias com base em como códigos diferentes são relacionados e vinculados. Essas categorias emergentes são usadas para organizar e agrupar códigos em aglomerados. (HSIEH e SHANNON, 2005).

c) categorização;

Pode-se definir a categorização como um procedimento para agrupar dados considerando aquilo que é comum entre eles. Classifica-se, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo, por semelhança ou analogia, que podem ser semânticos, originando categorias temáticas, podem ser sintáticos, definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc., ou podem ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. No entanto, é importante mencionar que cada conjunto de categorias deve fundamentar-se em apenas um destes critérios (BARDIN, 2011).

A categorização necessita obedecer a um conjunto de critérios, sendo eles os seguintes:

1. As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas;
2. A classificação do conteúdo deve ser mutuamente exclusiva;
3. E também a classificação deve ser consistente. (BARDIN, 2011).

No entanto, os conceitos para categorização são subjetivos, e por isso, é imprescindível discuti-los e compreendê-los. O eventual não atendimento a algum deles numa pesquisa deve ser justificado adequadamente (BARDIN, 2011).

d) e por fim, tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

A organização da análise dos pareceres coletados seguiu uma metodologia similar ao descrito na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). No entanto, no passo de codificação proposto, é necessário recortar, enumerar, classificar e agregar as informações, o que exige uma certa massa de dados coletados. Neste ponto, dada a ausência de respostas e conteúdo suficiente, não foi possível seguir o processo proposto por ela de forma completa. Portanto, utilizou-se parcialmente os contornos de uma Análise de Conteúdo, classificando as respostas em categorias, principalmente para auxiliar na compreensão do que está por trás dos discursos.

4 Análise das Opiniões sobre o Edital de Consulta Pública 60/2018

Antes da discussão do Edital e dos comentários dos interessados no mesmo, que serão objeto de consideração nesta Dissertação, parece caber uma observação própria para reflexão nas discussões posteriores. É importante lembrar que uma parte do objetivo do Banco Central do Brasil (2019), conforme mencionado em seu site, é “proteger os recursos que os cidadãos confiam às instituições integrantes do sistema”. Portanto, em suas normatizações, o Banco Central deve garantir que está abrangendo todas as instituições financeiras, para que ele possa proteger de forma apropriada os recursos depositados pelos cidadãos nestas instituições. Ao contrário de um regulador de mercado de capitais, como a CVM, que tem entre seus objetivos principais assegurar que informações relevantes para tomada de decisões por investidores estejam disponíveis simultaneamente a todos os interessados, pela referência supra relativa ao Banco Central a preocupação primária deste, embora não única, é perseguir o objetivo de hígidez de cada instituição pertencente ao sistema, dentro de um conceito que, se se puder fazer uma leitura mais informal, dispõe que “nenhuma corrente é mais forte do que o mais fraco de seus elos”.

As normas IFRS oferecem algumas determinações e orientações quanto à forma de mensuração, reconhecimento e divulgação das informações contábeis, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis. No entanto, em algumas transações, os preparadores dos relatórios financeiros podem optar, de forma subjetiva, por diversas formas de registrar o evento contábil. (Martinez, 2001).

Posto serem as normas IFRS de caráter “principlológico” e não pretenderem ser “regras de conduta”, isto leva de certo a uma subjetividade nas mesmas como um todo; face a isto, é razoável imaginar que o Banco Central não as tem adotado em sua integralidade, provavelmente a partir da visão que normas contábeis para instituições por ele reguladas devem primariamente, apresentar quão “hígida” está a situação patrimonial e financeira das entidades por ele fiscalizadas. Isto implica que a Autoridade Monetária busca provavelmente evitar que a subjetividade inerente a uma norma principlológica fira a premissa de hígidez patrimonial e assim se possa garantir que os riscos envolvendo operações de Crédito e o Sistema Bancário e Financeiro como um todo estejam mitigados. Provavelmente por isso suas resoluções tenham um teor eventualmente mais “conservador” e necessariamente menos “tolerante” para com opções, do que as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Sobre os dados coletados, conforme já mencionado, foram 18 respondentes com 15 respostas concretas de 13 instituições/empresas diferentes, as quais iremos analisar. As instituições respondentes foram classificadas de acordo com sua atividade em 8 subgrupos diferentes, que são os seguintes:

- Associação/ Bancos de Desenvolvimento – 1 instituição
- Associação/ Organização Cooperativas – 2 instituições
- Banco Central – 1 instituição
- Banco de Desenvolvimento – 1 instituição
- Banco Múltiplo – 2 instituições
- Banco Múltiplo/ Desenvolvimento – 2 instituições
- Consultor – 1 empresa e 2 consultores
- Desenvolvimento de Softwares Bancários - 1 respondente

Ao todo, coletou-se 83 tópicos mencionados pelos respondentes (com repetições de tema), que foram classificadas em respostas concentradas em 15 temas principais, conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Respostas Edital de Consulta Pública 60/2018

Tema	Qtde. Respostas
Detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	16
Periodicidade de revisões	8
Revisão da data de início da adoção da norma	6
Definição de Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	6
“Quebra” ou subdivisão de carteiras	5
“Trigger” relativo	5
Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	5
Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	5
Efeito “Arrasto”	4
Grupos Homogêneos	3
Limites Mínimos	3
Critério do aumento significativo de risco	2
Prazo de Baixa	2
Abrangência do Edital	2
Outros	11
Total Geral	83

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Edital de Consulta Pública 60/2018

Todo o conteúdo analisado encontra-se nos anexos. Foram percebidas as ausências dos três maiores bancos privados do Brasil: Itaú, Bradesco e Santander, que enviaram suas recomendações juntamente com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), as quais não estão disponíveis para consulta no site do Banco Central do Brasil.

4.1 Detalhamento do Texto para facilitar a compreensão/ Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito

As normas IFRS trouxeram para o Brasil o conceito de um sistema contábil baseado em princípios. Este conceito também foi aplicado parcialmente pelo BACEN neste Edital, ainda que de forma muito menos liberal. Conforme Paulo, Carvalho e Girão (2014), este sistema tem características específicas, buscando retratar a realidade econômica e financeira da empresa da melhor forma possível, e por isso, envolve diretrizes menos detalhadas e procedimentos subjetivos, onde o profissional contábil utiliza mais frequentemente o seu juízo de valor.

Neste Edital, o tema que foi mais recorrente entre as opiniões dos respondentes foi quanto a informações e conceitos que não estavam claros no Edital. Um exemplo disso foi a opinião colocada pelo Washington Araujo de Lima (Consultor), que sugeriu uma menção do que é o termo “contraparte”, conforme definido nas resoluções 4.557/17 (Art. 21, § 1º, I) e 4.606/17 (Art. 25, § 1º, I), com o objetivo de evitar distorções nos entendimentos e interpretações dos termos. Em outras palavras, quando os conceitos são subjetivos, diferenças no entendimento da norma podem gerar resultados diferentes entre as Demonstrações Financeiras das instituições.

Outro tema relacionado com a revisão do texto para melhorar a compreensão dos usuários das normas contábeis do BACEN se refere ao conceito de Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito, o qual teve 6 menções entre os diferentes respondentes. A Resolução 4.577 do Banco Central do Brasil apresenta a definição de Ativo Problemático, o que parece ser muito similar à definição do Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito presente no Edital. No entanto, o BACEN não corroborou se os dois termos significam a mesma coisa ou não. Fernando Barros de Lima, respondente do Banco do Nordeste, resume a preocupação de todos da seguinte forma: "Em relação à classificação do 3º estágio citada pela resolução “ativo com problema de recuperação de crédito”,

sugerimos o alinhamento dos conceitos empregados entre a Resolução nº 4.557/17 que traz a figura do “ativo problemático” com a presente resolução."

Todos os pontos mencionados acima são provavelmente reflexo de uma cultura dos contadores brasileiros, geralmente acostumados com normas expressas e bem definidas na forma de regras. As normas IFRS vieram para alterar a forma como as informações contábeis são geradas no Brasil. Em sua pesquisa, de Iudicibus e Lisboa (2007) discutem o desafio da aplicação de normas baseadas em princípios para os contadores brasileiros:

Os contadores brasileiros, ao utilizar as normas locais, não são convidados a pensar: são convidados a aplicar e obedecer. Já a linguagem anglo-saxônica dos pronunciamentos internacionais, aos quais deveremos aderir, é extremamente complexa e exige grande grau de subjetivismo e análise para ser entendida. Isso pode parecer e será, em longo prazo, um progresso, mas a curto prazo traz dúvidas na aplicação das normas. (Iudicibus e Lisboa, 2007, p. 4)

Portanto, neste período de adaptação de normas principiológicas, Paulo, Carvalho e Girão (2014) recomendam que as normas devem ser acompanhadas por um guia de implementação, considerando possíveis especificidades de transações ou eventos, baseado nos conceitos da Estrutura Conceitual.

4.2 Data de início da adoção da norma

Outro ponto mencionado repetidamente nas respostas do Edital de Consulta Pública foi quanto à data de início de adoção da norma, prevista inicialmente para 01 de janeiro de 2019. A data não se concretizou, mas no momento do fechamento do sistema de resposta da Consulta Pública, os afetados teriam em torno de 7 meses para efetuar todas as alterações sistêmicas necessárias para implantar a nova Resolução. Neste sentido, Miltines Gomes, especialista contábil da empresa Matera Systems, respondeu o seguinte:

"...no que tange ao nível de provisionamento em que as instituições deverão ter dados consistentes internos e externos para determinar o % de provisão, entendemos que cada IF deverá ter sua memória de cálculo e isso irá demandar grandes alterações sistêmicas, visto que, tanto os legados geradores de informações como os sistemas de Central de Risco NÃO possuem todos os dados para calcular qual seria o % de provisão de determinado Cliente. Isso vai demandar tempo, tanto para as IFs como para os fornecedores de softwares se adequarem ao novo modelo. O prazo inicial (Jan2019), estipulado pelo BACEN não seria suficiente para as IFs e fornecedores de Softwares se adequarem."

Miltines Gomes, Matera Systems, 2018 (Apêndice A)

Considerando todos os respondentes e suas observações a respeito da complexidade das alterações que deveriam ser feitas (conforme Anexo B), de fato o prazo estabelecido para desenvolvimento sistêmico e implantação das demais alterações necessárias para a norma não teria sido suficiente. Não apenas isso, mas existe obviamente um custo muito elevado envolvido em trocar todos os sistemas para essas alterações. Por isso, espera-se que as instituições afetadas prefiram que as diferenças entre a nova norma e a IFRS 9 não sejam muitas, para que a implantação tenha um baixo custo com um tempo ainda menor de implantação.

O custo de mudanças regulatórias é de grande relevância para os órgãos reguladores e para os impactados pela regulamentação, tão relevante que foi desenvolvida uma ferramenta política sistemática para examinar e ponderar os custos, os benefícios e quaisquer outros efeitos prováveis decorrentes da nova regulação, chamada de Análise de Impacto Regulatório (AIR). A ferramenta tem por objetivo informar os tomadores de decisão a respeito de diversos tópicos, incluindo objetivos e efeitos esperados da nova regulação; avaliação de eventuais problemas políticos; consideração das alternativas; avaliação de todos os impactos e impactados e resultados da consulta pública, se houver, entre outros, conforme OECD (2008), até mesmo para auxiliar a orientar e redesenhar a norma, caso necessário.

Salgado e Borges (2010) mencionaram em sua pesquisa que, infelizmente, esta é uma ferramenta que não está ainda implementada na maior parte dos órgãos reguladores de mercado brasileiros. Neste cenário, seria muito interessante incluir esta ferramenta para avaliar o Edital 60/2018, contemplando inclusive as mesmas opiniões que estamos analisando neste estudo, para garantir que a norma traga o melhor benefício para atender aos objetivos do BACEN e ainda assim não onerar de forma significativa as instituições financeiras.

4.3 Periodicidade das Revisões

Um tema que também foi abordado como sendo custoso para as instituições financeiras é a periodicidade das revisões, principalmente em três momentos:

- 1 – revisão da reclassificação dos clientes entre estágios (art. 4º);
- 2 – revisão da perda associada ao risco de crédito (art.7º);
- 3 – revisão da provisão de perda associada ao risco de crédito em si (art. 14º).

Os respondentes abordaram as revisões periódicas dos pontos acima como sendo excessivamente periódicas, conforme citações abaixo, o que eleva o trabalho e o tempo dedicado a este assunto:

Art. 4º, inciso II: “Sugerimos que a classificação seja anual com exceção dos casos em que haja materialidade da exposição calculada mediante algum critério, como por exemplo, um percentual do PR.”

Miltines Gomes, Matera Systems, 2018 (Anexo A)

Art. 4º Inciso III: "O presente inciso sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal."

Fernando B. Lima, Banco do Nordeste (Anexo B)

Art. 14º: “O presente artigo sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, quando houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está classificado o instrumento, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal.”

Fernando B. Lima, Banco do Nordeste (Anexo B)

A proposta aqui é que o BACEN avalie com cuidado as propostas colocadas pelos respondentes, e entenda quantas revisões são de fato necessárias anualmente para que os riscos estejam mensurados corretamente, mas ainda assim sem onerar o tempo de dedicação à implementação da norma pelos colaboradores das instituições financeiras de forma relevante. Vale pontuar que este impacto obviamente pode ser menos relevante para os grandes bancos, mas pequenas instituições financeiras podem sofrer com o tempo despendido mensalmente na elaboração das Demonstrações Financeiras. O Estado regulatório não pode sufocar a livre iniciativa, a concorrência e o espírito inovador, como Salgado e Borges (2010) mencionam em sua pesquisa.

4.4 “Quebras” ou subdivisões de Carteiras e Bancos de Desenvolvimento

A definição da “quebra” em seis carteiras também gerou desconforto para os respondentes, incluindo alguns pontos específicos abordados pelos bancos de desenvolvimento. A principal sugestão foi que os bancos fossem envolvidos em um estudo mais aprofundado para definir a quebra ou subdivisão dos contratos nas carteiras específicas. Já os bancos de desenvolvimento solicitaram uma carteira específica para incentivar o fomento e desenvolvimento de empresas no país.

"A Res. N 2.682 atualmente prevê em seu Art. 5º, abaixo transcrito, que para os clientes com exposição de valor até R\$ 50.000,00 a classificação dessas operações seja realizada em função unicamente do atraso. Assim, sugerimos a adoção de metodologia similar para as operações de pequeno valor, para evitar a elevação significativa de custos operacionais, de observância e de captura de informações com essas operações.

“Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.””

Fernando B. Lima, Banco do Nordeste (Anexo B)

Como corroborado no depoimento acima, a “quebra” por carteiras do Edital de fato não contempla todos os produtos e instituições que existem no Brasil. O BACEN teria então uma jornada pela frente, adaptando a nova resolução para a prática e produtos bancários do Brasil, incluindo incentivos para bancos de desenvolvimento e também visões específicas para Cooperativas de Crédito e outras instituições características do país que necessitam de uma atenção especial.

5 Conclusão

Conforme já mencionado, as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) tem grande relevância no resultado das Instituições Financeiras. Após a crise de 2018, a norma IAS 39 (no Brasil, CPC 38) foi substituída pela IFRS 9, que alterou de forma substancial a metodologia sugerida pela norma anterior. Em 2018, o BACEN publicou o Edital de Consulta Pública 60/2018, uma tentativa de adaptação do IFRS 9 para a realidade regulatória das instituições financeiras brasileiras.

Muitas pesquisas foram feitas a respeito da IFRS 9 e seus impactos nas instituições financeiras; no entanto não foram encontradas pesquisas que avaliassem em profundidade o Edital de Consulta Pública 60/2018, nem comparações do edital com as normas vigentes (Resolução nº 2.682/99 e IFRS 9). Ante a lacuna exposta, o objetivo desta pesquisa foi consolidar o entendimento vigente à respeito de Perda Esperada, Perda Incorrida e PECLD, além de abordar as percepções das Instituições Financeiras brasileiras e dos demais participantes do SFN à respeito das alterações propostas pelo Edital de Consulta Pública 60/2018 para PECLD.

Após análise das respostas, foi possível identificar algumas lacunas no Edital. A principal delas se refere a informações e conceitos que não estavam claros no texto, e, portanto, a aplicação da norma poderia divergir entre instituições, considerando a subjetividade que permeia o Edital. Entende-se que as normas IFRS são um sistema contábil baseado em princípios, visão adotada pelo BACEN, ainda que em menor proporção. A recomendação aqui seria que a norma viesse acompanhada por um guia de implementação, assegurando a igualdade no entendimento dos conceitos entre as instituições financeiras.

Outro tema recorrente se referia à data de início de adoção da norma, prevista inicialmente para 01 de janeiro de 2019. A data não se concretizou, mas no momento do fechamento do sistema de resposta da Consulta Pública, os afetados teriam em torno de 7 meses para efetuar todas as alterações sistêmicas necessárias para implantar a nova Resolução. Foi um consenso entre os respondentes que o prazo estabelecido para desenvolvimento sistêmico e implantação das demais alterações necessárias para a norma não era suficiente, além do alto custo de implantação. Ainda que o prazo proposto inicialmente não tenha sido cumprido, a reclamação quanto ao curto prazo de implantação ainda deve ser tratada, caso o BACEN decida transformar o Edital em uma Resolução

definitiva. Para isso, recomenda-se que o BACEN avalie as mudanças e o tempo de implantação de cada uma delas, além do custo envolvido, para que priorize as mudanças com melhor custo-benefício, e então defina, eventualmente, vários prazos (progressivos) de implantação.

Sobre a relação custo-benefício, também se pode mencionar a periodicidade das revisões, tanto da reclassificação dos clientes entre estágios (art. 4º), da perda associada ao risco de crédito (art.7º) e da provisão de perda associada ao risco de crédito em si (art. 14º). Os respondentes abordaram as revisões periódicas dos pontos acima como sendo excessivamente periódicas, podendo onerar o tempo dos colaboradores das instituições financeiras de forma relevante. Vale pontuar que este impacto obviamente pode ser menos relevante para os grandes bancos, mas pequenas instituições financeiras podem sofrer com o tempo despendido mensalmente na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Por último, mencionamos a “quebra” ou subdivisão por carteiras do Edital como outro tema recorrente. A definição de carteiras presente no Edital de fato não contempla todos os produtos e instituições que existem no Brasil. Para solucionar este ponto, a nova resolução deve ser adaptada para o Brasil, incluindo incentivos para bancos de desenvolvimento e também visões específicas para Cooperativas de Crédito e outras instituições características do país.

Outros pontos foram abordados e analisados, conforme Anexo B, e aqui priorizou-se os tópicos de maior relevância, considerando a quantidade de respondentes. A conclusão da análise de todos estes dados pode ser resumida em três pontos principais:

- O Edital busca cumprir com o objetivo do BACEN, protegendo o depositante à medida que busca mitigar eventuais riscos de crédito e evitar que instituições financeiras possam vir à falência.
- Além disso, houve uma evolução por parte do BACEN em trazer uma visão principiológica para o Edital, a qual esperamos que possa vir a ser refletida em outras normas também, tornando-as mais baseadas na realidade de cada instituição.
- No entanto, entende-se que os contadores das instituições financeiras, provavelmente pela longa exposição ao comando de “regras”, podem ainda tem receios em adotar normas principiológicas. Os demais pontos também exigem uma atenção do órgão regulador, adequando a norma à realidade brasileira.

Portanto, entendo que a norma tal como exposta à audiência pública ainda não está madura o suficiente para ser imposta ao Sistema Financeiro. No entanto, várias instituições transparecem em suas respostas que estão abertas para uma discussão com o Banco Central do Brasil, com o objetivo de transformar a nova resolução em uma norma adequada para todas as especificidades da cultura das Instituições Financeiras brasileiras.

A conclusão acima reflete o conteúdo desta pesquisa e da opinião dos respondentes do Edital de Consulta Pública 60/2018 que estão disponíveis no site do Banco Central do Brasil. Outras pesquisas podem complementar a conclusão deste trabalho, incluindo análises de outros editais do BACEN e das informações da Febraban a respeito deste tópico.

6 Referências

- Acuña, B. C. M., Cruz, C. F., Oviedo, T. G., Salotti, B. M., & Martins, E. (2013). *Impactos da Transição de Normas Contábeis sobre o lucro e o patrimônio líquido de Companhias Brasileiras Componentes do IBrX-100*. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, 16(3).
- Araújo, A. M.H. B., Paulo, E., Lustosa, P. R. B. & Dantas, J. A. (2011). *A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e a sua relação com os Ciclos Econômicos no Brasil*. Congresso Anpcont.
- Araújo, A. M. H. B. (2014). *A ciclicidade da provisão para créditos de liquidação duvidosa em bancos comerciais*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)—Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília.
- Ball, R.; Brown, P. (1968). *An Empirical Evaluation of Accounting Income Numbers*. Journal of Accounting Research. Chicago, Vol. 6, N. 2, p. 159-178.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Barth, M. E., Landsman, W. R. e Lang, M. H. (2008), *International Accounting Standards and Accounting Quality*. Journal of Accounting Research, 46: 467-498. Recuperado de 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x
- Bischoff, L., Lustosa, P. R. B. (2014). *PCLD e Suavização de Resultados em Instituições Financeiras no Brasil*. In: XXXVIII Encontro da Anpad.
- Bryman, A. (2004). *Social Research Methods*. University Press (2a ed.), Oxford.
- Cardoso, F.A. (2016). *Perdas Esperadas ou Perdas Incorridas: Qual Modelo Reflete mais Apropriadamente as Perdas Efetivas dos Bancos Brasileiros?* Universidade de Brasília.
- Cohen, B. H., & Edwards, G. (2017). *The new era of expected credit loss provisioning*. BIS Quarterly Review. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=2931474>.
- Corrêa, R. V. (2005). *A provisão para créditos de liquidação duvidosa nas instituições financeiras*. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124927>.
- Costa, J. A., Amamoto, M. M. & Theóphilo, C. R. (2011). *A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade*. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.
- Cupertino, C. M.; Lustosa, P. R. B. (2004). *O Modelo Ohlson para a Avaliação de Empresas: Tutorial para Utilização*. 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

- da Silva, P. C., Weffort, E. F. J., Peters, M. R. S., & de Sales Cia, J. N. (2010). Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. *Contabilidade Vista & Revista*, 21(2), 69-94.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 2(3), 1-13.
- Dechow, P. M., Skinner, D. J. (2000) *Earnings Management: Reconciling the Views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators*. Accounting Horizons: June 2000, Vol. 14, No. 2, pp. 235-250.
- Edital de Consulta Pública BACEN nº 60, de 22 de fevereiro de 2018*. Recuperado de <http://www.bcb.gov.br>.
- Falk, H. (1994). *International accounting: a quest for research*. Contemporary Accounting Research. Fall 1994. vol. 11, nº 1. pp. 595-615.
- Farias, M. R. S.; Farias, K. T. R. (2009). *Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil*. Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Curitiba.
- Fernandes, D., Ponte, V., Moura, H., Luca, M., & Oliveira, M. (2008). *Os impactos da resolução n. 2.682 e dos programas de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional no nível de provisionamento da carteira de crédito do setor bancário*. Revista Contabilidade & Finanças, 19(47), 44-55. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000200005>
- Ferreira, M. N. (2016). *Impairment e PCLD: Análise da convergência entre a IFRS 9 e Resolução 2.682/99 como argumento para pleitear, junto ao Banco Central do Brasil, um ajuste na norma*. Dissertação de Mestrado em Controladoria Empresarial, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., Melo, D. G. (2011). *Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica*. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(2):389-394.
- Framework, I. A. S. B. (1989). *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. International Accounting Standards Committee, London, UK.
- Fuji, A. H., & Carvalho, L. N. G. de. (2004). *Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fuzaro, A. M. (2007). *Contabilidade: Ciência ou Técnica*. Revista Digital de Pesquisa CONQUER, Faculdade São Francisco de Barreiras, Vol. 2.

- Galdo, F. C.; Teixeira, A. J. C.; Lopes, A. B. (2006). *Análise empírica de modelos de valuation no ambiente brasileiro: fluxo de caixa descontado versus modelo de Ohlson (RIV)*. Revista de Contabilidade e Finanças: Versão On-Line, Vol. 19, Nº 47, São Paulo.
- Gomaa, M., Kanagaretnam, K. G., Mestelman, S., & Shehata, M. (2016). *Test-bedding the Replacement of the Incurred Credit Loss Model with an Expected Credit Loss Model: The Case of Trade Receivables*. McMaster University, Department of Economics, Working Paper Series, 5.
- Gonçalves, J., Batista, B., Macedo, M., & Marques, J. (2014). *Análise do Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: um Estudo com Base na Relevância da Informação Contábil*. Revista Universo Contábil, 10(3), 25-43. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2014325-43>
- Gordon, T. P., & Porter, J. C. (2009). *Reading and Understanding Academic Research In Accounting: A Guide For Students*. *Global Perspectives on Accounting Education*, 6, 25–45. Recuperado de http://gpae.bryant.edu/~gpae/Vol6/Reading_and_Understanding_Academic_Research.pdf.
- Gornjak, M. (2017). *Comparison of IAS 39 and IFRS 9: The Analysis of Replacement*. International Journal of Management, Knowledge and Learning, 6(1), 115-130.
- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo-Tese de Doutorado. Recuperado de <https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Gerenciamento%20de%20resultados%20contabeis%20em%20instituicoes%20financeiras%20no%20Brasil.pdf>.
- Gunny, K. A. (2010). *The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: Evidence from meeting earnings benchmarks*. Contemporary Accounting Research, 27(3), 855-888.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. Accounting horizons, 13(4), 365-383.
- Hendriksen, E. S., Van Breda, M. F. (2010). *Teoria da Contabilidade*. 8ª reimpressão. São Paulo: S/A.
- Holtz, L., Salaroli, A., Sarlo Neto, A., Bortolon, P., & Paulo, E. (2014). *A Prática de Reconhecimento e Mensuração das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 9(1). Recuperado de <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/view/2076/1827>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). *Three approaches to qualitative content analysis*. Qualitative health research, 15(9), 1277-1288.

- IASPlus (2019). *IFRS 9 – Financial instruments*. Recuperado de <http://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs9>.
- International Accounting Standards Board (IASB) (1989), *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, International Accounting Standards Committee Foundation, London.
- Iudicibus, S., Lopes, A. B. (2004). *Teoria da Contabilidade Avançada* (1a ed.). São Paulo: Ed. Atlas.
- Iudicibus, S. (2005). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas.
- Iudicibus, S., & Lisboa, L. P. (2007). *Contabilidade: entre umas e outras*. Revista de Informação Contábil-RIC, 1, 1-citation_lastpage
- Iudicibus, S. D., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2010). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Lima, J. B. N. (2010). *A Relevância da Informação Contábil e o Processo de Convergência para as Normas IFRS no Brasil*. Tese Doutorado em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Macedo, M. A., Machado, M., Machado, M., Mendonça, P. H. C. (2013). *Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil sobre o conteúdo informacional da Contabilidade*. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC). Recuperado de 7. 10.17524/repec.v7i3.905.
- Machado, C. A., Rocha, D. G., Senna, B. H. S., Rodrigues, R. J. D., Nunes, D. M. S., Santana, C. M. (2009). *Comportamento e Relações entre o índice de exposição à inadimplência, PCLD e resultado do setor financeiro antes e após a Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional*. In: XXXIII Encontro da Anpad em São Paulo. Recuperado de: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON21.pdf>.
- Marshall, R. (2015). *Adoption of IFRS 9 financial instruments*. Brussels: European Financial Reporting Advisory Group.
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras* Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/en.php>.
- Medeiros, E. E., da Silva, W. V., Duclós, L. C. (2009). *Avaliação da inadimplência em instituições de ensino privadas: aplicação da resolução 2682/99 do Banco Central do Brasil*. Revista Produção Online, 9(2).
- Miranda, J. H. (2006). *Abordagem da precificação de empresas de acordo com o modelo de Ohlson e a equação para cálculo de opções de Black, Scholes e Merton*. 4º

Simpósio FUCAPE de Produção Científica. Recuperado de http://www.fucape.br/simposio/4/artigos/jorge_henrique.pdf.

Niyama, J. K. (2001). *Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Bancos e Demais Instituições Financeiras – Principais Alterações Introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional e o Efeito nas Demonstrações Contábeis*. Revista Contexto – UFRGS, v.1, n. 1.

Novotny-Farkas, Z. (2016). *The interaction of the IFRS 9 expected loss approach with supervisory rules and implications for financial stability*. Accounting in Europe, 13(2), 197-227.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2008). *Building an Institutional Framework for Regulatory Impact Analysis (RIA): Guidance for Policy Makers*. Paris: OECD Publishing.

Paulo, E., Carvalho, L. N. G., & Girão, L. F. D. A. P. (2014). *Algumas questões sobre a normatização contábil baseada em princípios, regras e objetivos*. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, 2(2), 24-39.

Ponte, V. M. R., Freitas, J. B., Oliveira, M. C. (2013). *Impactos da Adoção das IFRS nas Demonstrações Consolidadas dos Bancos Listados na BM&FBovespa*. In: XXXVIII Encontro da Anpad. Recuperado de <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3839>.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Resolução BACEN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Recuperado de <http://www.bcb.gov.br>.

Resolução BACEN nº 3.786, de 24 de setembro de 2009. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47513/Res_3786_v1_O.pdf

Sá, A. L. de. (2002). *Teoria da contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Salgado, L. H., & Borges, E. B. D. P. (2010). *Análise de Impacto Regulatório: uma abordagem exploratória (No. 1463)*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Scarpin, J. E., Pinto, J., Boff, M. L. (2005). *A Relevância da Informação Contábil e o Mercado de Capitais: Uma Análise Empírica das Empresas Listadas no Índice Brasil*. 5º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Schroeder, R. G; Clark, M. W; Cathey, J. M. (2001). *Financial accounting: theory and analysis* (7a ed.). New York: Wiley.

- Silva, F. C. D. (2009). *Impactos na provisão para devedores duvidosos dos bancos europeus listados na bolsa de Nova Iorque após a adoção das normas internacionais de contabilidade*. Doctoral Dissertation, Universidade de São Paulo.
- Tukamoto, Y. S. (2004). *Contribuição ao estudo do “gerenciamento” de resultados – uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não emissoras de ADRs*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tukamoto, Y. S., & Lopes, A. B. (2008). *Contribuição do estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRAS e não emissoras de ADRS*. V Encontro Brasileiro de Finanças.
- Verrone, M. A. G. (2007). *Basileia II no Brasil: uma Reflexão com Foco na Regulação Bancária para Risco de Crédito-Resolução CMN 2.682/99*. Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-30012008-13417/en.php>.
- Xu, X. (2016). *Estimating Lifetime Expected Credit Losses under IFRS 9*. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=2758513> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2758513>.

Anexo A: Sugestões Enviadas a respeito do Edital de Consulta Pública 60/2018**Edital 60/2018**

Nome

ANDRE TOMAZ GONTIJO

CPF/CNPJ*

00488584124

Instituição

BANCO DO BRASIL SA

Sugestão

Srs., Dada a importância do processo de provisionamento das IF e a possibilidade de arbitragem dado a utilização de modelos internos no cálculo e certa subjetividade dos critérios que podem ser adotados, sugiro incluir, para instituições ao menos S1 a obrigatoriedade de processo de validação independente (a exemplo do que prescreve a Circular nº 3.648/13) dos parâmetros, critérios, modelos, sistemas, controles internos, relacionados à proposta. Atenciosamente, André

Data de envio

28/02/2018 11:33:51

Edital 60/2018

Nome

WASHINGTON ARAUJO DE LIMA

CPF/CNPJ*

22508915831

Instituição

...

Sugestão

Prezados senhores, Diante das recentes circunstâncias econômicas vivenciadas, influências das tumultuosas crises na política e administração pública do país, entre outras, torna-se cada vez mais importante o papel do Banco Central do Brasil na preservação e manutenção do nosso sistema financeiro nacional a fim de manter sua estabilidade e solidez. São perceptíveis as ações

realizadas, principalmente no que tange as condutas para alcançar os objetivos propostos na Agenda BC+, em especial, as relacionadas ao tema Contabilidade de instrumentos financeiros Convergência Internacional IFRS9 componente integrante do pilar SFN MAIS EFICIENTE, plenamente alinhadas aos compromissos assumidos por esta Autarquia. Em se tratando da consulta pública em questão, segue anexa, algumas considerações formuladas com foco na aplicabilidade teórico-prática para avaliações.

Data de envio

01/03/2018 18:15:32

(Com anexo: Consulta Pública 60 BCB Washington Araújo)

Edital 60/2018

Nome

MURILO CASTELLANO

CPF/CNPJ*

41085264653

Instituição

Sugestão

O Banco Central deveria exigir um critério mínimo objetivo para o cálculo do risco inicial da operação. Há fortes evidências de que há um vício em se atribuir letra "A" (plcd de 0,5%) para todas as operações. O BACEN adotaria um critério de triagem eletrônica com base nas informações que já tem disponíveis para detectar as instituições que agem desta maneira. A partir daí exigiria um método racional e robusto para se atribuir o risco inicial ou obrigaria as instituições a começar de novos patamares mais conservadores. Exemplo: operação com pessoa física, sem garantias, risco C. Operações com pessoas jurídicas, sem garantia, risco D. E assim por diante.

Data de envio

08/03/2018 09:16:04

Edital 60/2018

Nome

MURILO CASTELLANO

CPF/CNPJ*

41085264653

Instituição

Sugestão

O Banco Central deveria exigir um critério mínimo objetivo para o cálculo do risco inicial da operação. Há fortes evidências de que há um vício em se atribuir letra "A" (plcd de 0,5%) para todas as operações. O BACEN adotaria um critério de triagem eletrônica com base nas informações que já tem disponíveis para detectar as instituições que agem desta maneira. A partir daí exigiria um método racional e robusto para se atribuir o risco inicial ou obrigaria as instituições a começar de novos patamares mais conservadores. Exemplo: operação com pessoa física, sem garantias, risco C. Operações com pessoas jurídicas, sem garantia, risco D. E assim por diante.

Data de envio

08/03/2018 09:16:10

Edital 60/2018

Nome

BRB BANCO DE BRASILIA SA

CPF/CNPJ*

00000208000100

Responsável

Fernando Melo

Sugestão

No Art. 3º, parágrafo 6º, entendemos como inadequado a migração de estágios para operações com probabilidade de 5% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito (Inciso II, letra a), comparativamente às operações com 20% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito (Inciso II, letra b). Também não identificamos o que deve ser feito com as operações com probabilidade entre 5% e 19% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito. O texto neste ponto precisa ser mais claro para não deixar dúvidas e diferenças entre os processos nas diversas instituições financeiras.

Data de envio

13/03/2018 14:44:58

Edital 60/2018

Nome

JERFESON FERREIRA DE SENA

CPF/CNPJ*

90808100459

Instituição

ITAU

Sugestão

CONSULTAR ESSE CPF

Data de envio

13/03/2018 20:24:48

Edital 60/2018

Nome

PAULO AIRTON MORAES PEREIRA JUNIOR

CPF/CNPJ*

01573525014

Instituição

Damaplan Consultoria

Sugestão

Prezados, tendo em vista a subjetividade do termo "fatos novos relevantes", dando margem a interpretações equivocadas ou distorcidas, sugiro a atribuição de definições claras, objetivas e mensuráveis para este termo, a exemplo do parágrafo 2º, do artigo 4º, desta mesma Resolução. Ex.: "§ 1º Para fins do disposto no caput, é considerado fato novo e relevante o fato que atender cumulativamente às seguintes características..." Desde já certo da vossa compreensão. Grande abraço e bom trabalho!

Data de envio

14/03/2018 09:30:53

Edital 60/2018

Nome

MILTINES GOMES

CPF/CNPJ*

08564215888

Instituição

MATERA SYSTEMS

Sugestão

Prezados Srs, ficou claro o novo texto e os novos critérios sugeridos pelo BACEN. Porém no que tange ao nível de provisionamento em que as instituições deverão ter dados consistentes internos e externos para determinar o % de provisão, entendemos que cada IF deverá ter sua memória de cálculo e isso irá demandar grandes alterações sistêmicas, visto que, tanto os legados geradores de informações como os sistemas de Central de Risco NÃO possuem todos os dados para calcular qual seria o % de provisão de determinado Cliente. Isso vai demandar tempo, tanto para as IFs como para os fornecedores de softwares se adequarem ao novo modelo. O prazo inicial (Jan2019), estipulado pelo BACEN não seria suficiente para as IFs e fornecedores de Softwares se adequarem. Sugiro que o BACEN faça um cronograma levando-se em conta o tempo que as IFs e fornecedores de softwares levarão para implementação destas mudanças, homologação e implantação em fases (no caso de se detectar problemas no processo)

Data de envio

15/03/2018 13:46:23

Edital 60/2018

Nome

HELIO BUBA

CPF/CNPJ*

49104918991

Instituição

Banco Central do Brasil

Sugestão

A redução da provisão e dos níveis de risco de operações recuperadas do prejuízo seriam proporcionais aos percentuais de amortização. No sistema Confesol tem uma regra interessante:

" Quando realizadas prorrogações, renegociações, novação, assunção, e recomposição de dívidas, exceto decorrentes de operações de crédito rural amparada pelo MCR com determinação do órgão normativo, aplica-se a tabela abaixo para a classificação de riscos: % de amortização Redução do nível de risco Nível mínimo de risco de 0 a 5 % 0 C De 5% a 15% 1 C De 30% a 50% 2 B De 30% a 50% 3 B Maior que 50% 4 B

Data de envio

29/03/2018 10:01:43

Edital 60/2018

Nome

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CPF/CNPJ*

00360305000104

Responsável

LUCIOLA AOR VASCONCELOS

Sugestão

Conforme arquivo anexo

Data de envio

20/04/2018 18:29:54

(Com anexo: PROPOSTA EDITAL60 verso 20042018)

Edital 60/2018

Nome

ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

CPF/CNPJ*

63057822000129

Responsável

Sugestão

Arquivo anexo com as sugestões do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Data de envio

26/04/2018 14:47:39

(Com anexos: 20180426 n 117_Consulta Pública 60_2018 e Considerações da OCBCECO Edital 602018)

Edital 60/2018

Nome

FNCC - FEDERACAO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

CPF/CNPJ*

20151021000115

Responsável

Wanderson de Oliveira

Sugestão

Arquivo anexo com as sugestões da FNCC - Federação Nacional das Cooperativas de Crédito.

Data de envio

27/04/2018 14:44:48

(Com anexo: proposta edital 60)

Edital 60/2018

Nome

MAURICIO ELIAS CHACUR

CPF/CNPJ*

70993238734

Instituição

BNDES

Sugestão

Propomos a criação de uma carteira específica para contemplar os instrumentos financeiros garantidos pela União, conforme justificativa em anexo.

Data de envio

27/04/2018 15:19:31

(Com anexo: Consulta 60_2018 Sugestão BNDES)

Edital 60/2018

Nome

ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

CPF/CNPJ*

63057822000129

Responsável

Sugestão

Substituir o arquivo encaminhado pelo Ofício 117/2018 - PRESID, enviado em 26/04/2018, às 14:47:39, pelo arquivo aqui anexado.

Data de envio

27/04/2018 15:55:05

(Com anexo: Considerações da OCBCECO Edital 602018_Retificao)

Edital 60/2018

Nome

MAURICIO ELIAS CHACUR

CPF/CNPJ*

70993238734

Instituição

BNDES

Sugestão

Sugestões descritas no arquivo em anexo

Data de envio

27/04/2018 16:41:46

(Com anexo: Sugestões BNDES Edital 60)

Edital 60/2018

Nome

ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO**CPF/CNPJ*****33972464000119****Responsável**

Nathalia Galera

Sugestão

Representando os interesses das Instituições Financeiras de Desenvolvimento a Carta ABDE Secex nº 010/2018, anexa, consta com a manifestação da Associação Brasileira de Desenvolvimento sobre a Consulta Pública nº 060/2018.

Data de envio

27/04/2018 17:29:02

(Com anexo: Carta Secex 010 OtavioDamasoBCCConsultaPublica60)

Edital 60/2018**Nome****FERNANDO BARROS DE LIMA****CPF/CNPJ*****24817430320****Instituição**

BNB

Sugestão

No arquivo anexo enviamos sugestões para aperfeiçoamento do edital 60, de forma que o mesmo possa refletir as características das nossas instituições financeiras, principalmente com relação aos bancos de desenvolvimento. Estamos à disposição Fernando Barros de Lima Gerente do Ambiente de Riscos Banco do Nordeste

Data de envio

27/04/2018 18:47:04

(Com anexo: Proposta de alteração edital 60)

Edital 60/2018**Nome**

JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA

CPF/CNPJ*

01076996647

Instituição

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Sugestão

Prezados Considerando que as propostas da CAIXA, já foram consolidadas e direcionadas a este BACEN e que, posteriormente a SUSAN ainda ficou com dúvidas importantes, registramos aqui nossas considerações, enquanto Unidade de Saneamento e Infraestrutura, responsável por realizar operações de financiamento para projetos de Infraestrutura. Atenciosamente, Jaqueline Luciana do Carmo Rocha SUSAN

Data de envio

27/04/2018 19:00:37

(Com anexo: CONSULTA 60_2018 BACEN (1))

Anexo B: Consulta Pública 60 BCB Washington Araújo

Prezados senhores,

Diante das recentes circunstâncias econômicas vivenciadas, influências das tumultuosas crises na política e administração pública do país, entre outras, torna-se cada vez mais importante o papel do Banco Central do Brasil na preservação e manutenção do nosso sistema financeiro nacional a fim de manter sua estabilidade e solidez. São perceptíveis as ações realizadas, principalmente no que tange as condutas para alcançar os objetivos propostos na Agenda BC+, em especial, as relacionadas ao tema Contabilidade de instrumentos financeiros – Convergência Internacional IFRS9 componente integrante do pilar SFN MAIS EFICIENTE, plenamente alinhadas aos compromissos assumidos por esta Autarquia.

Em se tratando da consulta pública em questão, seguem algumas considerações formuladas com foco na aplicabilidade teórico-prática, caso admita-se pertinentes ao contexto da nova proposta normativa:

ARTIGO	ITEM	SUGESTÃO	ARGUMENTO
2	§ 3º	1. Incluir menção ao termo “contraparte”, conforme definido nas resoluções 4.557/17 (Art. 21, § 1º, I) e 4.606/17 (Art. 25, § 1º, I); 2. Incluir menção ao Art. 22 das resoluções 4.557/17 e 4.606/17.	1. Evitar distorções nos entendimentos e interpretações dos termos; 2. Manter o efeito do arrasto do risco de crédito sobre os instrumentos financeiros de todas as contrapartes conectadas.
2	§ 4º	1. Incluir em virtude da Perda Esperada (PE)	1. Para os casos em que na modelagem a LGD de um instrumento financeiro tradicionalmente de alto risco justifique a mitigação da PE, por exemplo, operações de crédito pessoal com a garantia de aplicação financeira vinculada.
3	§ 2º	1. Redirecionar ou incluir texto análogo abrangendo todo o normativo no Capítulo III Art. 6.	1. O conceito utilizado é importante não apenas para o caput, mas para o entendimento geral, tratando de definição e complementando o texto do próprio Art. 6.

4	§ 1º e § 2º	1. Atribuir definições claras e objetivas, mensuráveis e em condições de comparativos para os termos “baixo”, “insignificante” e “sem impacto significativo” e ou excluir do normativo, em caráter temporário.	1. As expressões sem as devidas definições podem induzir a interpretações distorcidas e comprometer as regras para apuração do risco de crédito dos instrumentos financeiros e contrapartes.
5	-	1. Substituir o trecho “fatos novos relevantes” para “a avaliação indique a redução...”	1. O acontecimento de fatos novos relevantes irão requerer uma nova avaliação da PE, e no caso de redução fica facultativo a transposição do estágio 2 para o estágio 1.
7	-	1. Destacar a correlação entre os Art. 5 e Art. 7.	1. Está subtendido que a reclassificação da PE é condição para reclassificação dos instrumentos financeiros nos estágios, porém a sugestão é reforçar que um processo ocasiona o outro, em casos de alterações na PE.
15	§ 4º	1. Incluir como regra para amortização significativa, no mínimo 50%.	1. A medida é preventiva e em caráter temporário até que as IFs consigam evidenciar que a efetividade da recuperação dos créditos dos instrumentos financeiros lançados a prejuízo se dão a partir de X% da amortização dos mesmos.
25	-	1. O prazo talvez seja considerado curto para adequação as novas regras propostas no escopo do normativo.	1. Referenciando-se na complexidade em relação a esta segunda etapa, reconhecida pela própria Autarquia, a recomendação, considerando o prazo estipulado no normativo, é agendar reuniões para alinhamento das expectativas do BACEN com as IFs ainda no 1º semestre de 2018.

Em tratamento específico para a minuta da Circular, seguem 02 (duas) sugestões de Anexo:

Incluir e ou adaptar o texto contemplando os limites mínimos de provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados nos

estágios, conforme regulamentação em vigor, de acordo com os percentuais definidos no Anexo I.

O anexo abaixo complementa os limites mínimos de provisões para os estágios 1 e 2, em função dos atrasos no pagamento de principal e encargos:

Estágios	Atraso no Pagto de Principal e encargos (Em dias)		Carteira 1	Carteira 2	Carteira 3	Carteira 4	Carteira 5	Carteira 6
Estágio 1	15	30	0,5%	1%	2%	2%	4%	5%
Estágio 2	15	30	1%	2%	4%	6%	10%	15%
	31	60	2%	4%	8%	12%	20%	30%
	61	90	4%	7%	14%	20%	35%	50%
Estágio 3	15	30	5%	10%	20%	30%	50%	70%
	31	60	5%	10%	20%	30%	50%	70%
	61	90	5%	10%	20%	30%	50%	70%
	91	120	5%	10%	20%	30%	50%	70%
	121	150	5%	10%	20%	30%	50%	75%
	151	180	10%	20%	30%	40%	60%	80%
	181	240	10%	20%	30%	40%	60%	85%
	241	300	20%	30%	40%	50%	70%	90%
	301	360	30%	40%	50%	60%	80%	95%
	361	450	40%	50%	60%	75%	90%	-
	451	540	50%	60%	70%	90%	-	-
	541	630	70%	75%	80%	-	-	-
	631	720	90%	90%	90%	-	-	-

O anexo abaixo complementa os limites mínimos de provisões para todos os estágios, em função dos atrasos no pagamento de principal e encargos. Os percentuais inicialmente sugeridos na minuta para o estágio 3 são potencialmente elevados, quando comparados as perdas efetivas nas IFs, podendo comprometer a capacidade operacional, sem necessariamente estarem incorrendo em elevados níveis de riscos:

Estágios	Atraso no Pagamento de Principal e Encargos (Em dias)		Carteira 1	Carteira 2	Carteira 3	Carteira 4	Carteira 5	Carteira 6
Estágio 1	15	30	1%	2%	2%	2%	3%	3%
Estágio 2	15	30	3%	3%	4%	4%	5%	6%
	31	60	6%	6%	7%	9%	10%	13%
	61	90	8%	10%	11%	13%	15%	19%
Estágio 3	15	30	11%	13%	15%	17%	21%	25%
	31	60	14%	16%	18%	21%	26%	32%
	61	90	17%	19%	22%	26%	31%	38%
	91	120	20%	22%	26%	30%	36%	44%
	121	150	23%	25%	29%	34%	41%	51%
	151	180	25%	29%	33%	39%	46%	57%
	181	240	31%	35%	40%	47%	57%	70%
	241	300	37%	41%	48%	56%	67%	82%
	301	360	42%	48%	55%	64%	77%	95%
	361	450	51%	57%	66%	77%	95%	-
	451	540	59%	67%	77%	95%	-	-
	541	630	68%	76%	95%	-	-	-
	631	720	95%	95%	-	-	-	-

Sem mais para o momento, agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Washington Araújo

(47) 997155418

Anexo C: PROPOSTA EDITAL60 verso 20042018

EDITAL 60/2018	PROPOSTA
RESOLUÇÃO Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2018	
Dispõe sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	
O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em XX de XX de 2018, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei e nos arts. 7º e 23 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974,	<p>Sugestão:</p> <p>Incluir artigo com a possibilidade de as instituições Financeiras submeterem à apreciação do Banco Central do Brasil metodologia própria para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito.</p> <p>Incluir artigo, em linha com a norma internacional IFRS 9, possibilitando a aplicação da taxa de juros efetiva ao saldo devedor da operação líquido do provisionamento.</p>
RESOLVEU:	
CAPÍTULO I DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO	
Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros mantidos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:	
I - ativos financeiros, conforme definido na regulamentação aplicável;	
II - garantias financeiras prestadas; e	
III - compromissos de crédito que atendam a pelo menos uma das seguintes características:	
a) o compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;	
b) a instituição não tem capacidade de cancelar o contrato ou não executa o cancelamento na gestão cotidiana normal dos instrumentos financeiros; ou	
c) a instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação	

financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento do compromisso, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.	
Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica:	
I - às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais; e	
II - aos seguintes ativos financeiros:	
a) instrumentos financeiros patrimoniais; e	
b) instrumentos financeiros derivativos.	
CAPÍTULO II	
DA CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem classificar:	
I - no primeiro estágio:	
a) os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), conforme a regulamentação aplicável; e	
b) os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;	
II - no segundo estágio, os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial; e	
III - no terceiro estágio, os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.	<p>A norma do IFRS 9 estabelece que a metodologia para classificação nos estágios é de responsabilidade da instituição, não definindo orientações objetivas irrefutáveis. A definição do prazo de 90 dias para reclassificação no Estágio 3 não considera as diferenças nas características dos créditos. Os diferentes créditos e financiamentos tem diferentes comportamentos a considerar os prazos, o tipo de financiamento e especialmente a garantia vinculada.</p> <p>A Resolução 2.682/99 já faz a previsão específica de tratamento diferenciado de acordo com o prazo de contratação, no momento em que evolui a classificação por</p>

	<p>atraso de operações de longo prazo contratadas de forma diferente das de curto prazo.</p> <p>Sugestão:</p> <p>O critério mínimo de atraso para classificação de estágios deve ser refutável, tal como na norma internacional- IFRS 9, e ter sua definição realizada de acordo com os diferentes comportamentos.</p> <p>Tendo em vista que o Edital de Audiência Pública 054/2018 foi divulgado anteriormente ao Edital 060/2018, com prazo de manifestação já encerrado, e dado que a referente norma faz referência àquela, é necessária a adequação do conceito na mesma.</p>
<p>§ 1º No caso de garantias financeiras prestadas, a classificação de que trata o caput deve considerar a probabilidade de a contraparte garantida não honrar a obrigação, na data prevista, de acordo com as disposições contratuais.</p>	<p>Sugestão:</p> <p>Visto que a Resolução 4.512 será revogada, seria importante na norma ter o mesmo texto do Art. 2 da referida Resolução ou um texto similar.</p> <p>“Resolução 4.512 Art. 2º: As instituições mencionadas no art. 1º devem avaliar as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação.”</p>
<p>§ 2º O instrumento classificado no terceiro estágio no reconhecimento inicial que, posteriormente, deixar de ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito deve ser reclassificado no primeiro estágio.</p>	<p>Sugestão:</p> <p>§ 2º O instrumento classificado no terceiro estágio no reconhecimento inicial que, posteriormente, apresentar indicativo de melhora conforme critérios estabelecidos pela Instituição pode ser</p>

	reclassificado para o segundo estágio, e após deixar de ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, ser reclassificado para o primeiro estágio.
§ 3º Quando um instrumento financeiro for classificado no terceiro estágio, a instituição deve reclassificar todos os instrumentos financeiros que tenham a mesma contraparte no terceiro estágio.	<p>O arrasto de operações para estágio pior do que o efetivo comportamento da mesma faz com que a provisão para esse contrato seja majorada, desvinculando, assim, ao conceito efetivo de perda esperada, aumentando o valor das provisões, custos das operações e fazendo com que os bancos venham a mudar as estratégias, aumentando o preço dos empréstimos e financiamentos e/ou reduzindo o prazo de contratação das operações, podendo trazer reflexos para economia como um todo e, ainda, correndo o risco de ter efeitos cíclicos.</p> <p>Sugestão:</p> <p>Tendo em vista a proposta de utilização de conceito de perda esperada e pelo fato da norma internacional IFRS 9 ter a visão por contrato e não por cliente, o parágrafo 3º deve ser suprimido da norma.</p>
§ 4º Fica admitida, em caráter de excepcionalidade, classificação diversa da estabelecida no § 3º para instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior aos demais instrumentos da mesma contraparte.	<p>Sugestão:</p> <p>Reforçamos que a aplicação do arrasto diverge do conceito de perda esperada e da visão da norma internacional IFRS 9 ser por contrato e não por cliente. Portanto, o parágrafo 4º também deveria ser suprimido da norma em conjunto com o parágrafo 3º.</p>
Art. 3º Para fins de classificação dos instrumentos financeiros em estágios, a avaliação da ocorrência de aumento do risco de crédito deve ser realizada mediante a comparação do risco de crédito existente quando do reconhecimento no primeiro estágio com o risco de crédito existente na data da reavaliação.	<p>Sugestão:</p> <p>Incluir o seguinte §: “Fica a Instituição Financeira autorizada a utilizar avaliações diversas, desde que devidamente documentada,</p>

	para avaliação da ocorrência de aumento do risco de crédito. ”
§ 1º No caso de renegociação, na avaliação de que trata o caput , deve ser comparado o risco de crédito no reconhecimento inicial do instrumento original com o risco de crédito decorrente da renegociação.	<p>Entendemos que a renegociação não envolve reestruturação, que já seria um ativo problemático. Portanto, a norma deve prever exceções em renegociação e o risco de crédito de um instrumento renegociado deve ser comparado com o novo instrumento.</p> <p>É bastante complexo monitorar o risco de crédito do instrumento original, pois a nova operação pode ser muito distinta das originalmente renegociadas. Exemplo: um cliente renegocia seu cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal numa nova operação única, baixando cartão de crédito, o cheque especial e o crédito pessoal)</p> <p>Sugestão:</p> <p>§ 1º No caso de renegociação, na avaliação de que trata o caput, deve ser comparado o risco de crédito do instrumento renegociado com o risco de crédito decorrente da renegociação.</p>
§ 2º Para fins do disposto no caput , o risco de crédito do instrumento financeiro deve ser determinado pela probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento.	
§ 3º O prazo esperado do instrumento não pode ser superior ao prazo contratual, exceto quando se tratar de compromisso de crédito não utilizado.	
§ 4º Quando não for possível mensurar com confiabilidade o prazo esperado do instrumento, a instituição deve considerar o prazo contratual.	
§ 5º Para fins de avaliação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito de que trata o caput , a instituição deve considerar todas as informações razoáveis e sustentáveis que possam afetar o risco de crédito do instrumento, considerando, no mínimo, os seguintes elementos:	

I - mudanças significativas, correntes ou esperadas, em indicadores de risco de crédito da contraparte, internos e externos à instituição;	
II - alterações adversas nas condições de negócios, financeiras ou econômicas, correntes ou esperadas, capazes de alterar significativamente a capacidade da contraparte de cumprir suas obrigações no prazo e nas condições pactuadas;	
III - reestruturação de outras obrigações da contraparte; e	
IV - atraso no pagamento de principal ou de encargos.	
§ 6º Para os instrumentos financeiros classificados no primeiro estágio, considera-se que há aumento significativo do risco de crédito, independentemente de outros fatores, quando ocorrer:	<p>Sugestão:</p> <p>“§ 6º Para os instrumentos financeiros classificados no primeiro estágio, considera-se que há aumento significativo do risco de crédito, independentemente de outros fatores, quando ocorrer pelo menos uma das premissas:”</p>
I - atraso superior a trinta dias no pagamento do principal e encargos;	<p>A norma do IFRS 9 estabelece que a metodologia para classificação nos estágios é de responsabilidade da instituição, não definindo orientações objetivas irrefutáveis. A definição do prazo de 90 dias para reclassificação no Estágio 3 não considera as diferenças nas características dos créditos. Os diferentes créditos e financiamentos tem diferentes comportamentos a considerar os prazos, tipo de financiamento e especialmente garantia vinculada. A Resolução 2.682/99 já faz a previsão específica de tratamento diferenciado de acordo com o prazo de contratação, no momento em que evolui a classificação por atraso de operações de longo prazo contratadas de forma diferente das de curto prazo.</p> <p>Sugestão:</p> <p>O critério mínimo de atraso para classificação de estágios deve ser refutável, tal como na norma internacional - IFRS 9, e ter sua</p>

	<p>definição realizada de acordo com os diferentes comportamentos.</p> <p>Tendo em vista que o Edital de Audiência Pública 054/2018 foi divulgado anteriormente ao Edital 060/2018, com prazo de manifestação já encerrado e dado que a referente norma faz referência àquela, é necessária a adequação do conceito na mesma.</p>
II - elevação da probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o seu prazo esperado, em:	<p>Sugestão:</p> <p>O inciso II não agrega para classificação do aumento significativo de risco de crédito, além de causar exaustiva demanda operacional.</p> <p>A sugestão é de que a definição de atraso significativo atente para as características das operações, inclusive através de estudos quantitativos.</p> <p>Alternativa seria incluir § 7º: Os critérios dispostos no § 6º podem ser refutados pela Instituição Financeira, com base na sua experiência e avaliação de risco de crédito, desde que devidamente comprovado.</p>
a) cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;	
b) vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e	
c) 100% do risco de crédito no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.	
Art. 4º A classificação de que trata o art. 2º deve ser revista:	
I - mensalmente, em face de atraso no pagamento de principal ou de encargos;	
II - semestralmente, por ocasião da elaboração dos balancetes ou balanços relativos às datas-bases de junho e dezembro;	<p>Sugestão:</p> <p>II – semestralmente para os grupos enquadrados no critério de materialidade da LEC, de 10% do PR nível I, por ocasião da elaboração dos balancetes ou</p>

	balanços relativos às datas-bases de junho e dezembro, e anualmente para as demais;
III - sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito, inclusive os decorrentes de alteração nas condições de mercado ou no cenário econômico; e	
IV - quando o instrumento for renegociado.	
§ 1º Fica dispensada a revisão de que trata o caput para instrumentos financeiros que tenham baixo risco de crédito.	Sugestão “§ 1º Fica dispensada a revisão de que trata o caput para instrumentos financeiros que tenham baixo risco de crédito ou garantia da União.
§ 2º Para fins do disposto no § 1º, o risco de crédito é considerado baixo se o instrumento atender cumulativamente às seguintes características:	
I - probabilidade insignificante de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento;	
II - capacidade comprovada de a contraparte honrar suas obrigações nas condições pactuadas; e	
III - alterações adversas nas condições econômicas e do mercado sem impacto significativo sobre a capacidade financeira da contraparte.	
Art. 5º Fica facultada a reclassificação de instrumento financeiro do segundo estágio para o primeiro estágio, caso fatos novos relevantes, devidamente documentados, indiquem a redução significativa no risco de crédito do instrumento.	
CAPÍTULO III	
DA AVALIAÇÃO DA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO	
Art. 6º As instituições mencionadas no art. 1º devem avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros:	
I - a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando, no mínimo:	
a) o prazo do instrumento financeiro; e	
b) a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive	

em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento; e	
II - a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo:	
a) os custos de recuperação do instrumento;	
b) as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização;	
c) as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares;	
d) a concessão de vantagens à contraparte; e	
e) as possíveis alterações nas condições econômicas e de mercado que possam afetar o valor de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento.	
§ 1º A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da instituição detentora do instrumento e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações internas e externas.	
§ 2º Para estimar a perda esperada, a instituição deve utilizar sistema de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.	
§ 3º A estimativa do valor presente provável de realização deve levar em consideração:	
I - o valor de mercado estimado de venda das garantias ou colaterais;	
II - os custos e prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais; e	
III - a taxa de juros inicialmente contratada do instrumento financeiro.	Sugestão: III – a taxa efetiva de juros.
Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, semestralmente, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes.	Sugestão: Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, semestralmente para os grupos enquadrados no critério de materialidade da LEC, de 10% do PR nível I, e anualmente para as demais, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes.

CAPÍTULO IV	
DO TRATAMENTO DOS INSTRUMENTOS POR CARTEIRAS	
Art. 8º Para fins do disposto nos arts. 3º e 6º, a apuração do risco de crédito e da perda esperada pode ser feita de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira.	
§ 1º Somente podem ser agrupados, conforme o disposto no caput , os instrumentos financeiros:	
I - que pertençam a um grupo homogêneo de risco;	
II - cujo valor não seja individualmente significativo;	
III - cuja exposição total da instituição à contraparte não seja significativa; e	
IV - cuja gestão seja realizada de forma coletiva.	
§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se grupo homogêneo de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando aspectos como a modalidade, o prazo, as características da contraparte, o segmento econômico, a localização geográfica, a data de aquisição, de originação ou de emissão e o tipo de garantias ou colaterais relacionadas com o instrumento, quando existentes.	
§ 3º A instituição deve estabelecer critérios consistentes e passíveis de verificação, devidamente documentados, para definir grupo homogêneo de risco, valor significativo de um instrumento e exposição significativa a uma contraparte.	
§ 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco semestralmente, ou sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem.	<p>Sugestão:</p> <p>§ 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem.</p>
CAPÍTULO V	
DA PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	
Seção I	
Da Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	
Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem constituir provisão suficiente para cobrir as perdas	

esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros.	
Art. 10. Para fins de mensuração da provisão, deve-se considerar como base de cálculo:	
I - o valor contábil bruto de ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil;	
II - o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil;	
III - o valor presente dos pagamentos de responsabilidade da instituição definidos em contratos de garantias financeiras prestadas; e	
IV - o valor presente da estimativa de utilização de recursos de compromissos de crédito.	
Parágrafo único. A estimativa de que trata o inciso IV deve considerar:	
I - o período de doze meses, para os compromissos classificados no primeiro estágio; e	
II - o prazo esperado do instrumento, para os compromissos classificados nos demais estágios.	
Art. 11. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser constituída, no reconhecimento inicial do instrumento financeiro, como despesa do período, em contrapartida à adequada conta:	<p>Sugestão:</p> <p>Incluir parágrafo que preveja a situação em que há reconhecimento de provisão na mensuração subsequente, por exemplo as sujeitas a <i>impairment</i>.</p>
I - do ativo, no caso de perdas relativas a ativos financeiros; ou	
II - do passivo, no caso de perdas referentes a:	
a) garantias financeiras prestadas;	
b) compromissos de crédito de que trata o inciso III do art. 1º; e	
c) constrações vincendas relativas a operações de arrendamento mercantil operacional.	
Art. 12. A instituição deve constituir a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está classificado, da seguinte forma:	
I - primeiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos doze meses;	
II - segundo estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para	

cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e	
III - terceiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.	
Parágrafo único. Fica facultado às instituições reconhecer a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito conforme o inciso II para os instrumentos classificados no primeiro estágio.	
Art. 13. As instituições mencionadas no art. 1º devem observar limites mínimos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativos aos instrumentos classificados no terceiro estágio, conforme percentuais definidos pelo Banco Central do Brasil, considerando a seguinte segregação em carteiras:	<p>Sugestão:</p> <p>Tendo em vista que existe necessidade de segregação dos limites, sugerimos que sejam realizados estudos com a colaboração das Instituições Financeiras para exclusão ou definição dos limites mínimos e maior granularidade das carteiras.</p>
I - carteira 1: financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	<p>Sugestão:</p> <p>I - carteira 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Financiamentos habitacionais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; b) Operações de créditos com garantia da União ou com garantia de FPM e FPE; c) Operações de crédito com garantia fidejussória de banco S1 ou S2, caução de depósitos à vista e garantia de aplicações financeiras de no mínimo 100%; d) Operações de crédito para saneamento/infraestrutura e <i>Project Finance</i>, com garantia real de no mínimo 100%; e) Operações de penhor; f) Ativos financeiros não enquadradas como

	instrumentos financeiros patrimoniais ou derivativos, que apresentem natureza de TVM ou garantias financeiras prestadas.
II - carteira 2: financiamentos habitacionais fora do SFH e outros instrumentos garantidos por imóvel residencial, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	Sugestão: Excluir item, haja vista que o comportamento das operações com alienação fiduciária de imóveis não difere, haja vista as operações serem dentro ou fora do SFH, portanto, devem estar inseridos na carteira 1.
III - carteira 3: instrumentos garantidos por alienação fiduciária de imóveis, não abrangidos pelos incisos I e II, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	
IV - carteira 4: instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais ou por alienação fiduciária de veículos, operações de arrendamento mercantil e operações de crédito rural para investimento, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	
V - carteira 5: os instrumentos a seguir:	
a) operações de crédito rural para custeio;	
b) operações para capital de giro e crédito pessoal;	
c) desconto de recebíveis;	
d) financiamentos não abrangidos pelos incisos I a IV;	
e) instrumentos garantidos por alienação fiduciária de outros bens não abrangidos pelos incisos I a IV, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e	
f) instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis não residenciais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e	
VI - carteira 6: demais instrumentos financeiros.	Sugestão: Segregar o produto cartão em carteira específica em função de suas particularidades.
§ 1º Para fins de segregação dos instrumentos em carteiras, conforme o disposto no caput , a instituição deve reavaliar a garantia ou colateral, quando existente, sempre que houver evidências, internas ou externas, de que a garantia tenha sofrido desvalorização.	
§ 2º O disposto neste artigo não exime os administradores das instituições da responsabilidade de	

constituir provisão em montante suficiente para fazer face às perdas associadas ao risco de crédito da totalidade de seus instrumentos financeiros.	
Art. 14. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está classificado o instrumento.	
Art. 15. O ativo financeiro deve ser baixado caso:	<p>A definição dos prazos para baixa do ativo financeiro reforça a incoerência na definição do prazo no art. 2º em relação aos ativos com problema de recuperação de crédito, e na definição do § 6º, do art. 3º, em relação ao prazo de atraso para aumento significativo do risco de crédito e reclassificação do primeiro estágio.</p> <p>Para a referente norma, como os prazos foram definidos de forma irrefutável, diferentemente da norma internacional - IFRS 9, independentemente do tipo de empréstimo/financiamento e garantia agregada, os prazos para baixa provocam manutenção diferenciada dos ativos na carteira antes da baixa. As operações classificadas nas carteiras I, II e III ficarão 21 meses no Estágio 3 antes da baixa, enquanto as operações classificadas na carteira IV ficarão 15 meses, as operações classificadas na carteira V ficarão 12 meses e as operações classificadas na carteira VI ficarão 9 meses.</p> <p>Sugestão:</p> <p>O prazo de atraso para reclassificação dos estágios deve ser refutável de acordo com as características particulares de cada tipo de empréstimo/financiamento e os prazos de baixa dos ativos</p>

	deverão respeitar o período de <i>workout</i> das carteiras, em linha com o disposto no inciso I do presente artigo.
I - não seja provável que a instituição recupere o seu valor; ou	
II - ocorra atraso no pagamento de principal e encargos superior a:	Sugestão: Excluir, tendo em vista a proposta de utilização do <i>workout</i> .
a) 24 meses, para os instrumentos financeiros das carteiras 1, 2 e 3, mencionadas no caput do art. 13, incisos I a III;	Sugestão: Excluir, tendo em vista a proposta de utilização do <i>workout</i> .
b) 18 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 4, mencionada no caput do art. 13, inciso IV;	Sugestão: Excluir, tendo em vista a proposta de utilização do <i>workout</i> .
c) 15 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 5, mencionada no caput do art. 13, inciso V;	Sugestão: Excluir, tendo em vista a proposta de utilização do <i>workout</i> .
d) 12 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 6, mencionada no caput do art. 13, inciso VI.	Sugestão: Excluir, tendo em vista a proposta de utilização do <i>workout</i> .
§ 1º As operações baixadas na forma do disposto neste artigo devem permanecer registradas em conta de compensação, enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de cinco anos.	
§ 2º Os instrumentos baixados na forma deste artigo que forem renegociados devem ser classificados, na data da renegociação, no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento.	
§ 3º O disposto no § 2º também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados na forma deste artigo.	
§ 4º Fica facultada a constituição de provisão inferior à prevista no § 2º quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes indicarem a melhora significativa na capacidade financeira da contraparte.	Sugestão: Incluir parágrafo com a previsão de utilização de LGD, no caso em que forem agregadas garantias à operação.

<p style="text-align: center;">Seção II Da Metodologia Simplificada de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</p>	
	<p>Sugestão:</p> <p>Possibilitar para todas as Instituições Financeiras a adoção de abordagens mais simples para carteiras de baixa materialidade e para carteiras de baixo risco.</p>
Art. 16. As sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte podem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que considere, no mínimo, os seguintes aspectos:	
I - em relação à contraparte:	
a) situação econômico-financeira;	
b) grau de endividamento;	
c) histórico de pagamentos;	
d) limite de crédito; e	
e) renda e patrimônio, no caso de contraparte pessoa natural; e	
II - em relação ao instrumento financeiro:	
a) natureza e finalidade da operação;	
b) características das garantias ou colaterais, quando existentes, particularmente quanto à suficiência para cobrir o saldo devedor e a liquidez; e	
c) valor.	
§ 1º Adicionalmente aos aspectos mencionados no caput , devem ser consideradas outras informações cadastrais, de adimplemento e inadimplemento relativas à contraparte às quais a instituição tenha acesso.	
§ 2º As instituições que utilizarem a metodologia simplificada mencionada no caput ficam dispensadas de observar o disposto nos capítulos II, III e IV, no art. 12 e no inciso II do art. 15.	

Seção III	
Da Classificação dos Instrumentos por Nível de Provisão	
Art. 17. A instituição deve classificar os instrumentos financeiros nos seguintes níveis de provisão, com base na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída:	
I - provisão < 0,5%, nível AA;	
II - provisão ≥ 0,5% e < 1%, nível A;	
III - provisão ≥ 1% e < 3%, nível B;	
IV - provisão ≥ 3% e < 10%, nível C;	
V - provisão ≥ 10% e < 30%, nível D;	
VI - provisão ≥ 30% e < 50%, nível E;	
VII - provisão ≥ 50% e < 70%, nível F;	
VIII - provisão ≥ 70% e < 100%, nível G; e	
IX - provisão = 100%, nível H.	
CAPÍTULO VI	
DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS	
Art. 18. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, dispondo, inclusive sobre:	
I - estabelecimento de parâmetros para a mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito, conforme exigido por esta Resolução;	
II - definição dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras de que trata o art. 13;	
III - fixação de níveis mínimos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a serem observados pelas:	
a) instituições sujeitas à metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e	
b) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente; e	
IV - informações a serem incluídas em notas explicativas constantes das demonstrações financeiras.	
Art. 19. As instituições devem manter à disposição do Banco Central do Brasil:	
I - os critérios utilizados para classificação de que trata o art. 2º;	

II - os dados históricos produzidos a partir da vigência desta Resolução relativos, no mínimo, aos últimos cinco anos referentes:	
a) à avaliação de risco de crédito do instrumento financeiro, abrangendo a avaliação inicial de risco, a data de cada reavaliação, a metodologia e os principais dados utilizados;	
b) à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, abrangendo a provisão inicial e suas alterações, metodologia e os principais dados utilizados no seu cálculo; e	
c) às recuperações por tipo de ativo financeiro e de garantia, quando for o caso; e	
III - o valor contábil dos ativos financeiros, desdobrados em:	
a) custo amortizado;	
b) ajustes a valor justo, se for o caso; e	
c) provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável.	
Art. 20. Caso identifique inadequação ou insuficiência no reconhecimento da provisão de que trata esta Resolução, o Banco Central do Brasil poderá determinar:	
I - a reclassificação do estágio do instrumento financeiro;	
II - a alteração dos critérios de constituição e de registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e	
III - a constituição de provisão suplementar, considerando a perda esperada do instrumento.	
Seção II Disposições Transitórias	
Art. 21. Os procedimentos contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor.	
§ 1º Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial desta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.	
§ 2º As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2019 relativamente aos períodos anteriores.	
Art. 22. Fica facultado às instituições mencionadas no art. 1º classificar os instrumentos financeiros mantidos	

em suas carteiras na data de entrada em vigor desta Resolução no primeiro estágio, exceto:	
I - instrumentos financeiros com atraso superior a trinta dias no pagamento do principal e encargos, que devem ser classificados no segundo estágio; e	
II - instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, que devem ser classificados no terceiro estágio.	
Parágrafo único. Para fins da avaliação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito que trata o art. 3º, caso a instituição utilize a faculdade de que trata o caput , deve ser comparado o risco de crédito na data de entrada em vigor desta Resolução com o risco de crédito na data da reavaliação.	
Art. 23. Fica vedado o registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, em observância ao disposto na regulamentação vigente antes da data de entrada em vigor desta Resolução, exceto quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes indicarem a melhora significativa na capacidade financeira da contraparte.	
Seção III Disposições Finais	
Art. 24. Ficam revogadas as Resoluções ns. 2.682, de 21 de dezembro de 1999, 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, e 4.512, de 28 de julho de 2016.	
Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2019.	<p>Não existe tempo hábil para adequação das normas, considerando que existem parâmetros diferentes da norma internacional IFRS 9.</p> <p>Sugestão:</p> <p>“Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.”</p>

Anexo D: proposta edital 60

Prezados, boa tarde.

A título de contribuição e com o final do prazo (27/04/18) para encaminhamento de sugestões ao BACEN se aproximando, encaminho um breve resumo dos impactos que verifiquei com a nova Resolução (consulta pública 60/2018) que irá substituir a Resolução 2.682 (classificação das operações de crédito) e das informações que colhi com outras fontes.

1- Não haverá mais contagem em dobro para operações de crédito com mais de 36 parcelas (algumas cooperativas de crédito se utilizam desse benefício, mas também acho que o BACEN não vai negociar este benefício especificamente) e os novos procedimentos não se limitam apenas as operações de crédito.

2- As carteiras de crédito, abaixo de R\$ 50.000, não podem mais ser classificadas apenas pelo atraso das operações. A lógica da classificação de risco, mudaria da apuração dos dias em atraso e consequente atribuição do nível de risco com base nesses dias, hoje utilizado pelas associadas da FNCC para: 1-atribuição do estágio (3 tipos de estágios); 2- Avaliação da Perda Esperada com base em dados estatísticos e/ou históricos; 3- Provisão de Perda Esperada com base nas probabilidades obtidas na avaliação; 4- Atribuição do risco da operação com base no percentual de provisão atribuído e seguindo uma tabela que vai do Risco AA de 0,5% (antes era Zero) até o H de 100% de provisão, considerando que os riscos intermediários são por faixa de percentual de provisão (exemplo risco C que antes era de 3% na nova norma o risco C tem percentual de provisão que vai de maior ou igual a 3% e menor que 10%).

3- O Terceiro estágio que praticamente terá as operações em prejuízo ou com problema de recuperação de crédito, vai ser dividido em 6 tipos de carteiras, onde existem faixas de prazos de atraso e percentuais de provisão específicos para cada um dos 6 tipos de carteira.

4- No capítulo V seção II o BACEN prevê uma metodologia simplificada de apuração da provisão de perdas esperadas, mas lista apenas as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte que poderiam utilizar esta metodologia, que por sinal ainda está pendente de maior detalhamento pelo BACEN que se pronunciará mais adiante. Contudo quem puder se beneficiar dessa metodologia simplificada, estará dispensado de: 1- classificar os ativos (carteira de crédito inclusive) em um dos três estágios; 2- avaliar a perda esperada; 3- tratar os instrumentos por carteira e 4- Baixar as

operações para prejuízo em prazos pré-determinados e variáveis de acordo com a carteira que eles estiverem classificados e serão baixados quando “não for provável que a instituição recupere seu valor”.

5- Ao final da minuta da norma o BACEN fala que irá baixar normas fixando níveis mínimos de provisão para instituições enquadradas no segmento S5 que engloba a maior parte das Cooperativas Singulares.

Considerando todas essas informações acredito que seria prudente a FNCC encaminhar uma sugestão através do portal de consulta pública do BACEN pleiteando que no artigo 16, onde o BACEN determina a instituição financeira que pode adotar a metodologia simplificada, seja incluído “Cooperativas de Capital e Empréstimos enquadradas no segmento S5”.

Como o BACEN está solicitando a apresentação de um modelo simplificado, e no intuito de ABRANGER ADEQUADAMENTE as Cooperativas de Capital e Empréstimos, para embasar a sugestão acredito que seria prudente listar os motivos pelo qual as Cooperativas de Crédito de Capital e Empréstimos entendem que poderiam ser beneficiadas com a metodologia simplificada DIFERENTE das demais instituições do segmento S5, a saber:

- a) Quase 100% das operações são empréstimos pessoais, a pessoas físicas, com consignação em folha, baixa inadimplência, baixo limite de crédito, quantidade de parcelas que dificilmente ultrapassam os 36 ou 48 meses e por fim com taxas de juros muito reduzidas (provavelmente as menores do mercado, inclusive se comparado aos demais tipos de Cooperativas de Crédito).
- b) Muitas vezes o limite de crédito está diretamente atrelado ao salário do cooperado ou ao saldo de capital (que no desligamento do cooperado passa a ser uma garantia da operação de crédito uma vez que será devolvido apenas após a quitação do saldo devedor), ao percentual máximo de 30% do valor da parcela sobre o salário, a limitação da quantidade máxima de parcelas.
- c) Em geral as garantias, quando exigidas, se limitam a seguro prestamista ou avalistas.
- d) Boa parte das Cooperativas de Capital e Empréstimos não possuem operações de “garantias financeiras prestadas” (ex: Carta Fiança) ou “compromissos de crédito” (ex: Cheque Especial e/ou Cartão de Crédito do Sicoob).

e) O prazo para adaptação da nova norma (2019), sem os benefícios de uma metodologia simplificada para Cooperativas de Capital e Empréstimo, e com a estrutura hoje existente e os recursos disponíveis, seria muito difícil atender a toda exigência da norma.

f) Os possíveis impactos no resultado (aumento das despesas) que o BACEN permitiu que as instituições, na aplicação inicial da nova norma, registrem em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados (justamente para não prejudicar o resultado do exercício) não teria efeito para as Cooperativas de Crédito uma vez que sua conta de Sobras ou perdas geralmente ZERA até o término do exercício seguinte. Na prática se a nova norma sair em setembro de 2018 por exemplo, as Cooperativas já teriam distribuído as sobras de 2017 na forma definida pela AGO ocorrida em 2018, e mesmo que isto não tivesse ocorrido ainda, a AGO já teria tomado a decisão da forma de distribuição e não poderia ser utilizada para absorver este “impacto”.

g) Por fim acho importante frisar muito bem as diferenças entre as “Instituições do segmento S5” e as “Cooperativas de Capital e Empréstimos do segmento S5” (são muito diferentes).

Ficamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.

Federação Nacional das Cooperativas de Crédito

Anexo E: Consulta 60_2018 Sugestão BNDES

Limites Mínimos de Provisão para Perdas Esperadas em Instrumentos Financeiros garantidos pela União

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é o principal usuário do Seguro de Crédito à Exportação¹ (SCE), garantia prestada pela União para cobrir as operações de crédito à exportação contra riscos comerciais, políticos e extraordinários. Tal garantia é lastreada pelos recursos do Fundo de Garantia à Exportação² (FGE).

O Art. 13 da minuta de Resolução objeto da presente Consulta Pública estabelece a segregação de carteiras para diferenciar os limites mínimos de provisão para perda esperada de instrumentos financeiros classificados no terceiro estágio.

Ocorre que o prazo contratual para caracterização e pagamento de indenizações do SCE é de até 240 dias após a data de inadimplência do devedor. Tal prazo regulamentar não é compatível com os prazos e respectiva progressão da provisão mínima das carteiras indicadas na minuta de Circular anexa à mesma Consulta Pública.

Envio da 'Declaração de Ameaça de Sinistro' ao Garantidor	30 dias após vencimento (dentro do prazo de caracterização)
Primeira caracterização de sinistro* em caso de mora pura e simples do Devedor Público	6 meses após vencimento buyer 4 meses após compensação do CCR (supplier).
Envio da 'Declaração de Sinistro – Pedido de Indenização' (DS-PI)	até 30 dias após fim do prazo para caracterização do sinistro.
Pagamento da Indenização pelo garantidor	até 30 dias após entrega da DS-PI.

* O período para caracterização do sinistro é conhecido como “*claims waiting period*” nos seguros e garantias internacionais praticados pelas Agências de Crédito à Exportação.

Nesse sentido, o BNDES propõe a criação de uma carteira específica para contemplar os instrumentos financeiros garantidos pela União³, conforme tabela abaixo:

Carteira	Atraso no Pagamento de Principal e Encargos	Provisão Mínima
Carteira n	Até 240 dias	1%
	de 241 a 300 dias	5%
	de 301 dias a 12 meses	10%
	entre 12 e 15 meses	30%
	entre 15 e 18 meses	50%
	entre 18 e 21 meses	70%
	entre 21 e 24 meses	90%

Desde o início de suas operações de financiamento às exportações com garantia da União por meio do SCE, ainda nos anos 90, o BNDES já desembolsou cerca de US\$ 19,4 bilhões. Atualmente as operações do Banco representam 86,7% da Exposição Total do FGE, sendo a

¹ Lei nº 6.704, de 26.10.1979, dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

² Lei nº 9.818, de 23.08.1999, dispõe sobre o Fundo de Garantia à Exportação.

³ O Artigo 37 da Circular BACEN nº 3.644/2013, elenca outros instrumentos mitigadores de risco de crédito que, potencialmente, apresentam características semelhantes ao FGE e que, por exemplo, poderiam ser incluídos nesta carteira.

diferença referente a operações de garantia a outros bancos financiadores e/ou aos próprios exportadores.

O reconhecimento do baixo risco de crédito da garantia da União por meio do SCE do FGE é fundamental para o adequado uso desse instrumento no fomento de exportações de bens e serviços brasileiros de alto valor agregado. Esse instrumento é inspirado nos SCE praticados por Agências de Crédito à Exportação (*ou Export Credit Agencies – ECAs*) de países industrializados em todo o mundo. Países membros da OCDE, como EUA, Alemanha, Japão, Reino Unido, Itália, França, Espanha, dentre outros, são historicamente muito ativos no oferecimento de garantias públicas ao financiamento de suas exportações. Nos últimos anos, países como China, Índia, Rússia, África do Sul e Indonésia vêm aumentando intensamente a oferta de soluções semelhantes para cobertura destes riscos em suas exportações.

Nesse sentido, cabe destacar que o prazo de até 180 dias após a inadimplência do devedor para a caracterização do sinistro pelo SCE é prática comum dentre as ECAs em todo o mundo. A esse período são acrescidos até 30 dias para o envio do pedido de indenização pelo garantido (segurado) e até 30 dias para a programação do efetivo pagamento, chegando-se ao prazo regulamentar de até 240 dias. Esse período é denominado “*claims waiting period*” e tem sua definição descrita no glossário da OCDE⁴ e do FMI⁵.

Os eventos de inadimplência garantidos pelo SCE do FGE são relativamente raros e concentrados. Para ilustrar o seu funcionamento em recentes ocorrências reais, relacionamos abaixo um exemplo de indenização paga pelo FGE:

- 1) Devedor: Governo X. (*omitido por confidencialidade*)
Garantido: BNDES

Vencimento da 1ª Parcela inadimplida:	15/11/2016
Caracterização do Sinistro:	14/05/2017 (180 dias)
Envio do Pedido de Indenização:	06/06/2017 (23 dias)
Data limite de pagamento:	06/07/2017 (30 dias)
Data do efetivo pagamento:	15/12/2017 (395 dias) ⁶
Vencimento da 2ª Parcela inadimplida:	15/05/2017
Caracterização do Sinistro:	14/07/2017 (60 dias)
Envio do Pedido de Indenização:	19/07/2017 (5 dias)
Data limite de pagamento:	18/08/2017 (30 dias)
Data do efetivo pagamento:	15/12/2017 (214 dias)
Vencimento da 3ª Parcela inadimplida:	15/11/2017
Caracterização do Sinistro:	14/01/2018 (60 dias)
Envio do Pedido de Indenização:	08/02/2018 (25 dias)
Data limite de pagamento:	10/03/2018 (30 dias)
Data do efetivo pagamento:	12/03/2018 (117 dias)

⁴ Disponível em: <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=5892>

⁵ Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/eds/Eng/Guide/index.htm>

⁶ A necessidade de suplementação orçamentária em 2017 para o efetivo pagamento das indenizações pelo Ministério da Fazenda acarretou um prazo mais longo para a quitação das primeiras parcelas.

Anexo F: Considerações da OCBCECO Edital 602018_Retificao

Considerações: Edital Consulta Pública 60/2018

Pleito I: Aplicação da metodologia simplificada do Art. 16 para as cooperativas de crédito e Sistemas Organizados que possuem apenas Cooperativas S5.

Sugestão: Aprovar a metodologia simplificada para todas as cooperativas singulares classificadas como S5. No caso de Cooperativas S4, integrantes de Sistemas Organizados ou não, deverá ser facultada a regra de apuração da perda esperada da S4 (Pleito II abaixo).

Justificativas:

A Resolução 4.553/17 estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, considerando o porte e a atividade internacional das instituições que compõe cada segmento, enquadrado de acordo com o perfil de risco de cada instituição, ou seja, na prática o Normativo visa reduzir o custo excessivo de observância, porém mantendo a prudência.

Também nessa linha, a Resolução 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, admiti em seu Capítulo IX, Art. 61, uma estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, em linha com o estabelecido posteriormente no Art. 11 da Res. 4.606/17, onde o RWARC para S5 deve ser calculado mediante abordagem padronizada simplificada e, para fins de gerenciamento de riscos (Artigos 19, 20 e 25), não necessariamente com a adoção de modelos internos.

Pleito II: Facultar a aplicação de metodologia própria intermediária para as instituições S4 ou Sistemas Organizados que possuem Cooperativas dos Segmentos S4 e S5.

Sugestão: facultar a possibilidade de utilização/aplicação de uma metodologia intermediária/híbrida de modelos de perda esperada, na qual alguns componentes necessariamente serão estimados via modelos estatísticos (PD) e outros (EAD e LGD) poderão ser valores realizados ou estimados por metodologias mais simples (médias), durante um período de transição de 05 (cinco) anos.

Ex:

PD – Modelo estatístico.

EAD – Modelo estatístico/saldo médio de default observado.

LGD – Média observada nos últimos 12 (ou 24) meses.

Justificativas:

- Faculdade de usar uma metodologia intermediária ao modelo completo apresentado no Edital 60/2018, em linha com o “IRB básico” proposto pelo Acordo de Basileia e Circular 3.648/2013.
- Sugere-se que seja facultado aos Sistemas Organizados com Cooperativas de Crédito classificadas em S4 e S5 estimarem a perda esperada a partir da combinação de parâmetros calculados a partir de modelos internos (PD, por exemplo) e definidos pelo Regulador, como o disposto no Art. 74 da Circular 3.648/13 para LGD.
- Utilizar mais de uma regra elevaria o custo operacional de manter duas metodologias concomitantemente e dificultaria o monitoramento e a comparação entre cooperativas pertencentes ao mesmo Sistema Organizado (S4 e S5).
- Modelos de EAD e LGD devem ser calculados por tipo de produto, uma vez que os tickets médios e perfil de inadimplência podem variar conforme a carteira. Dessa forma, faz-se necessário priorizar quais carteiras serão modeladas primeiramente e propor um cronograma de migração das demais carteiras de metodologia intermediária para avançada.
- A criação de modelos de LGD requer grande quantidade de dados de recuperação de crédito em granularidade detalhada (visão custo). As instituições vêm construindo essas informações ao longo dos anos, mas não necessariamente possuem histórico suficiente (pelo menos 5 anos) para desenvolver um modelo de predição. Dessa forma a sugestão é que o valor observado nos últimos períodos seja utilizado como aproximação do indicador enquanto a instituição acumula histórico suficiente de dados.

Pleito III: Piso mínimo de provisão conforme Res. 2682/99

A implantação completa das diretrizes descritas no Edital 60/2018 gerará as Cooperativas S4 e S5, independentemente de estarem ou não alocadas em um Sistema Organizado, aumento excessivo no custo de observância, desproporcional a complexidade das operações. Lembramos que o Cooperativismo de Crédito apresenta volumes de provisão muito semelhante aos bancos tradicionais (base dez/2017: bancos tradicionais 6,15% e as cooperativas de crédito 5,85%).

Pleito IV: Classificação em Estágios

Sugestão: conforme Art. 4º, a classificação em estágios deve ser revista quando o instrumento for renegociado. Entretanto, existem renegociações realizadas por força normativa (ex.

Resoluções do CMN para operações de crédito rural) que deveriam ser excluídas da obrigatoriedade.

Pleito V: Meios de Pagamento

Sugestão: não aplicação da Resolução para as transações de pagamento (valores a receber de emissores de cartões relativos a operações de credenciamento de meios de pagamento), com vistas ao alinhamento da não aplicação da Resolução para as instituições de pagamento, conforme disposto no Art. 1º, inciso I.

Pleito VI: Ativos Financeiros Classificados como Reconhecimento ao Valor Justo por Meio do Resultado

Sugestão: alteração do Art. 1º, incluindo a não aplicação da Resolução para os ativos financeiros classificados como reconhecimento ao valor justo por meio do resultado, para alinhamento com o IFRS 9, onde não é efetuado o cálculo da perda de crédito esperada.

Pleito VI: Data da entrada em vigor da Resolução (Edital 60/2018)

Sugestão (considerando que a Resolução definitiva seja publicada pelo CMN até 30/6/2018): solicitamos postergação de data para implantação para 01/01/2020 (um ano e meio de prazo).

Justificativa:

- Jan/2019: não há tempo hábil para o entendimento da versão final da Norma (ainda existem indefinições em relação ao Segmento S4 e S5); especificação e desenvolvimento de sistemas; mensuração de impactos e implantação até 01/01/2019 (menos de seis meses) para um tema tão importante.
- Jan/2019: modelos/estimativas de EAD e LGD para todos os produtos precisam ser calibrados/desenvolvidos com base em bases históricas.
- Jan/2020: tempo necessário para entendimento da Norma e desenvolvimento/adequação de sistemas e modelos estatísticos.
- Jan/2025 (2020 + 05 anos): tempo necessário para criação de base histórica para fins de modelagem de EAD e LGD e migração completa para Modelos Avançados.

Anexo G: Sugestões BNDES Edital 60

Sugestões em relação aos critérios para constituição de provisionamento

- 1) Art. 4º, inciso II.
 - a. Sugerimos que a classificação seja anual com exceção dos casos em que haja materialidade da exposição calculada mediante algum critério, como por exemplo, um percentual do PR.
- 2) Art. 1º, inciso III.
 - a. Como a norma usa apenas o termo “cancelamento”, sugerimos incluir os termos “bloqueio” ou “suspensão”. No caso específico do BNDES, é comum efetuar o bloqueio ou suspensão de liberações de recursos contratados, o que produz o mesmo efeito do cancelamento.
- 3) Art. 3º, § 6º.
 - a. A norma do IFRS 9 estabelece que a metodologia para classificação nos estágios é de responsabilidade da instituição, não definindo orientações objetivas irrefutáveis. A definição de prazos de atraso para reclassificação de estágios não considera as diferenças nas características dos créditos. Os diferentes créditos e financiamentos podem ter diferentes comportamentos a considerar os prazos, tipo de financiamento e especialmente garantias vinculadas.
Nossa sugestão é que não exista a definição de parâmetros irrefutáveis para a definição da reclassificação de estágios, pois poderia tornar a norma inconsistente com os parâmetros internacionais.
- 4) Art. 13º.
 - a. Sugerimos a retirada da definição de limites mínimos para instrumentos no terceiro estágio. A definição de limites mínimos poderia gerar inconsistências relevantes em relação à norma IFRS 9, pois ignora a apuração histórica da LGD das Instituições Financeiras e aplica um fator fixo de acordo com a característica da carteira.

Anexo H: Proposta de alteração edital 60

EDITAL 60/2018	PROPOSTA
RESOLUÇÃO Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2018	
Dispõe sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	
O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em XX de XX de 2018, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei e nos arts. 7º e 23 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974,	Em relação a classificação do 3º estágio citada pela resolução “ativo com problema de recuperação de crédito”, sugerimos o alinhamento dos conceitos empregados entre a Res. N 4.557 que traz a figura do “ativo problemático” com a presente resolução.
R E S O L V E U:	
CAPÍTULO I DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO	
Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros mantidos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:	
I - ativos financeiros, conforme definido na regulamentação aplicável;	
II - garantias financeiras prestadas; e	
III - compromissos de crédito que atendam a pelo menos uma das seguintes características:	
a) o compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;	
b) a instituição não tem capacidade de cancelar o contrato ou não executa o cancelamento na gestão cotidiana normal dos instrumentos financeiros; ou	
c) a instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento do compromisso, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.	
Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica:	
I - às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais; e	
II - aos seguintes ativos financeiros:	
a) instrumentos financeiros patrimoniais; e	
b) instrumentos financeiros derivativos.	

CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem classificar:	
I - no primeiro estágio:	
a) os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), conforme a regulamentação aplicável; e	
b) os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;	
II - no segundo estágio, os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial; e	
III - no terceiro estágio, os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.	<p>A resolução classifica as operações no 3º Estágio como “instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito”, ao tempo em que à Res. 4.557 classifica esses instrumentos como “ativo problemático”. Assim, sugerimos alinhar o entendimento entre as normas de forma a manter compatibilidade entre ambas.</p> <p>Sugestão:</p> <p>III - no terceiro estágio, os instrumentos financeiros classificados como ativo problemático.</p>
§ 1º No caso de garantias financeiras prestadas, a classificação de que trata o caput deve considerar a probabilidade de a contraparte garantida não honrar a obrigação, na data prevista, de acordo com as disposições contratuais.	
§ 2º O instrumento classificado no terceiro estágio no reconhecimento inicial que, posteriormente, deixar de ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito deve ser reclassificado no primeiro estágio.	
§ 3º Quando um instrumento financeiro for classificado no terceiro estágio, a instituição deve reclassificar todos os instrumentos financeiros que tenham a mesma contraparte no terceiro estágio.	<p>Sugerimos que o arrasto seja tratado como exceção e não como regra, visto que as operações serão avaliadas individualmente, ou seja a avaliação quanto a reclassificação ficaria a critério da instituição face os resultados dos modelos utilizados.</p> <p>Sugestão:</p> <p>§ 3º Quando um instrumento financeiro for classificado no</p>

	terceiro estágio, a instituição deve avaliar a necessidade de reclassificar os demais instrumentos financeiros que tenham a mesma contraparte.
§ 4º Fica admitida, em caráter de excepcionalidade, classificação diversa da estabelecida no § 3º para instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior aos demais instrumentos da mesma contraparte.	<p>Sugestão:</p> <p>§ 4º Fica admitida, em caráter de excepcionalidade, classificação diversa da estabelecida no § 3º para instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza, ou de sua finalidade, ou do valor ou da garantia apresente risco de crédito significativamente inferior aos demais instrumentos da mesma contraparte.</p>
Art. 3º Para fins de classificação dos instrumentos financeiros em estágios, a avaliação da ocorrência de aumento do risco de crédito deve ser realizada mediante a comparação do risco de crédito existente quando do reconhecimento no primeiro estágio com o risco de crédito existente na data da reavaliação.	<p>Sugerimos que todos os prazos existentes nessa resolução sejam ampliados para as operações de longo prazo (prática já observada na Resolução 2682 – são considerados em dobro)</p> <p>Incluir um parágrafo:</p> <p>fica a instituição financeira autorizada a utilizar avaliação diferente da sugerida desde que devidamente documentada</p>
§ 1º No caso de renegociação, na avaliação de que trata o caput , deve ser comparado o risco de crédito no reconhecimento inicial do instrumento original com o risco de crédito decorrente da renegociação.	<p>Esse procedimento nos remete a uma verificação inicial de uma operação que pode se modificar de forma significativa ao longo do tempo em suas condições da operação (prazo, valor, taxa, garantia, cliente, outros fatores do mercado etc.), reforça-se que, no caso de uma composição de dívidas (várias operações renegociadas resultando em uma única operação nova) a complexidade aumenta ainda mais em função das possíveis divergências em relação à origem.</p> <p>Sugerimos alinhar conceitos entre renegociação e reestruturação de ativos, conforme Resolução 4557.</p> <p>Sugestão:</p>

	§ 1º No caso de renegociação, na avaliação de que trata o caput, deve ser comparado o risco de crédito do instrumento renegociado com o risco de crédito decorrente da renegociação.
§ 2º Para fins do disposto no caput , o risco de crédito do instrumento financeiro deve ser determinado pela probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento.	
§ 3º O prazo esperado do instrumento não pode ser superior ao prazo contratual, exceto quando se tratar de compromisso de crédito não utilizado.	
§ 4º Quando não for possível mensurar com confiabilidade o prazo esperado do instrumento, a instituição deve considerar o prazo contratual.	
§ 5º Para fins de avaliação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito de que trata o caput , a instituição deve considerar todas as informações razoáveis e sustentáveis que possam afetar o risco de crédito do instrumento, considerando, no mínimo, os seguintes elementos:	
I - mudanças significativas, correntes ou esperadas, em indicadores de risco de crédito da contraparte, internos e externos à instituição;	
II - alterações adversas nas condições de negócios, financeiras ou econômicas, correntes ou esperadas, capazes de alterar significativamente a capacidade da contraparte de cumprir suas obrigações no prazo e nas condições pactuadas;	
III - reestruturação de outras obrigações da contraparte; e	
IV - atraso no pagamento de principal ou de encargos.	
§ 6º Para os instrumentos financeiros classificados no primeiro estágio, considera-se que há aumento significativo do risco de crédito, independentemente de outros fatores, quando ocorrer:	
I - atraso superior a trinta dias no pagamento do principal e encargos;	Apesar da definição do prazo de 30 (trinta) dias para reclassificação no 2º estágio, não ter sido estabelecido no IFRS N° 9, pode até ser considerado razoável como parâmetro, para carteira das Instituições Financeiras representada por operações de Curto Prazo. Todavia, tomando por base a Res. N° 2.682, atualmente existe a segregação de critérios em função do prazo (curto ou longo prazo – prazo a decorrer maior que 36 meses), pelo que sugerimos a adoção do mesmo critério/critério similar.

	<p>No caso do Banco do Nordeste que possui carteira de desenvolvimento, desconsiderando-se a carteira de microcrédito urbano e as operações de valor até R\$ 50.000,00, observamos que 43% dessa carteira é de longo prazo e desse percentual mais de 80% no âmbito do crédito rural. Reforça-se que, para essas operações da área rural ainda tem-se como fator preponderante as medidas e resoluções legais que são editadas pelo CMN e em função dos benefícios dessas, na grande maioria dos casos, o produtor rural aguarda a publicação dessas medidas de forma a ser contemplado com aqueles benefícios. Nesse sentido o prazo de 30 dias não é adequado para instituições com carteira de desenvolvimento (operações de longo prazo e principalmente no crédito)</p> <p>Sugestão:</p> <p>I - atraso no pagamento do principal e encargos superior a 30 (trinta) dias para instrumentos financeiros de curto prazo e de 90 (noventa) dias para longo prazo;</p>
II - elevação da probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o seu prazo esperado, em:	
a) cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;	
b) vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e	<p>Em relação as alíneas “b” e “c”, sugerimos adotar o mesmo parâmetro de 20% para ambas, dessa forma, as operações que seriam enquadradas na alínea “c”, ou seja, com perda esperada $\geq 5\%$ e $\leq 20\%$, há a garantia de migração de um rating,</p> <p>Sugestão:</p> <p>b) vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no</p>

	reconhecimento inicial, seja igual ou superior a 5%.
c) 100% do risco de crédito no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.	Sugestão: Excluir alínea “c”
Art. 4º A classificação de que trata o art. 2º deve ser revista:	
I - mensalmente, em face de atraso no pagamento de principal ou de encargos;	
II - semestralmente, por ocasião da elaboração dos balancetes ou balanços relativos às datas-bases de junho e dezembro;	Tendo em vista a ausência de informações econômico-financeiras semestrais das empresas, que normalmente apresentam balanços anuais, e o objetivo de não elevar custos operacionais de processamento e observância de informações, sugerimos que a periodicidade seja anual, ficando semestral somente para aquelas exposições consideradas materiais (10% do PR nível 1)
III - sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito, inclusive os decorrentes de alteração nas condições de mercado ou no cenário econômico; e	O presente inciso sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal. Sugestão: III – Até o mês imediatamente posterior a verificação dos fatos que indicarem a alteração significativa da qualidade de crédito, inclusive os decorrentes de alteração nas condições de mercado ou no cenário econômico; e
IV - quando o instrumento for renegociado.	O presente inciso sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal. Sugestão:

	IV – Até o mês imediatamente posterior a renegociação do instrumento.
§ 1º Fica dispensada a revisão de que trata o caput para instrumentos financeiros que tenham baixo risco de crédito.	
§ 2º Para fins do disposto no § 1º, o risco de crédito é considerado baixo se o instrumento atender cumulativamente às seguintes características:	
I - probabilidade insignificante de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento;	
II - capacidade comprovada de a contraparte honrar suas obrigações nas condições pactuadas; e	Entendemos que a comprovação da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas já é evidenciada no inciso I ao se verificar a probabilidade insignificante de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, conforme o modelo de risco da IF. Sugestão: II – Excluir
III - alterações adversas nas condições econômicas e do mercado sem impacto significativo sobre a capacidade financeira da contraparte.	
Art. 5º Fica facultada a reclassificação de instrumento financeiro do segundo estágio para o primeiro estágio, caso fatos novos relevantes, devidamente documentados, indiquem a redução significativa no risco de crédito do instrumento.	
CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO	
Art. 6º As instituições mencionadas no art. 1º devem avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros:	
I - a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando, no mínimo:	
a) o prazo do instrumento financeiro; e	
b) a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento; e	
II - a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo:	
a) os custos de recuperação do instrumento;	
b) as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização;	
c) as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares;	

d) a concessão de vantagens à contraparte; e	
e) as possíveis alterações nas condições econômicas e de mercado que possam afetar o valor de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento.	
§ 1º A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da instituição detentora do instrumento e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações internas e externas.	
§ 2º Para estimar a perda esperada, a instituição deve utilizar sistema de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.	
§ 3º A estimativa do valor presente provável de realização deve levar em consideração:	
I - o valor de mercado estimado de venda das garantias ou colaterais;	
II - os custos e prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais; e	
III - a taxa de juros inicialmente contratada do instrumento financeiro.	
Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, semestralmente, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes.	<p>Periodicidade anual, em linha com o Art. 4º</p> <p>Sugestão:</p> <p>Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, anualmente, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes.</p>
CAPÍTULO IV	
DO TRATAMENTO DOS INSTRUMENTOS POR CARTEIRAS	
Art. 8º Para fins do disposto nos arts. 3º e 6º, a apuração do risco de crédito e da perda esperada pode ser feita de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira.	
§ 1º Somente podem ser agrupados, conforme o disposto no caput , os instrumentos financeiros:	
I - que pertençam a um grupo homogêneo de risco;	
II - cujo valor não seja individualmente significativo;	
III - cuja exposição total da instituição à contraparte não seja significativa; e	
IV - cuja gestão seja realizada de forma coletiva.	
§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se grupo homogêneo de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando aspectos como a modalidade, o prazo, as características da contraparte, o segmento econômico, a localização geográfica, a data de aquisição, de origem ou de emissão e o tipo de	<p>Sugestão deixar o conceito mais principiológico e menos prescriptivo pois a descrição excessiva pode gerar interpretações equivocadas de órgãos de controle e de supervisão.</p>

garantias ou colaterais relacionadas com o instrumento, quando existentes.	§ 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se grupo homogêneo de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva,
§ 3º A instituição deve estabelecer critérios consistentes e passíveis de verificação, devidamente documentados, para definir grupo homogêneo de risco, valor significativo de um instrumento e exposição significativa a uma contraparte.	
§ 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco semestralmente, ou sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem.	Ocorre que a formação de grupos homogêneos, por sua natureza deve ter como essência a estabilidade, por conseguinte, “em tese” não deve ocorrer alterações significativas nos grupos definidos pela IF. Sugestão: § 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem.
CAPÍTULO V	
DA PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	
Seção I	
Da Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	
Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem constituir provisão suficiente para cobrir as perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros.	
Art. 10. Para fins de mensuração da provisão, deve-se considerar como base de cálculo:	
I - o valor contábil bruto de ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil;	
II - o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil;	
III - o valor presente dos pagamentos de responsabilidade da instituição definidos em contratos de garantias financeiras prestadas; e	
IV - o valor presente da estimativa de utilização de recursos de compromissos de crédito.	Cumprir destacar que esses valores já são utilizados para cálculo de alocação de capital. Nesse sentido, o cálculo de provisão sobre esses valores ocasionaria a duplicidade do impacto, o que fatalmente

	ocasionaria a elevação do custo de capital e das taxas finais para os clientes. Por conta disso, torna-se inadequado constituir provisão sobre valores ainda não expostos a riscos. Ressalte-se que, no mínimo, mensalmente o valor de exposição é ajustado.
Parágrafo único. A estimativa de que trata o inciso IV deve considerar:	
I - o período de doze meses, para os compromissos classificados no primeiro estágio; e	
II - o prazo esperado do instrumento, para os compromissos classificados nos demais estágios.	
Art. 11. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser constituída, no reconhecimento inicial do instrumento financeiro, como despesa do período, em contrapartida à adequada conta:	
I - do ativo, no caso de perdas relativas a ativos financeiros; ou	
II - do passivo, no caso de perdas referentes a:	
a) garantias financeiras prestadas;	
b) compromissos de crédito de que trata o inciso III do art. 1º; e	
c) constraprestações vincendas relativas a operações de arrendamento mercantil operacional.	
Art. 12. A instituição deve constituir a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está classificado, da seguinte forma:	
I - primeiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos doze meses;	Ajuste de redação para prever operações com prazo inferior a doze meses I - primeiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos doze meses, ou ao prazo da operação quando inferior a 12 meses;
II - segundo estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e	
III - terceiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.	

Parágrafo único. Fica facultado às instituições reconhecer a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito conforme o inciso II para os instrumentos classificados no primeiro estágio.	
<p>Art. 13. As instituições mencionadas no art. 1º devem observar limites mínimos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativos aos instrumentos classificados no terceiro estágio, conforme percentuais definidos pelo Banco Central do Brasil, considerando a seguinte segregação em carteiras:</p>	<p>Sugerimos excluir o estabelecimento de limites mínimos de provisão, visto que não está aderente ao que dispõe o padrão internacional IFRS9. Essa sugestão vale para todos os estágios.</p> <p>Na inviabilidade de exclusão desses limites mínimos de provisão, a construção das carteiras deve ser realizada em conjunto com as instituições financeiras após estudo com participação dessas instituições.</p> <p>Para bancos de desenvolvimento, por exemplo, faz-se necessária a criação de carteira que incorpore as características das operações inerentes a esse tipo de instituição (operações de longo prazo, crédito rural etc.).</p> <p>Nos itens a seguir fazemos algumas considerações oriundas de algumas simulações iniciais realizadas. E algumas distorções pela não utilização da LGD.</p>
I - carteira 1: financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	<p>Sugestão: Não deveria ser limitado ao SFH, pois os colaterais são relevantes para todos os tipos de instrumentos financeiros</p> <p>I - carteira 1: instrumentos financeiros cuja garantia, ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento tais como, garantia da União ou garantia fidejussória prestada por Instituição Financeira ou garantia de aplicação financeira;</p>
II - carteira 2: financiamentos habitacionais fora do SFH e outros instrumentos garantidos por imóvel residencial, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;	

<p>III - carteira 3: instrumentos garantidos por alienação fiduciária de imóveis, não abrangidos pelos incisos I e II, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;</p>	
<p>IV - carteira 4: instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais ou por alienação fiduciária de veículos, operações de arrendamento mercantil e operações de crédito rural para investimento, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;</p>	<p>IV - carteira 4: instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis ou por alienação fiduciária de veículos, operações de arrendamento mercantil e operações de crédito rural para investimento, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;</p>
<p>V - carteira 5: os instrumentos a seguir:</p>	<p>Em relação ao presente item, realizamos uma análise da nossa carteira de risco de crédito, tomando por base o Anexo I da presente Consulta Pública em comparação a Res. Nº 2.682, onde o parâmetro mínimo exigido de 50% (até 150 dias de atraso) seria equivalente ao rating “F” (Res. Nº 2.682) para operações de Curto Prazo e ao rating “D” (Res. Nº 2.682), com 10% de provisão, para as operações de Longo Prazo. Ocorre que a base de operações com enquadramento na Carteira 5, mais de 60%, em termos de valor, corresponde a operações de longo prazo, ou seja, teoricamente, desconsiderando-se os demais fatores de risco e a LGD, estaríamos passando de uma PD de 10% para 50%, no caso de operações de longo prazo.</p> <p>Em nosso caso particular, observamos que a maior influência ocorre nas alíneas “d”, “e” e “f” (outros financiamentos não abrangidos nos itens de I a IV e operações com 100% de garantia de alienação fiduciária ou hipoteca), quando referida operação é de longo prazo. Obedecendo o piso estabelecido pela presente consulta e em comparação ao nosso modelo interno desenvolvido para cálculo da perda esperada para a Res. 4.557, considerando-se aqui</p>

	<p>o efeito do LGD haveria um incremento de provisão superior a 50% para essas operações.</p> <p>Sugestão:</p> <p>De acordo com o nosso estudo as alíneas “d”, “e” e “f” para operações de longo prazo, em princípio, poderiam estar inseridas na Carteira IV.</p>
a) operações de crédito rural para custeio;	
b) operações para capital de giro e crédito pessoal;	<p>Em relação a presente alínea, considerando-se o efeito do LGD para a carteira de crédito, observamos que o piso mínimo estabelecido acarretaria um incremento de aproximadamente 45% em comparação ao nosso modelo interno (4.557).</p> <p>De acordo com o estudo essas operações, em princípio, poderiam estar inseridas na Carteira IV, ou criação de uma carteira específica.</p>
c) desconto de recebíveis;	
d) financiamentos não abrangidos pelos incisos I a IV;	<p>Sugestão: esclarecer que seriam os de curto prazo, visto que as de longo prazo deveriam ser inseridas em outras carteiras.</p> <p>d) financiamentos de curto prazo não abrangidos pelos incisos I a IV;</p>
e) instrumentos garantidos por alienação fiduciária de outros bens não abrangidos pelos incisos I a IV, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e	<p>Sugestão: esclarecer que seriam os de curto prazo, visto que as de longo prazo deveriam ser inseridas em outras carteiras</p> <p>e) instrumentos de curto prazo garantidos por alienação fiduciária de outros bens não abrangidos pelos incisos I a IV, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e</p>
f) instrumentos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis não residenciais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e	<p>Sugestão: esclarecer que seriam os de curto prazo, visto que as de longo prazo deveriam ser inseridas em outras carteiras</p> <p>f) instrumentos de curto prazo garantidos por hipoteca de</p>

	primeiro grau de imóveis não residenciais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento; e
VI - carteira 6: demais instrumentos financeiros.	
§ 1º Para fins de segregação dos instrumentos em carteiras, conforme o disposto no caput , a instituição deve reavaliar a garantia ou colateral, quando existente, sempre que houver evidências, internas ou externas, de que a garantia tenha sofrido desvalorização.	
§ 2º O disposto neste artigo não exime os administradores das instituições da responsabilidade de constituir provisão em montante suficiente para fazer face às perdas associadas ao risco de crédito da totalidade de seus instrumentos financeiros.	
Art. 14. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está classificado o instrumento.	<p>O presente artigo sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, quando houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está classificado o instrumento, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal.</p> <p>Sugestão:</p> <p>Art. 14. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, mensalmente.</p>
Art. 15. O ativo financeiro deve ser baixado caso:	
I - não seja provável que a instituição recupere o seu valor; ou	
II - ocorra atraso no pagamento de principal e encargos superior a:	
a) 24 meses, para os instrumentos financeiros das carteiras 1, 2 e 3, mencionadas no caput do art. 13, incisos I a III;	
b) 18 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 4, mencionada no caput do art. 13, inciso IV;	
c) 15 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 5, mencionada no caput do art. 13, inciso V;	
d) 12 meses, para os instrumentos financeiros da carteira 6, mencionada no caput do art. 13, inciso VI.	
§ 1º As operações baixadas na forma do disposto neste artigo devem permanecer registradas em conta de compensação, enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de cinco anos.	
§ 2º Os instrumentos baixados na forma deste artigo que forem renegociados devem ser classificados, na data da renegociação,	

no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento.	
§ 3º O disposto no § 2º também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados na forma deste artigo.	
§ 4º Fica facultada a constituição de provisão inferior à prevista no § 2º quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes indicarem a melhora significativa na capacidade financeira da contraparte.	
<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Da Metodologia Simplificada de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</p>	<p>A Res. N 2.682 atualmente prevê em seu Art. 5º, abaixo transcrito, que para os clientes com exposição de valor até R\$ 50.000,00 a classificação dessas operações seja realizada em função unicamente do atraso. Assim, sugerimos a adoção de metodologia similar para as operações de pequeno valor, para evitar a elevação significativa de custos operacionais, de observância e de captura de informações com essas operações.</p> <p>“Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.”</p>
Art. 16. As sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte podem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que considere, no mínimo, os seguintes aspectos:	
I - em relação à contraparte:	
a) situação econômico-financeira;	
b) grau de endividamento;	
c) histórico de pagamentos;	
d) limite de crédito; e	
e) renda e patrimônio, no caso de contraparte pessoa natural; e	
II - em relação ao instrumento financeiro:	
a) natureza e finalidade da operação;	

b) características das garantias ou colaterais, quando existentes, particularmente quanto à suficiência para cobrir o saldo devedor e a liquidez; e	
c) valor.	
§ 1º Adicionalmente aos aspectos mencionados no caput , devem ser consideradas outras informações cadastrais, de adimplemento e inadimplemento relativas à contraparte às quais a instituição tenha acesso.	
§ 2º As instituições que utilizarem a metodologia simplificada mencionada no caput ficam dispensadas de observar o disposto nos capítulos II, III e IV, no art. 12 e no inciso II do art. 15.	
Seção III	
Da Classificação dos Instrumentos por Nível de Provisão	
Art. 17. A instituição deve classificar os instrumentos financeiros nos seguintes níveis de provisão, com base na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída:	
I - provisão < 0,5%, nível AA;	
II - provisão ≥ 0,5% e < 1%, nível A;	
III - provisão ≥ 1% e < 3%, nível B;	
IV - provisão ≥ 3% e < 10%, nível C;	
V - provisão ≥ 10% e < 30%, nível D;	
VI - provisão ≥ 30% e < 50%, nível E;	
VII - provisão ≥ 50% e < 70%, nível F;	
VIII - provisão ≥ 70% e < 100%, nível G; e	
IX - provisão = 100%, nível H.	
CAPÍTULO VI	
DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS	
Art. 18. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, dispondo, inclusive sobre:	
I - estabelecimento de parâmetros para a mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito, conforme exigido por esta Resolução;	
II - definição dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras de que trata o art. 13;	
III - fixação de níveis mínimos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a serem observados pelas:	
a) instituições sujeitas à metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e	
b) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente; e	
IV - informações a serem incluídas em notas explicativas constantes das demonstrações financeiras.	
Art. 19. As instituições devem manter à disposição do Banco Central do Brasil:	
I - os critérios utilizados para classificação de que trata o art. 2º;	
II - os dados históricos produzidos a partir da vigência desta Resolução relativos, no mínimo, aos últimos cinco anos referentes:	

a) à avaliação de risco de crédito do instrumento financeiro, abrangendo a avaliação inicial de risco, a data de cada reavaliação, a metodologia e os principais dados utilizados;	
b) à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, abrangendo a provisão inicial e suas alterações, metodologia e os principais dados utilizados no seu cálculo; e	
c) às recuperações por tipo de ativo financeiro e de garantia, quando for o caso; e	
III - o valor contábil dos ativos financeiros, desdobrados em:	
a) custo amortizado;	
b) ajustes a valor justo, se for o caso; e	
c) provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável.	
Art. 20. Caso identifique inadequação ou insuficiência no reconhecimento da provisão de que trata esta Resolução, o Banco Central do Brasil poderá determinar:	
I - a reclassificação do estágio do instrumento financeiro;	
II - a alteração dos critérios de constituição e de registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e	
III - a constituição de provisão suplementar, considerando a perda esperada do instrumento.	
Seção II	
Disposições Transitórias	
Art. 21. Os procedimentos contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor.	
§ 1º Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial desta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.	
§ 2º As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2019 relativamente aos períodos anteriores.	
Art. 22. Fica facultado às instituições mencionadas no art. 1º classificar os instrumentos financeiros mantidos em suas carteiras na data de entrada em vigor desta Resolução no primeiro estágio, exceto:	
I - instrumentos financeiros com atraso superior a trinta dias no pagamento do principal e encargos, que devem ser classificados no segundo estágio; e	
II - instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, que devem ser classificados no terceiro estágio.	
Parágrafo único. Para fins da avaliação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito que trata o art. 3º, caso a instituição utilize a faculdade de que trata o caput , deve ser comparado o risco de crédito na data de entrada em vigor desta Resolução com o risco de crédito na data da reavaliação.	
Art. 23. Fica vedado o registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, em observância ao disposto na regulamentação vigente	

antes da data de entrada em vigor desta Resolução, exceto quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes indicarem a melhora significativa na capacidade financeira da contraparte.	
Seção III Disposições Finais	
Art. 24. Ficam revogadas as Resoluções ns. 2.682, de 21 de dezembro de 1999, 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, e 4.512, de 28 de julho de 2016.	
Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2019.	<p>Entendemos que o prazo de implantação não é factível, face a necessidade de muitos ajustes nos sistemas internos.</p> <p>Sugestão:</p> <p>Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.</p>

Anexo I: Consulta 60_2018 BACEN (1)

I. “Art. 2º, I, a)” – Esclarecer em que situações o instrumento financeiro já teria problema de recuperação de crédito desde o reconhecimento inicial (imaginando este se tratar da avaliação rating na contratação)

II. “Art. 2º. I. § 4º” – Verificar se a natureza das operações construídas em modelo *Project Finance*, onde se busca a individualização e blindagem das garantias da operação de crédito, caracterizam a situação de risco de crédito significativamente inferior, para fins de não contaminar as demais operações que envolvam a mesma contraparte (verificar se aqui o entendimento de contraparte se restringe aos signatários dos instrumento financeiro).

III. “Art. 12” - Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o primeiro estágio é a aplicação do percentual relativo ao rating x 12 PMT’s.

- Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o segundo estágio é o maior percentual entre o rating e o Anexo A x Saldo devedor total da operação.

- Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o terceiro estágio é sempre 100% do Saldo devedor.

IV. “Art. 13” - Assegurar que as operações estruturadas em saneamento e infraestrutura, em função dos seus prazos e sua típica estrutura de garantias, sejam classificadas na carteira 1.

V. “Art. 15 II a)” – Considerando a complexidade e a dificuldade da execução da principal garantia dos *Project Finance*, o próprio projeto, devido aos arranjos jurídicos típicos destas contratações, os significativos valores envolvidos e a alta especialidade técnica demandada dos administradores, solicitar que nestes casos (*Project Finance*) os prazos para baixar o ativo financeiro sejam de 36 meses.

APÊNDICE A: ANÁLISE OPINIÕES – EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA 60/2018

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
ANDRE TOMAZ GONTIJO	Membro do Comitê de Auditoria	488584124	BANCO DO BRASIL SA	Banco Múltiplo	Outros	Exigência de Auditoria Independente	"...obrigatoriedade de processo de validação independente (a exemplo do que prescreve a Circular 3648) dos parâmetros, critérios, modelos, sistemas, controles internos, relacionados à proposta." "
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 2º, Parágrafo 3º)	"1. Incluir menção ao termo “contraparte”, conforme definido nas resoluções 4.557/17 (Art. 21, § 1º, I) e 4.606/17 (Art. 25, § 1º, I);" "1. Evitar distorções nos entendimentos e interpretações dos termos;"
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão - Ativo Problemático (Art. 2º, Parágrafo 3º)	"2. Incluir menção ao Art. 22 das resoluções 4.557/17 e 4.606/17." "2. Manter o efeito do arrasto do risco de crédito sobre os instrumentos financeiros de todas as contrapartes conectadas."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 2º, Parágrafo 4º)	"Incluir em virtude da Perda Esperada (PE)." "Para os casos em que na modelagem a LGD de um instrumento financeiro tradicionalmente de alto risco justifique a mitigação da PE, por exemplo, operações de crédito pessoal com a garantia de aplicação financeira vinculada."
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 3º, Parágrafo 2º)	"Redirecionar ou incluir texto análogo abrangendo todo o normativo no Capítulo III Art. 6." "O conceito utilizado é importante não apenas para o caput, mas para o entendimento geral, tratando de definição e complementando o texto do próprio Art. 6."
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 4º, Parágrafos 1º e 2º)	"Atribuir definições claras e objetivas, mensuráveis e em condições de comparativos para os termos “baixo”, “insignificante” e “sem impacto significativo” e ou excluir do normativo, em caráter temporário."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 5º)	"Substituir o trecho “fatos novos relevantes” para “a avaliação indique a redução...”.” "O acontecimento de fatos novos relevantes irão requerer uma nova avaliação da PE, e no caso de redução fica facultativo a transposição do estágio 2 para o estágio 1."
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 7º)	"Destacar a correlação entre os Art. 5 e Art. 7." "Está subtendido que a reclassificação da PE é condição para reclassificação dos instrumentos financeiros nos estágios, porém a sugestão é reforçar que um processo ocasiona o outro, em casos de alterações na PE."
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Definição do que quer dizer amortização relevante (Art. 15º, parágrafo 4º)	"Incluir como regra para amortização significativa, no mínimo 50%. A medida é preventiva e em caráter temporário até que as IFs consigam evidenciar que a efetividade da recuperação dos créditos dos instrumentos financeiros lançados a prejuízo se dão a partir de X% da amortização dos mesmos."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
WASHINGTON ARAUJO DE LIMA		22508915831	WASHINGTON ARAUJO DE LIMA	Consultor	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	"Referenciando-se na complexidade em relação a esta segunda etapa, reconhecida pela própria Autarquia, a recomendação, considerando o prazo estipulado no normativo, é agendar reuniões para alinhamento das expectativas do BACEN com as IFs ainda no 1º semestre de 2018."
MURILO CASTELLANO	Professor de Finanças	41085264653	MURILO CASTELLANO	Consultor	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	Exigência de método racional para atribuir provisionamento inicial	"O Banco Central deveria exigir um critério mínimo objetivo para o cálculo do risco inicial da operação. Há fortes evidências de que há um vício em se atribuir letra "A" (plcd de 0,5%) para todas as operações. O Bacen adotaria um critério de triagem eletrônica com base nas informações que já tem disponíveis para detectar as instituições que agem desta maneira. A partir daí exigiria um método racional e robusto para se atribuir o risco inicial ou obrigaria as instituições a começar de novos patamares mais conservadores."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO MELO	Gerente de Área	208000100	BRB BANCO DE BRASILIA SA	Banco Múltiplo/Desenvolvimento	Trigger relativo	Retirar trigger relativo (aumento significativo do crédito) entre estágio 1 e estágio 2 para PD < 5%, considerando que também existe o mesmo trigger para PD > 20%	"No Art. 3º, parágrafo 6º, entendemos como inadequado a migração de estágios para operações com probabilidade de 5% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito (Inciso II, letra a), comparativamente às operações com 20% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito (Inciso II, letra b). "
FERNANDO MELO	Gerente de Área	208000100	BRB BANCO DE BRASILIA SA	Banco Múltiplo/Desenvolvimento	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 3º, parágrafo 6º)	"Também não identificamos o que deve ser feito com as operações com probabilidade entre 5% e 19% de serem caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito. O texto neste ponto precisa ser mais claro para não deixar dúvidas e diferenças entre os processos nas diversas instituições financeiras."
PAULO AIRTON MORAES PEREIRA JUNIOR	Sócio	1573525014	DAMAPLAN CONSULTORIA	Consultor	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Ex.: Art. 4º, parágrafo 2º)	"...a subjetividade do termo "fatos novos relevantes", dando margem a interpretações equivocadas ou distorcidas, sugiro a atribuição de definições claras, objetivas e mensuráveis para este termo, a exemplo do parágrafo 2º, do artigo 4º, desta mesma Resolução."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MILTINES GOMES	Especialista Contábil	8564215888	MATERA SYSTEMS	Desenvolvimento de Softwares Bancários	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	"...no que tange ao nível de provisionamento em que as instituições deverão ter dados consistentes internos e externos para determinar o % de provisão, entendemos que cada IF deverá ter sua memória de cálculo e isso irá demandar grandes alterações sistêmicas, visto que, tanto os legados geradores de informações como os sistemas de Central de Risco NÃO possuem todos os dados para calcular qual seria o % de provisão de determinado Cliente. Isso vai demandar tempo, tanto para as IFs como para os fornecedores de softwares se adequarem ao novo modelo. O prazo inicial(Jan2019), estipulado pelo BACEN não seria suficiente para as IFs e fornecedores de Softwares se adequarem."
HELIO BUBA	Cargo comissionado	49104918991	BANCO CENTRAL DO BRASIL	Banco Central	Outros	Redução da provisão e dos níveis de risco de operações recuperadas do prejuízo seriam proporcionais aos percentuais de amortização.	Redução da provisão e dos níveis de risco de operações recuperadas do prejuízo seriam proporcionais aos percentuais de amortização.

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 2º, Parágrafo 1º)	"Visto que a Resolução 4.512 será revogada, seria importante na norma ter o mesmo texto do Art. 2 da referida Resolução ou um texto similar."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Outros	Permissão para uso de metodologia própria para apuração da provisão	"Incluir artigo com a possibilidade de as instituições Financeiras submeterem à apreciação do Banco Central do Brasil metodologia própria para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Outros	Aplicação da taxa de juros efetiva ao saldo devedor da operação líquido do provisionamento	"Incluir artigo, em linha com a norma internacional IFRS 9, possibilitando a aplicação da taxa de juros efetiva ao saldo devedor da operação líquido do provisionamento."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3 (ativo com problema de recuperação de crédito) não deveria estar vinculada a um período	"A norma do IFRS 9 estabelece que a metodologia para classificação nos estágios é de responsabilidade da instituição, não definindo orientações objetivas irrefutáveis. A definição do prazo de 90 dias para reclassificação no estágio 3 não considera as diferenças nas características dos créditos. Os diferentes créditos e financiamentos tem diferentes comportamentos a considerar os prazos, o tipo de financiamento e especialmente a garantia vinculada. A Resolução 2.682/99 já faz a previsão específica de tratamento diferenciado de acordo com o prazo de contratação, no momento em que evolui a classificação por atraso de operações de longo prazo contratadas de forma diferente das de curto prazo.

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 2º, Parágrafo 2º)	"§ 2º O instrumento classificado no terceiro estágio no reconhecimento inicial que, posteriormente, apresentar indicativo de melhora conforme critérios estabelecidos pela Instituição pode ser reclassificado para o segundo estágio, e após deixar de ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, ser reclassificado para o primeiro estágio."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Critério do aumento significativo de risco	Alterações no critério do aumento de risco	Art. 3º: "Incluir o seguinte §: "Fica a Instituição Financeira autorizada a utilizar avaliações diversas, desde que devidamente documentada, para avaliação da ocorrência de aumento do risco de crédito."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Efeito Arrasto	Retirar o efeito arrasto do Estágio 3	"O arrasto de operações para estágio pior do que o efetivo comportamento da mesma faz com que a provisão para esse contrato seja majorada, desvinculando, assim, ao conceito efetivo de perda esperada, aumentando o valor das provisões, custos das operações e fazendo com que os bancos venham a mudar as estratégias, aumentando o preço dos empréstimos e financiamentos e/ou reduzindo o prazo de contratação das operações, podendo trazer reflexos para economia como um todo e, ainda, correndo o risco de ter efeitos cíclicos. Sugestão: Tendo em vista a proposta de utilização de conceito de perda esperada e pelo fato da norma internacional IFRS 9 ter a visão por contrato e não por cliente, o parágrafo 3º deve ser suprimido da norma."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Trigger relativo	Alterações no critério do trigger relativo para os contratos renegociados (dificuldade de mapear os contratos origem, contratos origem diversos - n para 1)	"Entendemos que a renegociação não envolve reestruturação, que já seria um ativo problemático. Portanto, a norma deve prever exceções em renegociação e o risco de crédito de um instrumento renegociado deve ser comparado com o novo instrumento. É bastante complexo monitorar o risco de crédito do instrumento original, pois a nova operação pode ser muito distinta das originalmente renegociadas. Exemplo: um cliente renegocia seu cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal numa nova operação única, baixando cartão de crédito, o cheque especial e o crédito pessoal).

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	"Não existe tempo hábil para adequação das normas, considerando que existem parâmetros diferentes da norma internacional IFRS 9. "
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	"Possibilitar para todas as Instituições Financeiras a adoção de abordagens mais simples para carteiras de baixa materialidade e para carteiras de baixo risco."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 3º, parágrafo 6º)	“§ 6º Para os instrumentos financeiros classificados no primeiro estágio, considera-se que há aumento significativo do risco de crédito, independentemente de outros fatores, quando ocorrer pelo menos uma das premissas:”

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Trigger relativo	Retirar trigger relativo (aumento significativo do crédito) entre estágio 1 e estágio 2	"O inciso II não agrega para classificação do aumento significativo de risco de crédito, além de causar exaustiva demanda operacional. A sugestão é de que a definição de atraso significativo atente para as características das operações, inclusive através de estudos quantitativos. Alternativa seria incluir § 7º: Os critérios dispostos no § 6º podem ser refutados pela Instituição Financeira, com base na sua experiência e avaliação de risco de crédito, desde que devidamente comprovado."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Periodicidade de revisões	Revisão semestral para reclassificação dos clientes nos estágios apenas em casos com maiores riscos	"Sugestão: II – semestralmente para os grupos enquadrados no critério de materialidade da LEC, de 10% do PR nível I, por ocasião da elaboração dos balancetes ou balanços relativos às datas-bases de junho e dezembro, e anualmente para as demais; "

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Periodicidade de revisões	Inclusão de regra de exceção de revisão de reclassificação entre estágios para contratos com garantia da União.	"§ 1º Fica dispensada a revisão de que trata o caput para instrumentos financeiros que tenham baixo risco de crédito ou garantia da União."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 6º, parágrafo 3º, alínea III)	"III – a taxa efetiva de juros."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Periodicidade de revisões	Revisão semestral da perda associada ao risco de crédito apenas em casos com maiores riscos	"Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, semestralmente para os grupos enquadrados no critério de materialidade da LEC, de 10% do PR nível I, e anualmente para as demais, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Grupos Homogêneos	Revisão dos grupos homogêneos de risco sempre que forem apresentados novos fatos (não semestralmente)	"§ 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco semestralmente, ou sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Outros	Reconhecimento de provisão na mensuração subsequente (Art. 11º)	"Incluir parágrafo que preveja a situação em que há reconhecimento de provisão na mensuração subsequente, por exemplo as sujeitas a impairment. "
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Limites Mínimos	Revisão dos limites mínimos por carteira (seja para alinhar com a realidade dos bancos ou excluir os mínimos)	"Tendo em vista que existe necessidade de segregação dos limites, sugerimos que sejam realizados estudos com a colaboração das Instituições Financeiras para exclusão ou definição dos limites mínimos e maior granularidade das carteiras."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Quebra de carteiras	Revisão com estudo para garantir quebra de carteiras	<p>"Sugestão: Tendo em vista que existe necessidade de segregação dos limites, sugerimos que sejam realizados estudos com a colaboração das Instituições Financeiras para exclusão ou definição dos limites mínimos e maior granularidade das carteiras.</p> <p>Sugestão: Carteira 1:</p> <p>a) Financiamentos habitacionais, cuja garantia ou colateral tenha valor suficiente para cobrir 100% do saldo devedor do instrumento;</p> <p>b) Operações de créditos com garantia da União ou com garantia de FPM e FPE;</p> <p>c) Operações de crédito com garantia fidejussória de banco S1 ou S2, caução de depósitos à vista e garantia de aplicações financeiras de no mínimo 100%;</p> <p>d) Operações de crédito para saneamento/infraestrutura e Project Finance, com garantia real de no mínimo 100%;</p> <p>e) Operações de penhor;</p> <p>f) Ativos financeiros não enquadradas como instrumentos financeiros patrimoniais ou derivativos, que apresentem natureza de TVM ou garantias financeiras prestadas."</p>

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Quebra de carteiras	Carteira específica para "Cartão"	"Sugestão: Segregar o produto cartão em carteira específica em função de suas particularidades."
LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Prazo de Baixa	Revisão do prazo de baixa dos ativos (retirar prazos fixos por carteira)	<p>"A definição dos prazos para baixa do ativo financeiro reforça a incoerência na definição do prazo no art. 2º em relação aos ativos com problema de recuperação de crédito, e na definição do § 6º, do art. 3º, em relação ao prazo de atraso para aumento significativo do risco de crédito e reclassificação do primeiro estágio.</p> <p>Para a referente norma, como os prazos foram definidos de forma irrefutável, diferentemente da norma internacional - IFRS 9, independentemente do tipo de empréstimo/financiamento e garantia agregada, os prazos para baixa provocam manutenção diferenciada dos ativos na carteira antes da baixa. As operações classificadas nas carteiras I, II e III ficarão 21 meses no Estágio 3 antes da baixa, enquanto as operações classificadas na carteira IV ficarão 15 meses, as operações classificadas na carteira V ficarão 12 meses e as operações classificadas na carteira VI ficarão 9 meses."</p>

LUCIOLA AOR VASCONCELOS	Superintendente de Risco Corporativo	360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Outros	Inclusão de cláusula considerando menor provisionamento para operações renegociadas origem WO quando o contrato tiver uma garantia	"Sugestão: Incluir parágrafo com a previsão de utilização de LGD, no caso em que forem agregadas garantias à operação."
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Outros	Permitir a aplicação de metodologia própria intermediária para as instituições S4 ou Sistemas Organizados que possuem Cooperativas dos Segmentos S4 e S5. (Art. 16º)	"Sugestão: facultar a possibilidade de utilização/aplicação de uma metodologia intermediária/híbrida de modelos de perda esperada, na qual alguns componentes necessariamente serão estimados via modelos estatísticos (PD) e outros (EAD e LGD) poderão ser valores realizados ou estimados por metodologias mais simples (médias), durante um período de transição de 05 (cinco) anos. Ex: PD – Modelo estatístico. EAD – Modelo estatístico/saldo médio de default observado. LGD – Média observada nos últimos 12 (ou 24) meses."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000129	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	Inclusão de Cooperativas 5S nos critérios de provisão simplificada (Art. 16º)	"Sugestão: Aprovar a metodologia simplificada para todas as cooperativas singulares classificadas como S5. No caso de Cooperativas S4, integrantes de Sistemas Organizados ou não, deverá ser facultada a regra de apuração da perda esperada da S4 (Pleito II abaixo). Justificativas: A Res. 4.553/17 estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, considerando o porte e a atividade internacional das instituições que compõe cada segmento, enquadrado de acordo com o perfil de risco de cada instituição, ou seja, na prática o Normativo visa reduzir o custo excessivo de observância, porém mantendo a prudência. Também nessa linha, a Res. 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, admiti em seu Capítulo IX, Art. 61, uma estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, em linha com o estabelecido posteriormente no Art. 11 da Res. 4.606/17, onde o RWARC para S5 deve ser calculado mediante abordagem padronizada simplificada e, para fins de gerenciamento de riscos, não necessariamente com a adoção de modelos internos."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Outros	Provisão Mínima (simplificar o provisionamento)	"A implantação completa das diretrizes descritas no Edital 60/2018 gerará as Cooperativas S4 e S5, independentemente de estarem ou não alocadas em um Sistema Organizado, aumento excessivo no custo de observância, desproporcional a complexidade das operações. Lembramos que o Cooperativismo de Crédito apresenta volumes de provisão muito semelhante aos bancos tradicionais (base dez/2017: bancos tradicionais 6,15% e as cooperativas de crédito 5,85%)."
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Efeito Arrasto	Retirar a obrigatoriedade de reclassificação de renegociações para estágio 3 em caso de renegociação obrigatória	"Cf. Art. 4º, a classificação em estágios deve ser revista quando o instrumento for renegociado. Entretanto, existem renegociações realizadas por força normativa (ex. Resoluções do CMN para operações de crédito rural) que deveriam ser excluídas da obrigatoriedade."
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	"Sugestão (considerando que a Resolução definitiva seja publicada pelo CMN até 30/6/2018): solicitamos postergação de data para implantação para 01/01/2020 (um ano e meio de prazo)."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Abrangência do Edital	Retirar as Instituições de Pagamento do público abrangido	"Sugestão: não aplicação da Resolução para as transações de pagamento (valores a receber de emissores de cartões relativos a operações de credenciamento de meios de pagamento), com vistas ao alinhamento da não aplicação da Resolução para as instituições de pagamento, conforme disposto no Art. 1º, inciso I."
MARCIO LOPES DE FREITAS	Presidente	63057822000130	ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS	Associação/ Organização Cooperativas	Abrangência do Edital	Revisão dos contratos abrangidos pelo Edital	"Sugestão: alteração do Art. 1º, incluindo a não aplicação da Resolução para os ativos financeiros classificados como reconhecimento ao valor justo por meio do resultado, para alinhamento com o IFRS 9, onde não é efetuado o cálculo da perda de crédito esperada."
WANDERSON DE OLIVEIRA	Presidente	20151021000115	FNCC - FEDERACAO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	Associação/ Organização Cooperativas	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	Inclusão de Cooperativas 5S nos critérios de provisão simplificada (Art. 16º)	"Considerando todas essas informações acredito que seria prudente a FNCC encaminhar uma sugestão através do portal de consulta pública do BACEN pleiteando que no artigo 16, onde o BACEN determina a instituição financeira que pode adotar a metodologia simplificada, seja incluído "Cooperativas de Capital e Empréstimos enquadradas no segmento S5".

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
WANDERSON DE OLIVEIRA	Presidente	20151021000115	FNCC - FEDERACAO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	Associação/ Organização Cooperativas	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	"Por fim acho importante frisar muito bem as diferenças entre as “Instituições do segmento S5” e as “Cooperativas de Capital e Empréstimos do segmento S5” (são muito diferentes)."
MAURICIO ELIAS CHACUR	Superintendente Gestão de Riscos	70993238734	BNDES	Banco de Desenvolvimento	Periodicidade de revisões	Revisão anual para reclassificação dos clientes nos estágios	"1) Art. 4º, inciso II. a. Sugerimos que a classificação seja anual com exceção dos casos em que haja materialidade da exposição calculada mediante algum critério, como por exemplo, um percentual do PR."
MAURICIO ELIAS CHACUR	Superintendente Gestão de Riscos	70993238734	BNDES	Banco de Desenvolvimento	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão - Ativo Problemático (Art. 1º, Inciso III)	"2) Art. 1º, inciso III. a. Como a norma usa apenas o termo “cancelamento”, sugerimos incluir os termos “bloqueio” ou “suspensão”. No caso específico do BNDES, é comum efetuar o bloqueio ou suspensão de liberações de recursos contratados, o que produz o mesmo efeito do cancelamento."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MAURICIO ELIAS CHACUR	Superintendente Gestão de Riscos	70993238734	BNDES	Banco de Desenvolvimento	Quebra de carteiras	Carteira específica para contemplar os instrumentos financeiros garantidos pela União	<p>"Ocorre que o prazo contratual para caracterização e pagamento de indenizações do SCE é de até 240 dias após a data de inadimplência do devedor. Tal prazo regulamentar não é compatível com os prazos e respectiva progressão da provisão mínima das carteiras indicadas na minuta de Circular anexa à mesma Consulta Pública.</p> <p>Envio da 'Declaração de Ameaça de Sinistro' ao Garantidor - 30 dias após vencimento (dentro do prazo de caracterização)</p> <p>Primeira caracterização de sinistro* em caso de mora pura e simples do Devedor Público - 6 meses após vencimento buyer/ 4 meses após compensação do CCR (supplier).</p> <p>Envio da 'Declaração de Sinistro – Pedido de Indenização' (DS-PI) - até 30 dias após fim do prazo para caracterização do sinistro.</p> <p>Pagto. da Indenização pelo garantidor - até 30 dias após entrega da DS-PI.</p> <p>Nesse sentido, o BNDES propõe a criação de uma carteira específica para contemplar os instrumentos financeiros garantidos pela União."</p>

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
MAURICIO ELIAS CHACUR	Superintendente Gestão de Riscos	70993238734	BNDES	Banco de Desenvolvimento	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3 (ativo com problema de recuperação de crédito) não deveria estar vinculada a um período	"3) Art. 3º, § 6º. a. A norma do IFRS 9 estabelece que a metodologia para classificação nos estágios é de responsabilidade da instituição, não definindo orientações objetivas irrefutáveis. A definição de prazos de atraso para reclassificação de estágios não considera as diferenças nas características dos créditos. Os diferentes créditos e financiamentos podem ter diferentes comportamentos a considerar os prazos, tipo de financiamento e especialmente garantias vinculadas. Nossa sugestão é que não exista a definição de parâmetros irrefutáveis para a definição da reclassificação de estágios, pois poderia tornar a norma inconsistente com os parâmetros internacionais."
MAURICIO ELIAS CHACUR	Superintendente Gestão de Riscos	70993238734	BNDES	Banco de Desenvolvimento	Limites Mínimos	Revisão dos limites mínimos por carteira (seja para alinhar com a realidade dos bancos ou excluir os mínimos)	"4) Art. 13º. a. Sugerimos a retirada da definição de limites mínimos para instrumentos no terceiro estágio. A definição de limites mínimos poderia gerar inconsistências relevantes em relação à norma IFRS 9, pois ignora a apuração histórica da LGD das Instituições Financeiras e aplica um fator fixo de acordo com a característica da carteira."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão - Ativo Problemático (Art. 2º, Par. 3º)	"Em relação a classificação do 3º estágio citada pela resolução “ativo com problema de recuperação de crédito”, sugerimos o alinhamento dos conceitos empregados entre a Res. N 4.557 que traz a figura do “ativo problemático” com a presente resolução."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Efeito Arrasto	Arrasto seja exceção	"Sugerimos que o arrasto seja tratado como exceção e não como regra, visto que as operações serão avaliadas individualmente, ou seja a avaliação quanto a reclassificação ficaria a critério da instituição face o resultados dos modelos utilizados. § 3º Quando um instrumento financeiro for classificado no terceiro estágio, a instituição deve avaliar a necessidade de reclassificar os demais instrumentos financeiros que tenham a mesma contraparte."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Efeito Arrasto	Inclusão de contratos com garantia na regra de exceção do efeito arrasto	"§ 4º Fica admitida, em caráter de excepcionalidade, classificação diversa da estabelecida no § 3º para instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza, ou de sua finalidade, ou do valor ou da garantia apresente risco de crédito significativamente inferior aos demais instrumentos da mesma contraparte."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	Inclusão de contratos < 50 mil nos critérios de provisão simplificada (Art. 16º)	<p>"A Res. N 2.682 atualmente prevê em seu Art. 5º, abaixo transcrito, que para os clientes com exposição de valor até R\$ 50.000,00 a classificação dessas operações seja realizada em função unicamente do atraso. Assim, sugerimos a adoção de metodologia similar para as operações de pequeno valor, para evitar a elevação significativa de custos operacionais, de observância e de captura de informações com essas operações.</p> <p>"Art. 5º As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.""</p>
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	<p>"Entendemos que o prazo de implantação não é factível, face a necessidade de muitos ajustes nos sistemas internos.</p> <p>Sugestão:</p> <p>Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2020."</p>

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Periodicidade de revisões	Revisão mensal da provisão de perda associada ao risco de crédito em todos os casos	"O presente artigo sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, quando houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está classificado o instrumento, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal. Art. 14. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, mensalmente."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Trigger relativo	Alterações no critério do trigger relativo para os contratos renegociados (dificuldade de mapear os contratos origem, contratos origem diversos - n para 1)	"Esse procedimento nos remete a uma verificação inicial de uma operação que pode se modificar de forma significativa ao longo do tempo em suas condições da operação (prazo, valor, taxa, garantia, cliente, outros fatores do mercado etc.), reforça-se que, no caso de uma composição de dívidas (várias operações renegociadas resultando em uma única operação nova) a complexidade aumenta ainda mais em função das possíveis divergências em relação à origem. Sugerimos alinhar conceitos entre renegociação e reestruturação de ativos, conforme Resolução 4557."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	Prazos deveriam ser ampliados para contratos de Longo Prazo	Art. 3º - "Sugerimos que todos os prazos existentes nessa resolução sejam ampliados para as operações de longo prazo (prática observada na Res. 2682 – são considerados em dobro). Incluir um parágrafo: fica a instituição financeira autorizada a utilizar avaliação diferente da sugerida desde que devidamente documentada." Parágrafo 6º, Inciso I: "Apesar da definição do prazo de 30 dias para reclassificação no 2º estágio, não ter sido estabelecido no IFRS 9, pode até ser considerado razoável como parâmetro, para carteira das Instit. Financeiras representada por operações de Curto Prazo. Todavia, tomando por base a Res. 2.682, atualmente existe a segregação de critérios em função do prazo (curto ou longo prazo – prazo a decorrer > que 36 meses), pelo que sugerimos a adoção do mesmo critério/critério similar. No caso do Banco do Nordeste (...), desconsiderando-se a carteira de microcrédito urbano e as operações de valor até R\$ 50.000,00, observamos que 43% dessa carteira é de longo prazo, e desse % mais de 80% no crédito rural. Reforça-se que, para essas operações da área rural ainda se tem como fator preponderante as medidas e resoluções legais que são editadas pelo CMN e em função dos benefícios dessas, na grande maioria dos casos, o produtor rural aguarda a publicação dessas medidas de forma a ser contemplado com aqueles benefícios. Nesse sentido o prazo de 30 dias não é adequado para instituições com carteira de desenvolvimento (operações de longo prazo e principalmente no crédito)"

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Trigger relativo	Utilizar trigger relativo (aumento significativo do crédito) entre estágio 1 e estágio 2 para $(PD \geq 5\% \text{ e } \leq 20\%) = (PD > 20\%)$	"Em relação as alíneas “b” e “c”, sugerimos adotar o mesmo parâmetro de 20% para ambas, dessa forma, as operações que seriam enquadradas na alínea “c”, ou seja, com perda esperada $\geq 5\% \text{ e } \leq 20\%$, há a garantia de migração de um rating,..."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Periodicidade de revisões	Revisão anual para reclassificação dos clientes nos estágios considerando balanços	Art. 4º Inciso II: "Tendo em vista a ausência de informações econômico-financeiras semestrais das empresas, que normalmente apresentam balanços anuais, e o objetivo de não elevar custos operacionais de processamento e observância de informações, sugerimos que a periodicidade seja anual, ficando semestral somente para aquelas exposições consideradas materiais (10% do PR nível 1)"

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Periodicidade de revisões	Revisão mensal da reclassificação dos clientes nos estágios em todos os casos	<p>Art. 4º Inciso III: "O presente inciso sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal. Sugestão: III – Até o mês imediatamente posterior a verificação dos fatos que indicarem a alteração significativa da qualidade de crédito, inclusive os decorrentes de alteração nas condições de mercado ou no cenário econômico; e"</p> <p>Art. 4º Inciso IV: "O presente inciso sugere que a reclassificação do instrumento seja realizada de imediato, todavia, questionamos que uma vez que a norma trata de critérios contábeis para constituição de provisão, é suficiente a revisão mensal. Sugestão: IV – Até o mês imediatamente posterior a renegociação do instrumento."</p>

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Classificação do contrato no estágio 1, 2 ou no estágio 3	Revisão das condições para considerar um ativo de baixo risco	Art. 4º Parágrafo 2º, Inciso II: "Entendemos que a comprovação da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas já é evidenciada no inciso I ao se verificar a probabilidade insignificante de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, conforme o modelo de risco da IF."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Periodicidade de revisões	Revisão anual da perda associada ao risco de crédito em todos os casos	"Periodicidade anual, em linha com o Art. 4º. Sugestão: Art. 7º A perda esperada associada ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, anualmente, ou sempre que novos fatos indicarem a alteração relevante no risco de crédito do instrumento e no valor provável de realização de garantias ou colaterais, quando existentes."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 8º, Parágrafo 2º)	"Sugestão deixar o conceito mais principiológico e menos prescritivo pois a descrição excessiva pode gerar interpretações equivocadas de órgãos de controle e de supervisão. § 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se grupo homogêneo de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva,"

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Grupos Homogêneos	Revisão dos grupos homogêneos de risco sempre que forem apresentados novos fatos (não semestralmente)	"Ocorre que a formação de grupos homogêneos, por sua natureza deve ter como essência a estabilidade, por conseguinte, “em tese” não deve ocorrer alterações significativas nos grupos definidos pela IF. Sugestão: § 4º A instituição deve rever a composição dos grupos homogêneos de risco sempre que novos fatos indicarem alterações nas características dos instrumentos que os compõem."
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Outros	Base de cálculo para mensuração da provisão não deveria contemplar créditos não tomados	"Cumpra-se destacar que esses valores já são utilizados para cálculo de alocação de capital. Nesse sentido, o cálculo de provisão sobre esses valores ocasionaria a duplicidade do impacto, o que fatalmente ocasionaria a elevação do custo de capital e das taxas finais para os clientes. Por conta disso, torna-se inadequado constituir provisão sobre valores ainda não expostos a riscos. Ressalte-se que, no mínimo, mensalmente o valor de exposição é ajustado."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Outros	Ajuste de redação para prever operações com prazo inferior a doze meses	"Ajuste de redação para prever operações com prazo inferior a doze meses I - primeiro estágio: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser suficiente para cobrir a perda esperada considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos doze meses, ou ao prazo da operação quando inferior a 12 meses;"
FERNANDO BARROS DE LIMA	Gerente Ambiente de Riscos	24817430320	BANCO DO NORDESTE	Banco Múltiplo/ Desenvolvimento	Limites Mínimos	Revisão dos limites mínimos por carteira (seja para alinhar com a realidade dos bancos ou excluir os mínimos)	"Sugerimos excluir o estabelecimento de limites mínimos de provisão, visto que não está aderente ao que dispõe o padrão internacional IFRS9. Essa sugestão vale para todos os estágios. Na inviabilidade de exclusão desses limites mínimos de provisão, a construção das carteiras deve ser realizada em conjunto com as instituições financeiras após estudo com participação dessas instituições. Para bancos de desenvolvimento, por exemplo, faz-se necessária a criação de carteira que incorpore as características das operações inerentes a esse tipo de instituição (operações de longo prazo, crédito rural etc.)."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA	Cargo comissionado	1076996647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão - Ativo Problemático (Art. 2º, Inciso I)	"I. “Art. 2º, I, a)” – Esclarecer em que situações o instrumento financeiro já teria problema de recuperação de crédito desde o reconhecimento inicial (imaginando este se tratar da avaliação rating na contratação)"
JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA	Cargo comissionado	1076996647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 2º, Parágrafo 4)	"II. “Art. 2º. I. § 4º” – Verificar se a natureza das operações construídas em modelo Project Finance, onde se busca a individualização e blindagem das garantias da operação de crédito, caracterizam a situação de risco de crédito significativamente inferior, para fins de não contaminar as demais operações que envolvam a mesma contraparte (verificar se aqui o entendimento de contraparte se restringe aos signatários dos instrumento financeiro)."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA	Cargo comissionado	1076996647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão (Art. 12º)	"III. "Art. 12" - Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o primeiro estágio é a aplicação do percentual relativo ao rating x 12 PMT's. - Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o segundo estágio é o maior percentual entre o rating e o Anexo I x Saldo devedor total da operação. - Esclarecer se a constituição de provisão para perdas para o terceiro estágio é sempre 100% do Saldo devedor."
JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA	Cargo comissionado	1076996647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Quebra de carteiras	Revisão com estudo para garantir quebra de carteiras	"IV. "Art. 13" - Assegurar que as operações estruturadas em saneamento e infraestrutura, em função dos seus prazos e sua típica estrutura de garantias, sejam classificadas na carteira 1."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
JAQUELINE LUCIANA DO CARMO ROCHA	Cargo comissionado	1076996647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Banco Múltiplo	Prazo de Baixa	Revisão do prazo de baixa dos ativos - Project Finance	"V. "Art. 15 II a)" – Considerando a complexidade e a dificuldade da execução da principal garantia dos Project Finance, o próprio projeto, devido aos arranjos jurídicos típicos destas contratações, os significativos valores envolvidos e a alta especialidade técnica demandada dos administradores, solicitar que nestes casos (Project Finance) os prazos para baixar o ativo financeiro sejam de 36 meses."
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Critério do aumento significativo de risco	Alterações no critério do aumento de risco	"I - Critérios para caracterização do aumento significativo do risco de crédito, conforme definido no art. 3º, par. 6º, da minuta da resolução."

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Revisão da data de início da adoção da norma	Revisão da data de início da adoção da norma	"No mínimo a partir de 1º de janeiro de 2020"
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Quebra de carteiras	Revisão com estudo para garantir quebra de carteiras	Incluindo visão de carteira com garantia
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Grupos Homogêneos	Definição dos grupos homogêneos de risco seja menos prescritiva	"Par. 2º - Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se o grupo homogêneo de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva"

Nome	Cargo	CPF/CNPJ	Instituição	Classificação	Agrupamento	Tópicos	Detalhe
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Definição Ativo com Problemas de Recuperação de Crédito	Sugestão de detalhamento ou re-escrita do texto para facilitar a compreensão - Ativo Problemático (Art. 2º, Inciso I)	Art. 3º, par. 1º - "A renegociação não envolve necessariamente reestruturação, que já seria um ativo problemático. Portanto, a norma deve prever exceções em renegociação e o risco de crédito de um contrato renegociado deve ser comparado com o novo instrumento." "Ampliar o disposto no art. 15º, par. 2º, para operações reestruturadas, e, se for o caso, delimitar o texto do parágrafo 4º para as operações renegociadas"
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Outros	Revisão da Cura para operações renegociadas	"Analisar critérios objetivos para a cura de operações que foram reestruturadas"
NATHALIA GALERA		33972464000119	ASSOCIACAO BRAS DE INST FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO	Associação/ Bancos de Desenvolvimento	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	Adoção simplificada para carteiras com baixo risco	"Extensão a outras instituições financeiras da faculdade (possibilidade) para utilização da metodologia simplificada da apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito previsto no art. 16º da minuta de resolução."